

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

EM QUE PONTO ESTÁ A CHINA?

Documentos: a marcha para a revolução política
A IVª Internacional e a China



Greve coordenada de operadores de guindastes em diversas regiões na véspera de 1 de Maio de 2018

Europa Acabar com a “prisão dos povos” que É a União Europeia

Debate na Conferência Operária Europeia
(Paris, 12-13 Maio de 2018)



Cem delegados de 16 países europeus reuniram-se em Paris nos dias 12 e 13 de Maio de 2018 e disseram: “Esta Europa não é nossa Europa! É a do capital e da guerra!”



Índice

Notas editoriais página 3

Dossier

Em que Ponto Está a China? página 6

Documentos: a marcha para a revolução política página 16

A IVª Internacional e a China página 22

Análise

Europa: para acabar com a “prisão dos povos” que é a União Europeia página 25

História

História da Estrela Norte Africana página 29

1936-1937: a Frente Popular dissolve a ENA (2ª parte)

Crónica

Crónica do Revisionismo página 35

No Sindicato, “*Todos reformistas*”?

Crítica de Livros

Uma Contribuição Marxista para a História da África página 39

Correspondências d’A Internacional página 42

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor : Réveil ouvrier

67, avenue Faïdherbe 93100 Montreuil (France)

Tiragem: 3 000 exemplares

CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Notas editoriais

Em 14 de maio de 2018, mais de sessenta palestinianos, entre eles crianças, foram abatidos pelo exército israelita em poucas horas, perto da grande muralha de arame farpado que marca os limites do território de Gaza. Estas mortes adicionam-se a dezenas mais desde que começaram as manifestações pacíficas pelo direito ao retorno. A embaixadora de Israel na Bélgica justificou o massacre dizendo que “*foram abatidos 50 terroristas*”. Este episódio sangrento resume o trágico destino do povo palestiniano. Também revela o que deveras significa, para todos os governos ligados à manutenção da ordem imperialista mundial, o direito dos povos a disporem de si mesmos e o respeito pela mais elementar democracia. Enquanto governos como o dos Estados Unidos apoiaram abertamente o massacre, os outros ousaram apelar à “contenção”, sem qualificar o crime cometido pelo Governo de Netanyahu.

A determinação demonstrada pelos palestinianos dá testemunho, nas piores circunstâncias (é o jornal israelita *Haaretz* que destaca “*a magnitude do desastre enfrentado por dois milhões de pessoas, sitiadas na armadilha de Gaza*”), de como a resistência do povo palestiniano não foi quebrada. Não foi por acaso que os protestos em Gaza foram convocados sob a palavra de ordem do direito ao retorno, um direito democrático elementar que é, há mais de setenta anos, o motor da revolução palestiniana, contra a partição e as suas consequências. Se bem que, à escala do movimento operário internacional, aqueles que se acham no direito de falar em seu nome façam silêncio e concorram para isolar a luta do povo palestiniano, esta faz parte integrante da resistência global às agressivas jogadas do imperialismo e à vontade de destruir a totalidade das conquistas da classe trabalhadora, à escala internacional e em cada país.

O que aconteceu em Gaza neste dia 14 de maio não é apenas uma manifestação concentrada da violência permanentemente vibrada contra o povo palestiniano. Representa, também, um marco na expansão e multiplicação de conflitos devastadores provocados pelo sistema imperialista sob o impulso do imperialismo norte-americano, o mais poderoso do mundo. Poucos dias antes, o primeiro-ministro israelita, Netanyahu, fizera saber que tinha em seu poder “*milhares e milhares*” de elementos que demonstravam irrefutavelmente que as autoridades iranianas não estavam aplicando as cláusulas do tratado em matéria nuclear assinado em 2015. A actuação de Netanyahu foi universalmente considerada como exageradamente teatral e falha de credibilidade. Não obstante, o primeiro-ministro israelita teve imediatamente os parabéns de Trump. Em agradecimento pelos bons serviços

prestados, Trump dava-lhe o sinal verde para novas operações assassinas contra a população palestiniana. Em troca, as declarações de Netanyahu chegavam na hora certa para justificar a decisão de Trump de se retirar do tratado. Tornaremos ao alcance desta decisão. É preciso, porém, tomar nota de que este novo passo na via das agressões contra os povos surge exactamente quando, por formas várias, se afirma, na realidade de lutas ásperas e difíceis, a resistência dos trabalhadores e dos povos face às ofensivas coordenadas contra os trabalhadores.

Vêm-se disso reflexos tanto no “velho continente europeu”, berço do capitalismo e sede de alguns dos grandes imperialismos (como a França, a Grã-Bretanha ou a Alemanha), como em todos os continentes. De Espanha, onde o regime pós-franquista encarnado pelo governo de Rajoy vê as suas fundações abaladas pela acção do povo trabalhador da Catalunha pela república, que não consegue esmagar, à Alemanha, até há bem pouco apresentada como bastião de estabilidade e onde, hoje, o novo avatar de governo de coligação entre o Partido Social-Democrata e o partido de Merkel é contestado por milhares e milhares de militantes dentro do SPD, as fundações mesmas em que assenta a preservação da ordem capitalista na Europa são postas em xeque pela acção dos trabalhadores, pela agudização da luta de classes.

Assim é em França, onde se desenvolve a luta dos trabalhadores, procurando unir as suas organizações à luta contra a brutal tentativa de Macron de fazer passar a toda a velocidade um chorro de contra-reformas condizentes com as exigências da União Europeia. Ilustra particularmente esta luta de classes a poderosa greve dos ferroviários, que, apesar de todos os obstáculos, continua há mais de um mês. Assim é na Itália, onde o pano de fundo do grotesco espectáculo do acordo entre o movimento populista Cinco Estrelas e o partido ultra-reaccionário da Liga do Norte é o beco sem saída político, impossível de forçar por causa da presença activa da classe trabalhadora.

As mesmas características essenciais reproduzem-se em todos os continentes: da acção desenvolvida pela classe operária negra da África do Sul para acabar com um sistema que protege, no campo social e económico, o legado do apartheid à luta dos trabalhadores brasileiros contra os golpes de Estado feitos para negar ao principal partido que se reivindica da classe trabalhadora o direito de apresentar o candidato da sua escolha, às imensas manifestações camponesas na Índia e a muitas outras expressões da luta de classes internacional.

O que assim se verifica, na acção da classe trabalhadora ao nível internacional, é o que o Manifesto adoptado pela Segunda Conferência Internacional do Comité de

Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) afirmava:

“A característica marcante da situação continua a ser a vontade de lutar das massas (...) em todos os continentes, por todas as formas, apesar dos golpes sofridos, apesar da traição das velhas direcções, o que marca a situação é o imparável e contínuo surto das massas trabalhadoras, camponesas e jovens, procurando arrancar os seus direitos e defender as suas conquistas antigas. É neste movimento concreto e prático, que é o movimento da revolução que amadurece, que se inscreve a luta da IVª Internacional.”

Isto mesmo ocorre no coração do imperialismo, no seu bastião mais poderoso. As greves que têm mobilizado milhares e milhares de professores em vários estados dos Estados Unidos são expressão de resistência de toda a classe trabalhadora.

Não é por qualquer irreflectido optimismo que de novo respingamos o passo acima, de um texto adoptado em novembro de 2017; pelo contrário: é porque estamos cientes das dificuldades e obstáculos que esse movimento defronta, dos perigos que a vontade dos exploradores de manterem o seu domínio a qualquer preço fazem correr a toda a humanidade, que realçamos as responsabilidades do CORQI na luta actual.

Com efeito, perante a resistência que se lhe opõe, o sistema imperialista intensifica os seus ataques e a violência destes. Este é o quadro de que necessitamos para avaliar o alcance da decisão de Trump de retirar os Estados Unidos do tratado de 2015.

À decisão de romper o acordo celebrado em 2015 seguiu-se rapidamente uma declaração de Pompeo, antigo chefe da CIA, promovido a Secretário de Estado — ou seja, Ministro dos Negócios Estrangeiros — do Presidente Trump. Pompeo avançou, como alternativa ao tratado tornado caduco, um ultimato em doze pontos, que não só compreendia a proibição de fosse que actividade nuclear fosse e da construção de mísseis por parte do Irão, como ainda instava o governo iraniano a pôr fim a toda a intervenção em qualquer parte do Médio Oriente, particularmente na Síria e no Líbano. Exige-se, portanto, do governo iraniano que desista da menor veleidade de soberania e aceite passar a ser um “protectorado”, eventualmente tolerado pelos Estados Unidos.

Na sua declaração, Pompeo ligou o caso iraniano ao da Coreia do Norte. Os efeitos da decisão não se limitavam, por conseguinte, ao Médio Oriente. Pompeo esclareceu que, se as discussões com o governo norte-coreano não dessem resultado, a Coreia do Norte, como o Irão, seria submetida a sanções sem precedentes, não hesitando, para se fazer entender, em evocar o caso da Líbia. Portanto: além da capitulação sem limites, aos dois países mais não se deixa do que a perspectiva da destruição e do caos. Vemos em acção a política global do imperialismo americano, o eixo que a organiza.

A aplicação desta política já produziu — e ainda produzirá — desavenças internas na própria equipa dirigente do imperialismo americano, contradições, convulsões e mudanças de forma. Não mascarem tais problemas a continuidade de uma política que acarreta a generalização das guerras e a destruição dos direitos e liberdades. É inútil especular quanto a modificações de conjuntura ou questões

de ritmo; o que é necessário é entender o fio condutor dos acontecimentos.

Não há dúvida nenhuma de que a forma que a política de Trump reveste e a brutalidade das declarações que faz ou manda fazer não deixam de provocar oposições e receios fortes, mesmo nas cúpulas dirigentes do imperialismo americano. Mas o facto é que essa política não é fruto da imaginação descontrolada de Trump. Situa-se na linha da política do imperialismo tal como tem sido conduzida há anos, independentemente do nome do Presidente dos Estados Unidos. “A América primeiro” não era necessariamente a palavra de ordem usada, mas sempre foi a base da política americana: prioridade aos interesses das grandes multinacionais e, portanto, à realização dos seus lucros. Os economistas burgueses têm anunciado que os Estados Unidos vão entrar em recessão. O beco sem saída em que o sistema capitalista mundial se tem encerrado, especialmente desde a crise de 2007-2008, faz com que o imperialismo americano, para defender os seus interesses, determinantes como são para manter o sistema de exploração capitalista à escala mundial, reduza cada vez mais as margens de tolerância em relação à sua hegemonia. É assim levado a agir mais imperiosamente do que nunca, sem se preocupar com os interesses e necessidades dos seus parceiros mais fracos.

É igualmente levado, nas condições de contracção e desorganização em que o mercado global se encontra, a pôr em xeque os interesses económicos directos desses mesmos parceiros. Mais ainda, não pode tolerar a existência de Estados que não se lhe submetam — por muito que os dirigentes desses Estados estejam dispostos a cooperar com o imperialismo. Toda a política do imperialismo americano no Médio Oriente, por formas que se foram constantemente agravando desde a primeira guerra de agressão ao Iraque em 1991, a que se seguiram as agressões de 2002 e 2004, corresponde àquele objectivo. O resultado é que, hoje, todo o Oriente Médio se reduz a um caos sangrento onde já só resta o Irão como Estado nacional relativamente estável que não esteja sob a alçada directa do imperialismo — independentemente da opinião que se tenha acerca do respectivo regime e política. Donde, a necessidade de abatê-lo e reduzi-lo a um feudo despojado de independência efectiva.

Nesse sentido, a ruptura dos Estados Unidos com o tratado é uma marca da aceleração da marcha para a guerra. A mesma política, como política mundial que é, se prossegue na Ásia, onde, independentemente de alterações conjunturais e inflexões tácticas, a China não deixou de ser o alvo prioritário, o que explica o tom usado para com a Coreia do Norte.

A decisão inapelável de Trump equivale também a um golpe infligido aos outros imperialismos. Estes seguem, no essencial, na esteira do imperialismo americano, mas, assentes uns e outros em barris de pólvora mais imediatamente inflamáveis que os Estados Unidos, prefeririam uma via mais cautelosa, tal como mormente explicou Macron, um aperto gradual da independência do Irão.

A decisão de Trump também indica que, nas actuais condições, o imperialismo americano — que tem um lugar central na preservação do sistema capitalista mundial —

tem que pôr em xeque os interesses de seus aliados para defender os seus interesses e posições. Essa realidade reflecte-se na aplicabilidade das sanções decididas contra o Irão não apenas a empresas americanas que mantenham laços comerciais com o Irão, mas também às empresas de outros países. As burguesias imperialistas da Europa, os seus representantes e porta-vozes, têm perfeita consciência disso. As burguesias imperialistas da Europa podem bem com o papel de polícia do mundo desempenhado por Trump. Inconcebível parece-lhes já que, como escrevia *Le Figaro* de 17 de maio, o presidente Trump “*esteja a brincar a xerife de mundo*” e, “*violando os códigos e acordos, ponha de joelhos, no mesmo ímpeto, adversários e aliados. (...) Será de lamentar, pelo critério das suas responsabilidades de super-potência, que os Estados Unidos rasguem um acordo negociado com os seus aliados e mandado validar pela ONU (...). Mas é seu direito soberano fazê-lo. Em contrapartida, é inadmissível torcer os braços dos amigos, ameaçando-os com as piores represálias económicas*”. Por outras palavras, Trump que bombardeie e massacre como bem lhe aprouver, mas não nos toque nos lucros. Apesar disso e apesar das recriminações, todos os Estados capitalistas acabam por ser obrigados a aceitar a lei do mais forte: o poder que têm em cada país escora-se num sistema internacional hierarquizado a que não podem escapar. Em condições de decadência e decomposição cada vez mais profundas do sistema internacional de exploração capitalista, do mercado mundial, o imperialismo americano, conforme já Trotsky salientara, em circunstâncias diferentes, nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, marcados pela grande crise de 1929, aproveita as próprias consequências da crise para fortalecer ainda mais a sua posição proeminente em relação aos seus concorrentes. Hoje em dia, esta superioridade do imperialismo americano sobre todos os seus “aliados” é qualitativamente mais forte, fazendo-se, ainda, sentir em condições ainda mais deterioradas do sistema de exploração capitalista em geral. Neste contexto, longe de perderem a sua utilidade para a classe exploradora, as instituições reaccionárias estabelecidas no período anterior adquirem papel crescente como correia de transmissão das vontades do imperialismo americano. Enquadra-se nisso a União Europeia, que vai mais do que nunca desempenhar o papel de organismo centralizador de todos os ataques contra as classes trabalhadoras da Europa. Não se pode travar a lutar política contra cada um dos governos burgueses da Europa sem intervir pela ruptura com essas instituições anti-operárias e antidemocráticas. Os eventos actuais abrem uma nova fase na marcha para a guerra e para a barbárie, uma nova fase nos confrontos entre as classes, entre explorados e exploradores. As ameaças de generalização de conflitos em andamento não dependem das tendências “belicistas” deste ou daquele, decorrem antes do beco sem saída do sistema de exploração capitalista e representam uma componente de primeira ordem da luta de classes à escala internacional. Não há luta efectiva contra o perigo de guerra sem luta contra a exploração, exploração que hoje significa

comprometer todas as conquistas sociais e políticas obtidas pelas lutas passadas da classe operária e, portanto, liquidar tudo o que, de elementos democráticos, resta nas formas actuais da dominação do imperialismo. Para contrariar essa ofensiva, em cada país como à escala internacional, a classe trabalhadora mais do que nunca necessita das organizações que construiu e da sua independência.

Independência política da classe operária significa recusar cooperar seja de que modo for com o sistema de exploração por se considerá-lo inevitável e indestrutível. A independência política mergulha as suas raízes na acção efectiva da classe trabalhadora, nas batalhas concretas que leva a cabo. E só pode afirmar-se na sua plenitude com partidos políticos cujo objectivo explícito seja a destruição do sistema de exploração capitalista.

Nos Estados Unidos, a violência dos abalos políticos que afectam todas as instituições e todas as representações é inseparável da afirmação das reivindicações da classe trabalhadora no terreno. O profundo movimento dos professores que arrebatou aumentos salariais significativos, não só na Virgínia Ocidental como, também, no Oklahoma, Kentucky e Arizona, é um indicador do amadurecimento que está ocorrendo na massa dos assalariados de todas as profissões. Não foi por acaso que este movimento — que, deflagrado embora, em grande parte, ao arrepio dos obstáculos criados pelas chefias sindicais, sempre tentou, ainda assim, reapossar-se das organizações — se desenvolveu em Estados onde vigora a legislação anti-sindical “*Right to work*”, dirigida contra o direito à greve; nem foi por acaso os professores, cujos salários mal representam metade dos pagos — para a mesma qualificação — noutros sectores, terem sido os primeiros a meterem-se à batalha. O problema é, porém, geral: a despesa pública afecta à educação não tem parado de sofrer cortes, enquanto as despesas militares atingem níveis sem precedentes, prevendo o mais recente orçamento de Trump afectar à defesa nacional despesas da ordem de mais de 700 mil milhões.

Nos Estados Unidos, a acção dos professores e de outros empregados dos serviços públicos precisa de expressão política, como dela precisam todas as lutas de toda a classe operária. Ao contrário do que proclamam os dirigentes federais das organizações sindicais, essa expressão política não pode ser o Partido Democrata, partido da burguesia imperialista cujos chefes e representantes eleitos estão tão presos à máquina da guerra imperialista e às grandes potências financeiras e industriais como os do Partido Republicano; nem uma suposta esquerda desse partido, igualmente ligada ao capitalismo. Do que a classe trabalhadora precisa é do seu próprio partido, assente nas organizações nascidas da luta da própria classe operária. O que é verdade para os Estados Unidos não é menos verdade em todos os países. A independência de classe só se pode afirmar numa organização política cuja acção e objectivos correspondam exclusivamente aos interesses da classe operária. Contribuir para a luta por tais partidos é a tarefa da 4ª Internacional e da acção pela sua reconstituição.

A redacção

● DOSSIER

Em que Ponto Está a China?

Por Alain Frandor

Para os militantes, grupos e organizações do CORQI, é chegado o momento de reatar a reflexão sobre a situação na China. O artigo que se segue enquadra-se, como elo desta, na constante elaboração política da IVª Internacional e das posições que ela tem tomado nas diferentes etapas da revolução chinesa (1).

O propósito do artigo é, estribando-se em factos, o de responder à seguinte questão: comprometem ou não os acontecimentos mais recentes a pertinência das análises anteriores? Este artigo é vertido como contribuição para a discussão da próxima reunião do comité internacional constituído por ocasião da segunda conferência internacional do CORQI, em novembro de 2018.

O seu destinatário primário são, naturalmente, os militantes chineses com quem a IVª Internacional mantém relações fraternas de luta na intervenção pelo direito à organização independente da classe operária, assim como todos aqueles que, na própria China, lutando contra a burocracia corrupta, tentam reatar laços com o marxismo.

A presente contribuição publicar-se-á em duas partes. A primeira, neste número d’A Internacional, revisita as condições em que se formou a República Popular da China, a natureza do Estado chinês, as consequências da subordinação crescente da economia chinesa ao mercado mundial. Estas análises prendem-se, para nós, com a luta da classe operária chinesa, que não só foi fundamental na própria revolução chinesa, como marcou, também, todas as etapas que se sucederam à revolução de 1949 (movimento das “Cem Flores” em 1957-58, “Revolução Cultural” em 1966-67, movimento revolucionário em 1989).

No próximo número, voltaremos a examinar a evolução e as condições da luta actual da classe operária, a crise por que a burocracia passa e as perspectivas políticas que a IVª Internacional abre. Abra-se a discussão!

China, Inimigo Irreconciliável do Imperialismo

Mal os riscos de conflito militar às portas da China — Trump chegou a ameaçar a Coreia do Norte com o botão nuclear — se atenuaram momentaneamente e já uma guerra comercial se abre contra a China — sem prejuízo de a ela se poder vir a sobrepor um conflito militar a sério. Porém, haja as modificações e convulsões que houver, a política do imperialismo americano no seu conjunto impulsiona a multiplicação de conflitos armados e, em definitivo, a guerra generalizada. Procure-se a raiz desta evolução não na personalidade de Trump (ainda que ela desempenhe um certo papel), mas sim no beco sem saída em que o sistema capitalista no seu conjunto se encontra.

Neste contexto, independentemente de formas conjunturais e dos diversos aspectos da pressão do imperialismo (económica, diplomática e militar), a China não deixou de ser alvo central, prioritário.

Ontem, Washington e os seus subordinados interpunham queixas junto da Organização Mundial do Comércio (OMC), faziam manobras militares ao largo da China ou da Coreia do Norte e socorriam-se do tratado transpacífico de Obama (entretanto abandonado pelos Estados Unidos).

Num relatório do Secretário para a Defesa de Trump, a doutrina estratégica americana é hoje definida da seguinte maneira: *“É a rivalidade estratégica entre Estados, e não o terrorismo, que ocupa actualmente o primeiro lugar das preocupações de segurança nacional dos Estados Unidos. (...) A China é um concorrente estratégico que se entrega a práticas económicas predatórias.”*

Porque considera o imperialismo, o americano em particular, a China como inimigo irreconciliável? Porque a qualifica de *“concorrente estratégico”* (2) e a empurra, conseqüentemente, para *“o primeiro lugar das preocupações de segurança nacional dos Estados Unidos”*?

Não é por falta de a burocracia chinesa ter feito concessões cada vez maiores ao imperialismo, mormente desde que, há cerca de quarenta anos, lançou a política de reforma que abriu o país às multinacionais e criou condições para a restauração capitalista.

Só que, para o imperialismo, isso nunca será suficiente. O que lhe interessa é destruir as relações de propriedade estabelecidas pela revolução de 1949.

No ponto de vista capitalista, a longo prazo é impossível a coexistência pacífica com um Estado baseado na propriedade social.

Dependendo da relação de forças entre as classes à escala internacional, o imperialismo pode ver-se obrigado a, durante algum tempo, tolerar a existência de um Estado assim definido, contraditório com a lógica do mercado capitalista.

A outro nível, quando uma vaga revolucionária obriga a burguesia a conceder a nacionalização de sectores inteiros da indústria ou dos serviços, ela, adaptando-se embora momentaneamente ao facto, nunca perde de vista o seu objectivo, que é regressar ao ataque e reconquistar o terreno perdido.

Ora, ao nível do Estado, o que é a propriedade social se não a nacionalização generalizada às mãos de um Estado que, fruto de uma revolução social, já não é dominado pela classe capitalista?

Para o imperialismo, a razão por que a República Popular da China (RPC) é um inimigo irreconciliável de longa data é a revolução chinesa de 1949, o movimento revolucionário das massas oprimidas das cidades e dos campos, que, há quase setenta anos, acarretou a expulsão das potências imperialistas, a destruição da grande propriedade fundiária e um processo de expropriação da burguesia nacional, no essencial estreitamente subordinada ao imperialismo.

A China deixou, assim, em consequência dessa revolução, de ser um Estado burguês. Se foi possível reconquistar a independência e a unidade nacional, foi graças às novas relações instauradas pela revolução.

Não há dúvida de que a gestão destas conquistas pela burocracia (3) ameaça a própria existência delas, profundamente minadas como hoje estão pela linha “restauracionista” promovida pela direcção do Partido Comunista Chinês. Contudo, para já, as fundações sociais criadas pela revolução ainda não foram destruídas. Para Trump, é a própria existência do Estado chinês que é contraditória com a ordem imperialista mundial tal como Washington a concebe, mormente desde a queda da URSS.

Porque quis o imperialismo

“reintegrar a China na comunidade internacional”?

Em 1945, as grandes potências imperialistas (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, sendo a preponderância dos Estados Unidos indiscutível) e a burocracia estalinista puseram-se de acordo, em Yalta e Potsdam, para gizar uma ordem internacional de salvação do regime do lucro, ameaçado em todos os continentes pelo surto revolucionário das massas. Em 1949 interveio a revolução chinesa.

Não obstante a política da direcção do Partido Comunista Chinês, esta revolução proletária punha em xeque tal ordem internacional, ao transgredir as decisões tomadas conjuntamente pelo imperialismo e pela burocracia do Kremlin de partilhar o mundo em zonas de influência definidas em Yalta.

À escala internacional, após as devastações da guerra, a reconstrução funciona por pouco tempo. Manifesta-se, pois, potentemente o beco sem saída histórico do regime de propriedade privada dos meios de produção. A economia americana vem rapidamente a encontrar-se ameaçada de crise económica e financeira. Para tentar superá-la, o imperialismo não pode deixar de recorrer cada vez mais ao motor parasitário da economia armamentista (cuja lógica resulta mecanicamente na política de guerra generalizada).

As verbas militares aumentam. Os orçamentos da defesa dos Estados Unidos incham. Em 1970, atingem mais de 80 mil milhões de dólares, o que representa uma multiplicação por seis desde 1949!

Isso não basta, no entanto, para parar a crise de novo iminente: o mercado mundial não consegue absorver todas as mercadorias produzidas e há superabundância mundial de capitais, demasia de mercadorias, mesmo as militares.

Em Agosto de 1971, o presidente americano Richard Nixon resolveu levantar uma pauta de 10% sobre as importações e decretar a inconvertibilidade do dólar, moeda de pagamento internacional (4). E foi no exacto momento em que, para assegurar a sua própria salvaguarda, impôs essas medidas drásticas a todos os outros imperialismos num contexto marcado por um surto revolucionário mundial, nomeadamente com a guerra do Vietname, que o imperialismo americano decidiu iniciar a ofensiva para *“reintegrar a China na comunidade internacional”*. Apoiou a admissão da China nas Nações unidas. Nixon visitou Mao Zedong. Essa vontade comum de estabilizar a situação mundial é a base da cooperação da burocracia com o imperialismo.

Isto não obstante — mais tarde tornaremos a este aspecto — a reintegração plena e integral da China no mercado mundial dominado pelo imperialismo implicar, a prazo, a destruição das relações de produção instauradas pela revolução de 1949 e, portanto, a destruição do Estado na sua forma actual, o que ameaça a existência da burocracia como casta parasitária tomada como um todo.

Para o imperialismo, a “abertura” da China tem que ver com a tentativa de encontrar um novo campo para a valorização do capital, com um mercado imenso a conquistar. Com o mercado mundial a já não conseguir absorver todas as mercadorias produzidas, a abertura do mercado da China havia de permitir diferir a explosão de uma nova crise. Assim começa uma inserção profunda da China no mercado mundial e as “reformas” feitas pelo Partido Comunista Chinês para se adaptar ao mercado.

No período que antecedeu a explosão da nova crise em 2001 (a dos capitais especulativos que originaram a bolha especulativa da internet), após uma quinzena de anos de aplicação da *“política de reforma”*, a China é intimada por Washington e seus sequazes a submeter-se às regras do comércio mundial, aderindo à Organização Mundial do Comércio. Segundo um responsável americano, estava em causa *“abrir a China pelo lado de fora”*, ao não ter a política de reformas decidida em 1978 pelo Partido Comunista Chinês aberto a China pelo lado de dentro. Em finais de janeiro de 2017, os serviços do Secretário do Comércio americano fazem um balanço. Escrevem, em relatório ao Congresso: *“Parece claro que os Estados Unidos cometeram um erro ao apoiarem a entrada da China na OMC em termos que, como se veio a demonstrar, não eram eficazes para fazer com que a China abraçasse um sistema comercial aberto e orientado para a mercado.”*

Será exagero notar que, a cada explosão da crise do imperialismo, a China é posta na mosca do alvo do capital? Isso tem que ver com a natureza do Estado chinês, que, pelas relações de propriedade em que a sua economia assenta, não é um Estado como os outros. A relação de propriedade estatizada é uma expressão deformada de uma economia

socializada. Por este motivo, essa relação de propriedade representa — independentemente da política feita pela burocracia — um obstáculo às exigências da economia capitalista. O Estado chinês actual não pode, pela sua própria natureza, assegurar o domínio do sistema de propriedade privada dos meios de produção.

Por todas estas razões, a China representa uma anomalia intolerável para o imperialismo mundial. Se o é desde a vitória da revolução em 1949, é-o de modo ainda mais inaceitável para o imperialismo num mundo que testemunhou o desmoronamento da URSS em 1989-91 e, por conseguinte, aquilo que terá sido, segundo um ideólogo de Washington, “o fim da história”, “o ponto final da evolução ideológica da humanidade”, inaugurando a época, inultrapassável, do capitalismo vitorioso.

O relatório de 2017 do secretário do comércio americano martela: “A ideia de que os nossos problemas com a China possam ser resolvidos interpondo mais processos contenciosos na OMC é, quando muito, ingénua e, na pior das hipóteses, distrai os responsáveis políticos da gravidade do desafio posto por políticas que, na China, não são ditadas pelo mercado.” As políticas não ditadas pelo mercado são um “desafio” lançado ao imperialismo!

A crise amadurece

No Manifesto da segunda conferência internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) de novembro de 2017, lia-se: “Dez anos depois da crise de 2007, amadurece uma nova crise, ainda mais grave e devastadora do que a anterior. Os rios de capitais libertados pelos bancos centrais a pretexto de relançar a economia (...) apenas relançam... a especulação. (...) Este sistema em apodrecimento mantém-se única e exclusivamente graças a uma montanha de dívidas que não pára de inchar. A dívida total — a dívida acumulada de governos, empresas e agregados familiares — representa hoje mais do dobro do valor da produção mundial de bens e serviços. Nos Estados Unidos, a dívida total das famílias é maior do que em 2008, ano em que o sistema bancário se desmoronou.

Na China, o capital financeiro internacional tem incitado o governo a relançar a economia unicamente com base no endividamento, a fim de compensar a desaceleração da economia mundial: o endividamento das empresas do país duplicou em dez anos, enquanto a dívida total do país aumentou 70%. (...) Uma vez mais, os meios empregues para superar os efeitos de uma crise preparam as condições para o rebentamento da crise seguinte, a uma escala ainda maior. Foi já assim no caso da crise de 2007, produto diferido da política de baixas taxas de juros aplicada para jugular a crise de 2001 (a bolha da Internet).”

Na ameaça que pesa sobre a economia capitalista há que incluir o facto de, nos últimos vinte e cinco anos, a China ter sido encorajada pelo capital financeiro a enveredar por uma via de desenvolvimento considerável das suas capacidades de produção. Isto, a fim de poder dispor de uma mão d’obra barata, sem sindicatos e sujeita ao controlo burocrático. Foi o início de uma vaga mundial de relocalizações e baixa generalizada do custo do trabalho.

No entanto, as leis do capital também se impõem ao próprio capital. As capacidades de produção da indústria chinesa

excedem cada vez mais as capacidades de absorção do mercado. Para evitar um colapso imediato e permitir ao capital financeiro continuar a ter esse mercado à sua disposição como válvula, o capital financeiro internacional passou então a incentivar a China a endividar-se cada vez mais.

Esta exigência foi perfilhada pelos dirigentes chineses, mas não sem contradições. Assim, a dívida total na China passou, em dez anos, de 1,5 a 3,3 vezes o PIB, entre endividamento junto de instituições internacionais e endividamento interno. E a crise ameaça perigosamente. Xi Jinping, o secretário geral do PCC, acaba de atribuir às autoridades, como “primeira tarefa dura a cumprir”, a da “debelação dos riscos financeiros”.

A propriedade social, fruto da revolução de 1949, concentra estes desafios. Será exagero afirmar que a inserção da economia da China no mercado mundial e os laços que esta tem atado com o mercado mundial estruturado pelo imperialismo em decomposição estão progressivamente arrastando o país para uma subordinação crescente, que representa uma ameaça existencial para o poder da burocracia, simultaneamente confrontada com o perigo mortal representado pelo movimento da classe operária?

Revisitando a revolução de 1949

A revolução de 1949 apareceu, na China, na continuidade de uma série de explosões revolucionárias pelo mundo fora. Foi parte constituinte do movimento pelo qual os trabalhadores e os povos procuravam o caminho da revolução tanto nas metrópoles imperialistas como nos países dominados. Componente desta vaga revolucionária do pós-guerra, a revolução chinesa infligiu um golpe de primeira ordem à vontade conjunta do imperialismo e da burocracia estalinista da ex-URSS de garantir a preservação do sistema de exploração capitalista à escala mundial.

Em Agosto de 1945, após a rendição do Japão, Washington e Moscovo reconhecem como únicas autoridades governamentais as que Chang Kaichek, chefe do partido nacionalista burguês Kuomintang, procura restabelecer. O Partido Comunista Chinês (PCC) cavalgara, por sua vez, um movimento das massas camponesas pela reforma agrária. Depois de refrear esse movimento, a direcção do PCC, encurralada pelas ofensivas dos exércitos do Kuomintang, vê-se obrigada a encabeçar o combate, construindo um aparelho militar que se viria a tornar no Exército Popular de Libertação.

A direcção do PCC continua a pronunciar-se por uma política assente no “bloco das quatro classes” (operários, camponeses, intelectuais e burguesia nacional), aceitando, em 1946, a proposta americana, formulada pelo general americano Marshall, de um “governo de coligação democrático” com o Kuomintang de Chang Kaichek.

Durante todo o ano de 1946, realizam-se negociações sob a égide da missão Marshall, com o apoio insistente de Estaline. Prosseguem, sem êxito, até 1947. Segue-se-lhes a guerra civil. A vitória do Exército Popular de Libertação (EPL), sob a direcção do PCC, construir-se-á com o apoio das massas camponesas. Enquanto, nas zonas libertadas, os camponeses repartem já as terras sem esperarem pelas ordens de cima, em outubro de 1947, a direcção do PCC toma a decisão de apelar à reforma agrária.

Promulga uma lei agrária aplicável nas regiões que fiquem debaixo do seu controlo. A lei dispõe: “Artigo 1º: é abolido o sistema agrário de exploração feudal e semifeudal. Instaura-se o sistema agrário de “a terra para os camponeses”. Artigo 2º: são abolidos os direitos de propriedade de todos os proprietários fundiários.” (5).

Do mesmo passo, a direcção do PCC proíbe órgãos independentes dos camponeses pobres, controlando, através do aparelho militar, a junção com as massas operárias das cidades, ali proibindo igualmente comités operários e ocupações de empresa e perseguindo os militantes revolucionários. Mesmo assim, o apelo à reforma agrária contribui para fazer deflagrar a tempestade revolucionária nos campos.

A decisão é contraditória com as instruções que chegam de Moscovo. A direcção do PCC vê-se, assim, na contingência de não se subordinar a todas as exigências de Estaline, que, em conformidade com os compromissos celebrados em Ialta, apoiará Chang Kaichek até este fugir para Taiwan, em finais de 1949.

A mobilização das massas operárias contra os capitalistas desenvolve-se segundo a sua própria lógica. Apesar dos apelos da direcção do PCC a poupar os “patrões patriotas”, nas cidades, os conflitos multiplicam-se ainda antes da libertação pelos exércitos camponeses. O seu número amplifica-se à medida que as tropas de Chang Kaichek são batidas e abandonam o terreno. Em Xangai, deflagram setecentos conflitos só no mês de junho de 1949.

A vitória dá-se com a decomposição e, seguidamente, queda do poder corrupto do Kuomintang, varrendo as instituições podres do Estado. A fermentação revolucionária prossegue de 1949 a 1958.

O aparelho do PCC ainda não controla completamente o da central sindical All-China Federation of Trade-Unions (ACFTU), constituída em 1925. Pelo lugar que é o seu, este aparelho está sujeito ao ímpeto operário e a sentir-lhe a pressão. Não que isso impeça o vice-presidente do sindicato de reflectir do seguinte modo a linha oficial, em novembro de 1949: “As reivindicações dos trabalhadores eram por vezes demasiado elevadas. Em alguns casos, as acções e formas de luta não foram as apropriadas. O resultado foi o fecho de algumas empresas, a paragem da produção e a fuga dos capitalistas. Isto, em detrimento dos interesses gerais de recuperação e desenvolvimento da produção.”

Ora, nas fábricas, esta linha não passa tão bem como o aparelho do partido exige. Em 1953, Li Lisan, o presidente da ACFTU, é corrido por não conseguir domesticar a central sindical.

No mais, a diferenciação entre aparelho de direcção do partido e partido propriamente dito, sendo embora real, ainda não atingiu as proporções a que mais tarde chegará no âmbito da gestão do Estado. As próprias condições da luta armada não tinham verdadeiramente permitido que se constituísse uma camada burocrática em vincada diferenciação social do conjunto dos combatentes.

A mobilização revolucionária, que continua depois de 1949, corre a par da pressão do imperialismo, que, a partir de 1951, com a guerra da Coreia, ameaça a China. Esta situação empurra a direcção do PCC para incursões cada vez mais profundas no regime de propriedade privada. Realiza-se, assim, uma hipótese formulada no programa de fundação da

IVª Internacional, a de que não se podia excluir que, “sob a influência de uma combinação de circunstâncias absolutamente excepcional (guerra, derrota, crise financeira, ofensiva revolucionária das massas, etc.), partidos pequeno-burgueses, incluindo os estalinistas, possam ir mais longe do que eles próprios queiram na via da ruptura com a burguesia.” Em poucos anos, o capital estrangeiro e nacional é expropriado; a terra tornou-se propriedade colectiva, e a indústria, propriedade do Estado; instaura-se o monopólio do comércio externo, assim como o planeamento económico. É o fruto do alastramento da vaga revolucionária dos operários e camponeses, reforçado pela luta contra a agressão imperialista, com a guerra da Coreia. A propósito da URSS, Trotsky define deste modo o Estado operário, na *Revolução Traída* (agosto de 1936): “As classes definem-se pelo seu lugar na economia social e, principalmente, pela sua relação com os meios de produção. Nas sociedades civilizadas, a lei define as relações de propriedade. A nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e das trocas, e também o monopólio do comércio externo, constituem as bases da sociedade soviética. E estas conquistas da revolução proletária definem, aos nossos olhos, a URSS como Estado proletário.”

Se bem que os dirigentes do PCC lhe chamem “libertação nacional”, recusando-se a caracterizá-la como revolução, o que se passou foi efectivamente uma revolução proletária, começando a constituir-se, em lugar das instituições podres do Kuomintang, um Estado operário, deformado desde o princípio. Na verdade, “para cumprir as tarefas democrático-burguesas da questão da terra e da independência nacional, a revolução chinesa só podia vencer enquanto revolução proletária, destruindo, portanto, até às fundações o domínio económico e político do capitalismo. É o suficiente para dar à revolução chinesa a sua legitimidade histórica”, escrevia a IVª Internacional em 1964 (*La Vérité*, nº 528).

Foi a propriedade estatal dos meios de produção e da terra que, apesar das políticas desastrosas ditadas pela direcção do PCC, permitiu à China desenvolver-se, unificando o país e devolvendo-lhe a sua soberania apesar dos assaltos do imperialismo (guerras da Coreia e do Vietname). Na época da decadência do sistema capitalista, nenhum país atrasado pode desenvolver a sua economia de modo racional com base na propriedade privada dos meios de produção.

Foi o capitalismo restaurado na China?

Se devesse houve revolução social, com a expropriação do capital e dos grandes proprietários fundiários, já o poder político nunca foi exercido pelos operários e camponeses. Em 1949, constituiu-se, pois, um governo em ruptura com o imperialismo. Já vimos que isso se fez, em parte, contra a política da direcção do PCC, que procurava manter os laços com o imperialismo por intermédio de Chang Kaichek. Ao desmoronar-se o Kuomintang, o PCC chama a si, desde o princípio, todo o poder político. Nenhuma representação democrática do proletariado em conselhos operários verá a luz do dia.

Os operários e camponeses foram expropriados politicamente do seu próprio movimento revolucionário pelos dirigentes do PCC, viram-se privados de poder de decisão e controlo das decisões do poder. A cada tentativa de criar organizações independentes antes ou depois de

1949, os operários e camponeses esbarraram em pressões, proibições ou repressões. Nisso reside dizer-se que o Estado operário estava deformado, viciado à partida pela confiscação do poder político pelo Partido.

Para assentar o monopólio do seu poder, o PCC não podia tolerar qualquer expressão independente. Neste ponto de vista, a repressão e eliminação dos militantes trotskistas que participaram na revolução de 1949 era uma necessidade para a burocracia, manifestação da impossibilidade do direito a existir de alguma tendência que ela não controlasse directamente.

Inversamente, a direcção do PCC bate-se pela criação, logo de início, de um órgão parlamentar que reunisse representantes das “quatro classes”: a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, prolongamento da conferência organizada pelo Kuomintang de Chang Kaichek em 1946 com a incumbência de constituir o “governo de coligação democrática”, nado morto. Foi esta Conferência Consultiva que veio a escolher a bandeira chinesa, com as suas quatro estrelas a representarem as “quatro classes”. A Assembleia Nacional Popular nascerá somente em fins de 1954.

No entanto, o PCC não deve o seu poder a “quatro classes”; deve-o a uma e uma só coisa: a mobilização das massas, cujo movimento chega à expropriação dos proprietários fundiários e do capital, apesar da política de procurar tecer laços com a propriedade privada. O PCC subtrai-se, porém, a todo e qualquer controlo por parte dos operários e camponeses, detendo, portanto, o poder não em relação de confiança com as massas, mas no permanente receio do seu movimento.

Para administrar o país e manter a ordem, o PCC irá construir um aparelho burocrático que se apodera do Estado. Assim se irá constituindo uma camada social cada vez mais gigantesca, cuja principal preocupação consistirá em manter o seu poder, dadas as vantagens materiais que extrai das suas posições de privilégio. Desde a vitória da revolução de 1949, a direcção do PCC teve de se defrontar com vários grandes sobressaltos e movimentos revolucionários. Cada um destes movimentos comprometia, por formas decerto diferentes, a sua política de monopolização do poder (publicamos no presente número alguns documentos ilustrativos).

Da revolução saiu, pois, a instauração de um Estado operário burocraticamente deformado, não só por causa da ditadura política exercida pelo PCC sobre a classe operária e o campesinato, mas também da sua política, que mina as fundações desse mesmo Estado.

Não obstante, é um Estado que não pode garantir a dominação económica e política do sistema capitalista. Um Estado é, com efeito, definido pelas relações sociais de produção em cuja base se construiu e assenta. Que lugar tem a burocracia no Estado operário?

Trotsky explica acerca da burocracia soviética, que ela *“expropriou politicamente o proletariado para defender pelos seus próprios métodos as conquistas sociais do proletariado. Porém, o simples facto de ela se ter apropriado do poder num país cujos mais importantes meios de produção pertencem ao Estado estabelece relações inteiramente novas entre ela e as riquezas da nação. Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado “pertence”, de certa forma, à burocracia.”*

Qual é a natureza desta burocracia? *“Marx escrevia que, no primeiro período da existência do Estado operário, subsistem dentro dele formas burguesas de repartição. (...) A burocracia representa o órgão dessa repartição. Isso implica que mesmo a burocracia mais revolucionária representa, até certo ponto, um organismo burguês no Estado operário.”*, recorda Trotsky em *Em Defesa do Marxismo* (novembro de 1937). Especificando depois, em *A IVª Internacional e a URSS*: *“A burocracia devora, dissipa e dilapida uma parte importante do bem nacional. A sua direcção sai muito cara ao proletariado. Ela ocupa uma situação extraordinariamente privilegiada na sociedade soviética, não somente em termos de direitos políticos e administrativos, mas também em termos de enormes vantagens materiais. Porém, nem apartamentos maiores, nem bifes mais vermelhos nem mesmo Rolls Royces fazem, só por si, da burocracia uma classe dominante independente. (...) Quando a burocracia, para falar singelamente, rouba o povo, isso tem que ver não com uma exploração de classe no sentido científico da palavra, mas com parasitismo social.”* Ou ainda: *“Os privilégios da burocracia são abusos, (...) um aspecto de parasitismo social.”* A burocracia chinesa é uma casta que transmite a pressão da burguesia para dentro do Estado operário.

Ainda hoje, o monopólio do poder está nas mãos da burocracia e do seu órgão político, o Partido Comunista Chinês. Em regime capitalista, o governo desempenha um papel de *“conselho de administração que gere os negócios comuns a toda a classe burguesa”*. Num sistema cujas bases sociais são a propriedade social, o órgão de direcção da economia é o Estado. E a burocracia gere o Estado. Até os bilionários chineses que constituíram fortuna no âmbito da política de abertura ao capital estrangeiro (e que com ele teceram laços importantes, pilhando a propriedade social) permanecem, no fim de contas, à mercê das decisões do Estado. De um dia para o outro, no contexto das lutas fraccionais internas no aparelho da burocracia, este ou aquele dirigente que se achava no cume dos negócios e da fama pode dar por si na prisão.

Comentadores confessos partidários do mercado (mas também muitas organizações ditas de extrema esquerda) falam de novo imperialismo, imperialismo rival do imperialismo americano. Um dos argumentos que avançam passa por realçar que, segundo as novas regras de cálculo do PIB (elaboradas pelas instituições internacionais no início dos anos noventa), a China será o número dois da economia mundial, rival directo, portanto, do número um, os Estados Unidos. É verdade que, por esse método de cálculo, se pode decretar que a China — que tem cinco vezes mais habitantes do que o número um — é o número dois mundial. Como esquecer, todavia, que, no que diz respeito ao PIB por habitante, esses cálculos, assaz arbitrários, relegam a China para uma posição vizinha da da República Dominicana? (6) É nesta campanha de propaganda internacional acerca do pretensão imperialismo chinês que se enquadra, nomeadamente, a questão dos conflitos territoriais sobre as ilhas do Mar da China. Observar-se-á simplesmente que, há quarenta anos, existia um statu quo. E que reapareceram vigorosas reivindicações territoriais japonesas contra a China no momento em que Hillary Clinton e Obama decidiram que os Estados Unidos iam estar *“de volta à Ásia, para ficar”*, com

a sua nova política de “viragem para a Ásia”. Passaram, assim, a estar presentes no Mar da China riscos de guerra.

Uma vez mais se verifica que o imperialismo é o estádio supremo do capitalismo, aquele em que o capitalismo entrou definitivamente no caminho da putrefacção, da destruição e das guerras. A humanidade nunca conheceu tantas guerras “regionais” como nos últimos trinta anos. Estas guerras, movidas pelo imperialismo americano, sim, mas também pelos imperialismos francês, inglês, alemão e italiano, no Iraque, no Afeganistão, na Líbia, na Síria, em África..., são dirigidas contra os povos, esfacelando as nações.

Noutro plano, a iniciativa denominada *Rotas da Seda*, lançada pelos dirigentes chineses em 2013, cujo propósito é assegurar o abastecimento em matérias-primas necessárias à economia do país e às suas exportações, tem igualmente sido denunciada como fruto de desígnios imperialistas. Na realidade, a burocracia tenta apenas obter uma margem de manobra. É uma estratégia puramente defensiva face à pressão do capital internacional. Não tem que ver com uma extensão do capital financeiro, nos termos em que a definiu Lenine no *Imperialismo, Estádio Supremo do capitalismo*. Que se invistam no estrangeiro capitais que dependem, no fim de contas, do Estado chinês não basta para modificar a natureza das relações sociais na China.

Tanto mais que esses investimentos são de um tipo particular. Não faltam, é certo, estudos e artigos de imprensa a vilipendiar o imperialismo chinês por estar a deitar a mão à África. A realidade dos números obriga, todavia, a uma análise bem diferente. “*O investimento directo estrangeiro (IDE) chinês em África representava 1,2% do IDE chinês em 2016, sendo a tendência, nos últimos anos, para o IDE baixar em valor absoluto e em valor relativo ao lucro dos Estados Unidos e da Europa. A França, o Reino Unido e os Estados Unidos investem muito mais do que a China em África, sem contar a Índia, a África do Sul e os Emiratos Árabes Unidos*” (Thierry Pairault “*Le Point*”, fevereiro de 2018).

Em 2017, o investimento directo chinês em África voltou a cair: já só representou mil milhões de dólares. No entanto, os números pouco importam, o que é preciso é acreditar ser a China um Estado imperialista que está a despedaçar a África! É claro que para o trabalhador africano sujeito à exploração do patrão chinês, isso não deixa de ter as suas consequências, devendo ele procurar organizar-se para resistir e levar de vencida os seus direitos.

Aos militantes honestos que, no movimento operário, querem saber se a China terá inventado um novo capitalismo, convém dar argumentos sérios e assentes em factos reais.

Acerca das reformas

A vitória da revolução chinesa em 1949 veio subverter a situação internacional congelada em lalta, incitando ao desenvolvimento das lutas de libertação nacional nos países colonizados e exercendo profunda influência nos povos explorados e oprimidos. Esta nova etapa da revolução mundial entrava em contradição com a construção do socialismo num só país, “teoria” destinada a justificar os interesses e privilégios da burocracia do Kremlin. Mudava o equilíbrio das forças no âmbito da coexistência pacífica.

O Kremlin irá rapidamente procurar um acordo com o imperialismo americano, que fará de Pequim o Perú de uma

farsa trágica: o sacrifício da revolução chinesa em nome da coexistência pacífica. Em tais condições, o PCC avançou por seu turno para a “teoria” do “socialismo à chinesa”, pálida réplica do “socialismo num só país” de Estaline, negação da unidade mundial da luta de classes.

À escala internacional, a burocracia chinesa irá procurar os seus próprios acordos com o imperialismo a fim de proteger o seu exercício do poder. As suas primeiras manifestações de apoio à ordem mundial serão as condenações — ao lado da burocracia estalinista de Moscovo — das insurreições operárias de 1953 e 1956 em Berlim, na Polónia e na Hungria. Seguidamente, a política da burocracia chinesa traduzir-se-á, na Indonésia, em outubro de 1965, no massacre de centenas de milhares de militantes operários, em primeiro lugar os militantes do poderoso Partido Comunista Indonésio. Reflectir-se-á igualmente, com consequências trágicas, na Índia e no Bangladesh (7).

Dentro da China, o movimento da Revolução Cultural lançado por Mao Zedong por conta dos interesses de uma fracção da burocracia, em parte controlado, ir-lhe-á escapar parcialmente: a juventude atirar-se aos burocratas. Ao constituir-se a Comuna de Xangai, “segundo o modelo da Comuna de Paris”, em Janeiro de 1967, Mao Zedong decide fazer intervir o exército. “*Se transformássemos tudo em comunas, que seria feito do partido? Poderá porventura a Comuna substituir o partido? A meu ver, não há que proceder a uma mudança de denominação e passarmos a chamar-nos Comuna*”, diz.

A repressão que se abate sobre os “guardas vermelhos”, movimento em que se haviam empenhado amplos sectores da juventude, e a restauração sangrenta da ordem pelo exército irão marcar uma viragem na política interna da burocracia. Todas as suas fracções se unem para enfrentar a ameaça da revolução política, contra as massas. O medo de perder o poder para o poder operário, para a Comuna, impele a burocracia a tecer laços mais estreitos com o imperialismo.

Dá-se um grande passo quando Mao convida o presidente americano Nixon a visitar a China, em 1972, satisfazendo a própria exigência deste de reintegrar a China no mercado mundial dominado pelo imperialismo. Progressivamente, os acordos celebrados irão fazer com que a China se subordine às exigências do capital. Em 1978, o PCC adopta a política de abertura e reforma lançada por Deng Xiaoping. Neste sentido, pode-se dizer que Deng Xiaoping estava incluso em Mao. Todos os dirigentes do Partido Comunista Chinês que se seguiram prosseguiram, sem excepção, ainda que em graus diversos, esta política de abertura. No último congresso do PCC (o 19º, realizado em novembro de 2017), Xi Jinping apelou ao “*aprofundamento da reforma e da abertura*”. Estamos, pois, diante de uma constante da política de todas as direcções do PCC. Albert Keidel, antigo representante do Banco Mundial na China, explicava, findo o 17º congresso do PCC, em outubro de 2007:

“*As reformas económicas na China não têm que ver com uma personalidade. Muita gente pensa que foi Deng Xiaoping quem elaborou e deu à luz estas reformas, mas, se estudassem a história económica da China desde os anos cinquenta, veriam que as origens delas estão no segundo plano quinquenal, em 1955-56. (...) Não foi por acção de um homem que elas foram esmagadas pela Revolução Cultural*

nem que reapareceram no início dos anos setenta, quando se fez a promoção das zonas económicas da costa leste, com Chu Enlai. Quando Mao morreu, elas voltaram ao primeiro plano, e quem se impôs naturalmente foi Deng Xiaoping. Eu aposto, no entanto, que se não tivesse sido Deng, se ele tivesse sido assassinado, por exemplo, em 1976, teria sido outro.”

As “reformas” tendem a integrar a economia chinesa, “assente” na propriedade social, no mercado mundial dominado pelo regime de propriedade privada dos meios de produção. Esta lógica implica que fica posto em causa o Estado assente na propriedade social e, do mesmo passo, a própria burocracia. É uma contradição insolúvel para a burocracia, entalada entre as duas classes fundamentais à escala internacional.

A alternativa histórica é esta: ou o regime da propriedade privada — com ajuda de facto da burocracia — vinga, e a burocracia enquanto um todo desaparecerá com o Estado chinês; ou a revolução política, expulsando a burocracia corrupta, abrirá caminho à regeneração do sistema de propriedade social, na perspectiva da sua extensão a outros países (teremos ocasião de desenvolver o assunto na segunda parte deste artigo).

A política de reforma e abertura adoptada pela direcção do PCC em finais de 1978 consiste na instituição de “zonas económicas especiais” (ZEE) nas regiões costeiras, onde os capitalistas estrangeiros irão poder investir em condições preferenciais e explorar operários sem quaisquer direitos: os trabalhadores migrantes, cidadãos chineses do campo sem existência administrativa nem direitos fora da sua aldeia. Representam hoje mais de 285 milhões, segundo os números oficiais.

Esta mão d’obra é posta à disposição dos patrões pelas autoridades do PCC a todos os níveis, ao passo que, no resto do país, a classe operária e seus filhos beneficiam de emprego vitalício e aposentação garantida, educação, habitação e instrução gratuitas, potentes conquistas da classe operária arrebatadas durante os anos subsequentes à revolução.

Intimam-se, ainda, as empresas estatais, geridas pelas autarquias locais, que perdem dinheiro a reestruturarem-se. Os primeiros despedimentos, a inflação e a corrupção galopantes dos quadros do PCC alimentam o surto do movimento revolucionário de maio-junho de 1989, que bloqueia, na prática, as reformas, por algum tempo.

Estas reatam-se, *grosso modo*, em 1995 e até 2005, traduzindo-se em profundas reestruturações das empresas estatais e na privatização ou liquidação das mais pequenas (“Manter as grandes, largar as pequenas”, é a palavra de ordem oficial), bem como no desenvolvimento das zonas económicas especiais. Esta política acarretou o despedimento de 40 a 50 milhões de operários, não sem uma multiplicidade de greves e manifestações de massas (as grandes greves de Liaoyang em 2002, por exemplo), propiciando o desenvolvimento de um sector privado submetido por mil e um laços de dependência ou subordinação à burocracia do PCC e à administração do Estado. Quem ficou com as PME estatais liquidadas? Em 70% dos casos, os respectivos directores (que as transformaram em empresas privadas), portanto quadros e militantes do PCC na fábrica, responsáveis locais do PCC, aqueles que

gozam do apoio ou dos favores da administração estatal local e dos bancos, bancos que são estatais, dirigidos, portanto, pelo PCC, cujo aparelho se confunde com o aparelho de Estado.

Modificaram-se as relações de propriedade?

As reformas abertamente iniciadas há quarenta anos põem um problema teórico: poderão elas continuar sem pôr em causa o Estado operário burocratizado? E até onde? Na *Defesa do Marxismo*, Trotsky observa: “É evidente que o que tem sentido decisivo é o grau desse carácter burguês e a tendência geral do desenvolvimento. Se o Estado operário se desburocratizar e se reduzir progressivamente a nada, o desenvolvimento vai, portanto, no sentido do socialismo. Pelo contrário, se a burocracia se tornar cada vez mais poderosa, autoritária, privilegiada e conservadora, é que as tendências burguesas no Estado operário se desenvolvem em prejuízo das tendências socialistas. (...) contudo, enquanto esta contradição não ultrapassar o domínio da repartição para entrar na da produção e não rebentar com a propriedade nacionalizada e a economia planificada, o Estado continuará a ser operário.” É, pois, necessário examinar o estádio a que a China chegou e as suas tendências.

Terá a acumulação quantitativa de medidas restauracionistas tomadas pela burocracia levado à transformação qualitativa das relações de propriedade?

A Constituição chinesa de 2004 dispõe:

“Artigo 6º: A base do sistema económico socialista da República Popular da China é a propriedade pública socialista dos meios de produção, a saber a propriedade pelo povo inteiro e a propriedade colectiva pelos trabalhadores. O sistema de propriedade pública socialista substitui o sistema de exploração do homem pelo homem; aplica o princípio “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho”. No estádio primário do socialismo, o Estado mantém o sistema económico fundamental em que a propriedade pública domina, desenvolvendo-se as diversas formas de propriedade lado a lado e mantendo-se no sistema de distribuição, em que a repartição segundo o trabalho é dominante, coexistindo diversos modos de distribuição.

Artigo 7º: A economia estatal, isto é, a economia socialista, que pertence a todo o povo, é a principal força da economia nacional. O Estado assegura a consolidação e crescimento da economia estatal.

Artigo 9º: Todos os recursos minerais, águas, florestas, montanhas, pradarias, terras não recuperadas, praias e outros recursos naturais pertencem ao Estado, isto é, ao povo inteiro, com excepção das florestas, montanhas, pradarias, terras não recuperadas e praias, que são propriedade de colectivos, nos termos prescritos pela lei.

Artigo 10º: Nas cidades, a terra pertence ao Estado. As terras sitas nas zonas rurais e suburbanas pertencem a colectividades, com excepção das que pertencem ao Estado, nos termos previstos na lei; os prédios e parcelas cultivadas privadas de terras cultivadas e de colinas são igualmente propriedade de sociedades de gestão colectiva. (...) Nenhuma organização ou indivíduo se pode apropriar de terras, comprá-las, vendê-las ou comprometer-se por outro modo na sua transferência por meios ilícitos. O direito à utilização das terras pode ser transferido, nos termos previstos na lei.”

A terra é, pois, constitucionalmente propriedade colectiva ou estatal. Quando, em outubro de 2008, o comité central adoptou um texto que lançava as bases de um início de privatização possível da terra em nome de uma pretensa autonomia dos camponeses na gestão das suas terras — a verdade é que o capital estrangeiro andava a bater à porta do campo há vários anos —, as discussões e propostas ocasionadas pelo texto foram vivas, criando fracturas na cúpula do aparelho de Estado. Notar-se-á que os camponeses, pastores e pescadores representam mais de um quarto dos 90 milhões de aderentes do partido. Por fim, a agência oficial Xinhua assegurou que a propriedade colectiva da terra fora reafirmada, mas que, para os camponeses, se instituirá um sistema legal de locação, transferência ou troca de direitos de uso da terra. A revista americana *The Christian Science Monitor* interpelou o secretário geral do PCC à época, Hu Jintao: “Sr. Hu, abata essa muralha! O dirigente chinês nunca esteve tão perto de abater esta grande muralha protectora de um dos vestígios essenciais do comunismo: a propriedade estatal de todas as terras. Mas travou bruscamente, ao pôr-se a hipótese de escolher a propriedade privada.”

Citemos de novo Trotsky: “A revolução vitoriosa não é apenas um programa, uma bandeira, um conjunto de instituições políticas, é também um sistema de relações sociais. Não basta traí-la, depois ainda é preciso derrubá-la. (...) A revolução tem grande capacidade de resistência, que coincide com as novas relações de propriedade, com a força viva do proletariado, com a consciência dos seus melhores elementos, com a situação sem saída do capitalismo mundial, com a inelutabilidade da revolução mundial.” E os próprios termos da Constituição chinesa em matéria de propriedade indicam que estas relações sociais nascidas da revolução de 1949 ainda estão, no estádio actual, por derrubar, se bem que a política da burocracia precipite esse derrube a cada dia.

E que é do Estado e das empresas estatais?

A burocracia no poder reestruturou, entregando-se a um saque terrível, mas também propiciou o desenvolvimento de gigantes industriais no quadro do Estado, que mantêm um quase monopólio nos respectivos sectores de actividade. Um antigo jornalista do *Financial Times* em Pequim, que, em finais de 2011, se comprazia com os progressos do sector privado, dava por assente que “as rédeas essenciais da economia continuam nas mãos do Estado: o petróleo, a petroquímica, a exploração mineira, a banca, os seguros, os serviços de telecomunicações, o aço, o alumínio, a electricidade, a aviação, os aeroportos, os caminhos de ferro, os portos, as auto-estradas, o automóvel, a saúde, a educação e a administração”. Estes sectores representam cerca de 40% do sector industrial. Isto, após trinta anos de política de reforma...

Na realidade, para explicar este paradoxo de o poder incentivar paralelamente o sector privado, podem-se reutilizar os termos a que Trotsky recorria para caracterizar a burocracia na *Defesa do Marxismo*, em novembro de 1937: “A função de Estaline (...) tem dupla natureza. Estaline serve a burocracia e, por essa via, a burguesia mundial, mas não pode servir a burocracia sem preservar as fundações sociais que a burocracia explora no seu próprio interesse. Nessa

medida, Estaline defende a propriedade nacionalizada contra o imperialismo e contra as camadas demasiado impacientes e ávidas da burocracia. No entanto, efectua esta defesa com métodos que preparam o desmoronamento geral da sociedade soviética, razão por que é preciso derrubar a clique estalinista. Porém, quem tem que derrubá-la é o proletariado revolucionário. Este não pode confiar a tarefa aos imperialistas. O proletariado defende a URSS contra o imperialismo, apesar de Estaline.”

Entre as empresas estatais, há as controladas pelo governo central, que detém de facto as acções dessas empresas gigantescas: uma centena, segundo os números mais recentes, quando o projecto anunciado há uma dezena de anos era de reduzi-las a umas sessenta. Os bancos e instituições financeiras são controlados pela Comissão de Regulação Bancária (CBRC). Os seguros são igualmente controlados por instituições estatais. Numerosas entidades são administradas pelos ministérios do Comércio, da Educação, da Ciência e Tecnologia, etc.

Há, depois, as empresas estatais controladas pelos governos provinciais e dependentes das autarquias locais. São, ao todo, entre 150.000 e 190.000, segundo as fontes que se usem (189.000 em finais de 2016, segundo o *China Daily*, oficial).

Ao fim de quase trinta anos de privatizações, reestruturações, fusões-aquisições e parcerias, não é fácil orientar-se, e os números variam muito de fonte para fonte, por exemplo conforme o capital ser ou não detido (na totalidade ou maioritariamente) por um governo, autarquia ou outra entidade ligada ao Estado. (8)

Segundo um estudo americano exaustivo de 2011, o Instituto Chinês de Estatística não especifica todas as entidades com participação maioritária ou controlo estatal. Por exemplo, nas estatísticas de 2010, refere menos de metade das empresas industriais estatais (9.105 recenseadas, com 9.651, no mínimo, por publicar).

Em 2004, 70% das empresas industriais e comerciais cotadas em Bolsa eram estatais. Ainda hoje, é facto que a grande maioria das empresas cotadas são detidas por uma maioria de entidades estatais.

As empresas estrangeiras, que, em certos sectores, são legalmente obrigadas a formar parcerias com empresas chinesas, são classificadas no sector privado. Na realidade, as empresas estatais presentes nessas parcerias detêm ainda hoje a maioria do capital (51% em princípio).

Seja como for, quando a crise financeira rebentou nos Estados Unidos no verão de 2007 e, em 2008, começou a provocar devastações no emprego na China, não foi o sector privado que entrou em acção.

A mobilização dos meios do Estado, das autarquias, das empresas estatais, com um plano de 450 mil milhões em obras de infra-estrutura, restituiu trabalho às dezenas de milhões de trabalhadores migrantes postos na rua, ao passo que a classe operária dos países em que domina o sistema de propriedade privada dos meios de produção conhecia despedimentos e miséria. Este relançamento, virado não para o resgate dos bancos e dos especuladores, mas para a produção (não sem que o esbanjamento burocrático e a corrupção limitassem o seu alcance), poupará a China ao desmoronamento económico que afectou numerosos países, em particular na Ásia.

Desde então, os investimentos estatais voltaram a aumentar logo desde meados de 2010, não tendo a progressão voltado a parar (de 10% em 2006 a mais de 30% em 2016), com grande pena das instituições financeiras internacionais. E, desde 2011, a proporção dos investimentos privados está praticamente estagnada.

Além das grandes empresas, contam-se, na China, muitas empresas individuais ou privadas, dezenas de milhões de pequenas estruturas que empregam, em média, quatro ou cinco assalariados. Há, ainda, milhões de pessoas e de pequenas sociedades que vivem da especulação financeira. Um ministro dizia, em 2010, que 90% das 43 milhões de empresas na China eram privadas. Com a política de reformas dos anos oitenta, desenvolveram-se micro-empresas familiares, portanto privadas (com efectivos limitados a sete), depois SARLs, que representam hoje a maior parte do sector privado. No entanto, as formas do sector privado são muito variáveis, pelo que nem tudo o que não é público é necessariamente privado. *“Segundo a Administração Geral do Estado para a Indústria e o Comércio, em finais de setembro de 2012, contavam-se 39,85 milhões de empresas individuais, ou seja, um aumento anual de 45,3% desde 2007, enquanto o número de empresas privadas ascendia a 10,6 milhões, um aumento anual de 76,1% para o mesmo período. As empresas individuais e privadas representam 80% do emprego nas regiões urbanas”* (agência oficial Xinhua, 4 de dezembro de 2012). Segundo as fontes, empregavam entre 180 e 200 milhões de pessoas, portanto menos de quatro postos de trabalho por empresa!

O desinvestimento do sector público pelas autoridades locais do PCC deu-se muitas vezes pela privatização das pequenas e médias empresas não rentáveis a benefício dos antigos directores e quadros, por vezes dos empregados e operários (compra obrigatória de acções, por exemplo). Além disso, deram-se por vezes empresas estatais em locação a empresários privados, com contratos de objectivos e partilha de lucros com as autoridades locais. Outras foram privatizadas, mas sempre com uma parte pública, maioritária ou não. Existem, ainda, empresas privadas filiais de empresas públicas, criadas por quadros dirigentes por desvio de dinheiros públicos, ou sociedades privadas fundadas pelos mesmos, empresas de alta tecnologia “privadas”, fundadas e financiadas por laboratórios universitários ou organismos estatais. Muitas das empresas em parceria com capitais estrangeiros maioritários são PMEs, ao passo que as grandes mantêm uma parte pública maioritária (autarquias locais).

Quem são os empresários, os tais patrões das empresas privadas? No princípio da reforma e até meados dos anos noventa, 70% são, nos campos, antigos quadros administrativos ou técnicos das comunas populares, 30% são “patrões” na cidade (na realidade, fazem “ganchos”). Nos anos 2000, há mais patrões na cidade do que nos campos: continua a haver “ganchos” (vendedores ambulantes, serviços pessoais, etc.), muitas vezes por sociedades unipessoais, mas passa a haver quadros de empresas públicas, investigadores, estudantes diplomados, os que voltam do estrangeiro, a montar as suas empresas com capitais familiares e relações pessoais, incentivados pelas autoridades e administrações locais.

Constituirão todos esses proprietários privados uma classe social, dotada de representação política própria,

preparando-se para tomar o poder, com jornais e organizações próprios e a mira no derrube das relações sociais instauradas na sequência da revolução de 1949?

Existe uma burguesia chinesa?

Põe-se a questão: terá a existência, bem real, de capitalistas chineses resultado na constituição de uma burguesia chinesa? Há deveras muitos capitalistas, alguns, muito ricos! Há mesmo multimilionários com assento no comité central do Partido Comunista Chinês, enquanto outros patrões ricos são membros da Assembleia Nacional Popular (ANP), outros ainda da Conferência Consultiva Política (a segunda assembleia, que é a de 1946, mantida). Em 2016, entre os 1.271 cidadãos mais ricos do país, contavam-se 203 deputados à ANP. A revista especializada *Hurun* calcula em 153 o número dos que figuravam nas assembleias que se desenrolaram no início de março de 2018, elevando-se a respectiva riqueza acumulada a 650 mil milhões de dólares, ou mais 30% do que em 2017.

Observa-se um crescimento exponencial do número de multimilionários deste jaez. Onde vêm? O parlamentar mais rico do mundo é o patrão da Tencent, com uma fortuna de 47 mil milhões de dólares, à cabeça de uma empresa de aplicações e serviços Internet que vale 540 mil milhões de dólares. Explicação: os serviços móveis contavam na China, em finais de 2015, mais de 1.300 milhões de assinantes, portanto uma taxa de penetração de 94,5%, 905 milhões dos quais com acesso móvel à Internet. Também se poderia citar o patrão da Alibaba, que exerce no ramo económico do comércio em linha. A Alibaba, fundada em finais de 1998, realizou este ano, no “dia dos solteiros”, vinte e cinco vezes o volume de negócios do gigante americano Amazon nos saldos de “sexta-feira negra”; está-se lançando na viatura eléctrica, absorveu o número um da entrega de refeições e os seus 3 milhões de distribuidores, enquanto outro entrega 20 milhões de refeições por dia! Com o seu rival Tencent, valem, em conjunto, mais de 1 bilião (milhão de milhões) de dólares.

Segundo o *The New York Times* (20 de julho de 2014), Jack Ma, o patrão da Alibaba, antigo professor de inglês, terá reservado 30% das acções do grupo a filhos da alta nomenclatura, colocadas em empresas de fachada sediadas nas ilhas Virgens e Caiman. Os patrões do sector da promoção imobiliária estão igualmente na mó de cima: os dirigentes da Evergrande (41 mil milhões) e da Hendersson Land Development (34 mil milhões) têm assento parlamentar, o que não é o caso da Sr^a Huiyan, patroa da sociedade promotora Country Garden, que, no princípio do ano, ganhou 2.100 milhões em quatro dias graças a um boom das suas acções em Bolsa.

Esta fracção do sector privado experimentou um surto fenomenal na última década, que se prende com o crescimento do poder de compra de uma fracção da população e com o desenvolvimento do consumo nas cidades, em sectores acessórios e muito heteróclitos, mas também nas novas tecnologias e na promoção imobiliária. O sector dos serviços financeiros experimentou um crescimento ainda mais fulgurante, mas é mais difícil tomar-lhe as medidas. Só que todas estas posições são, na realidade, precárias. Tudo depende das relações e dos apoios no aparelho de Estado. Tudo pode virar muito rapidamente.

Um exemplo entre outros é esclarecedor. Em 2017, os patrões da província de Liaoning pagaram milhões aos 523 deputados provinciais a fim de eles escolherem “bem” quem designar para participar na Assembleia Nacional Popular (ANP), o Parlamento nacional em Pequim. A escolha fez-se em conformidade com o pedido: os 45 representantes da região eram quase todos patrões! Só que, em virtude de decisões “judiciais”, esta boa gente foi, toda ela, obrigada a demitir-se...

Os patrões das grandes empresas privadas chinesas não podem, pois, vingar sem estreita cooperação com os responsáveis locais ou centrais do PCC. Alguns chegam mesmo a fazerem-se delegados ao congresso do PCC (34 patrões delegados entre os 2.270 delegados ao 18º Congresso, em novembro de 2012, contra 17 no congresso anterior), ou a ter assento em organismos oficiais, na qualidade de conselheiros; o PCC promove-os, com efeito, a lugares parlamentares nas assembleias provinciais ou locais (são entre 15 e 20%). Reciprocamente, os burocratas, directamente ou por intermédio do círculo familiar ou de amizades, fazem parte das camadas dirigentes e beneficiárias das empresas privadas.

À pergunta em epígrafe: existe uma burguesia chinesa? cumpre, assim, responder que existem capitalistas chineses, mas que, enquanto a sua situação for inseparável do facto de o Estado assentar na propriedade colectiva dos grandes sectores da economia, enquanto um capitalista, por muito rico que seja, estiver, em última análise, sob ameaça das decisões do partido, que gere o Estado, não existe classe burguesa “para si”, reivindicando aberta e directamente o poder para si própria. E as duas forças fundamentais que se opõem na China são a classe operária chinesa (componente da classe operária mundial) e o imperialismo, de que a burocracia é agência dentro da República Popular da China.

Objecto da luta de classes internacional

Tudo converge para esta questão: enquanto o poder político proceder da economia socializada, enquanto a economia estiver nas mãos do Estado, tudo depende do poder e, portanto, de quem administra o Estado. Enquanto for esse o dispositivo, as leis do mercado não se poderão aplicar plenamente. O capital colide com as relações sociais instauradas pela revolução proletária de 1949. Destruí-las implica destruir o Estado chinês na sua forma actual e, por decorrência, destruir a burocracia. Daí a crise desta última, sobre a qual nos debruçaremos na segunda parte deste artigo. Em correspondência, a luta das centenas de milhões de trabalhadores chineses contra a burocracia e as multinacionais representa, para a classe operária internacional, um interesse decisivo. O derrube da burocracia restauracionista protegerá, com efeito, a China do desmembramento e do caos em que o restabelecimento do capitalismo a mergulharia. A nova revolução chinesa — que tomará a forma de revolução política, preservando as bases do regime — abrirá uma nova etapa na luta pela república universal dos soviets. ●

Abril de 2018

(1) Em Abril de 1949, a IVª Internacional toma posição num declaração “sobre a terceira revolução chinesa”, definindo as tarefas dos trotskistas enquanto decorria a própria revolução. Nas

teses do 17º Congresso da secção francesa da IVª Internacional, em 1971, um passo substancial destas recua às origens da revolução chinesa e à natureza do Estado que dela saiu. Em 1989, uma declaração do Secretariado Internacional tira as ilações da vaga revolucionária que acaba de abalar o poder da burocracia. Por ocasião do VIº Congresso Mundial, elaboram-se, em 2006, as “Primeiras Notas para Abrir uma Discussão sobre o Balanço da Revolução Chinesa”, em primeiro lugar entre os militantes chineses. Em 2008, o Secretariado Internacional publica uma “Declaração em Defesa da Unidade da Nação Chinesa, pela Defesa da Propriedade Social, pelo Direito dos Trabalhadores Chineses a Auto-Organizarem-se para Defenderem as suas Conquistas”. Em 2012, a revista teórica da IVª Internacional publica vários artigos de Alain Frandor: “A Classe Operária Chinesa, a Burocracia e a Viragem para a Ásia de Obama”.

(2) O que não quer dizer que não haja contradições manifestas entre diferentes sectores da burguesia imperialista americana: o conselheiro económico de Trump demitiu-se e quarenta e cinco organizações e câmaras de comércio americanas pediram a Trump que desistisse da guerra comercial.

(3) Utilizar-se-á frequentemente, no presente artigo, o termo de burocracia. Notar-se-á que a burocracia chinesa é a camada social que exerce controlo irrestrito sobre o poder, que se identifica com o Estado e que tira os seus privilégios e posição socialmente dominante do domínio político exercido por intermédio do partido único.

(4) Remeta-se a propósito para a declaração da OCI de 15 de Agosto de 1971.

(5) Esta lei, que, após a vitória, se aplica à totalidade do território chinês, é promulgada definitivamente em junho de 1950. Impõe a confiscação das terras dos grandes proprietários (são cerca de 15 milhões, famílias incluídas), redistribuindo-as por 300 milhões de camponeses (pobres e médios) sem ou com pouca terra. Os grandes proprietários são os notáveis rurais, que não trabalham eles próprios as suas terras. Em menos de três anos, quase 50% das terras mudam de mãos. Em 1956, a propriedade colectiva das terras é efectivamente instaurada (em finais de 1956, 95% das famílias camponesas trabalham então em quintas colectivas).

(6) Só que um trabalhador americano produz dez vezes mais do que um trabalhador chinês. No mais, referindo-nos aos números do PIB por habitante, a China ocupava... o 82º lugar em 2017, segundo o FMI. Acrescente-se que o cálculo que põe a China à cabeça é feito com base na paridade de poder de compra e não do valor em dólares do que se produz. A China está muito longe de ocupar na economia mundial um lugar comparável ao dos Estados Unidos.

(7) A direcção do Partido Comunista Indonésio estava alinhada com o PC Chinês. Este impôs-lhe — o que pode parecer um paradoxo — a orientação com a qual tinha tido que romper para vencer na China: a subordinação ao dirigente nacionalista Sukarno, que veio a dar, em 1965, numa derrota catastrófica e no massacre de centenas de milhares de operários e camponeses.

Em 1967, na Índia, enquanto o impulso revolucionário dos operários e camponeses põe directamente em causa a estabilidade do regime constituído à independência, com a partição, a direcção do PCC, depois de encorajar os trabalhadores indianos à “insurreição”, dá o seu apoio ao governo indiano.

Em 1971, o povo do que, na altura, é o Paquistão Oriental — que virá a ser o Bangla Desh — insurge-se e enfrenta uma repressão sangrenta da parte da ditadura militar que governa o Paquistão. O governo chinês alinha ao lado da ditadura em nome dos seus interesses diplomáticos. Assim sacrifica a burocracia chinesa as possibilidades revolucionárias em diferentes países da Ásia, contribuindo, deste modo, para que a ordem imperialista se agunte.

(8) Leão Trotsky relevava, na *Revolução Traída*, que “o cinismo da burocracia em relação às estatísticas e à opinião pública não conhece limites”.

● DOSSIER

Documentos

Desde 1949 que a China conhecia uma sucessão de mobilizações revolucionárias. Em 1957-1958, foi o movimento das Cem Flores. Em 1966, jovens e trabalhadores precipitam-se pela brecha aberta pela crise na burocracia (que voltará a fechá-la dois anos mais tarde, reprimindo as massas a cuja mobilização Mao apelara).

Em 1989, a mobilização operária contra as consequências da política de reformas combina-se com as manifestações estudantis na Praça Tienanmen. O poder da burocracia fica abalado. A repressão é sangrenta. E, desde 1992, as greves nunca mais pararam. A resistência operária é permanente, apesar da repressão.

A China — que conheceu três revoluções durante a primeira metade do século XX — nunca deixou, portanto, na segunda metade desse século e, depois, no início do século XXI, de ser marcada pela efervescência revolucionária. Aberta, nos grandes momentos, fragmentada, noutros períodos, por causa da política de terror da burocracia. A cada etapa, a mesma questão ressurgia: a do poder da burocracia. Publicamos os documentos que, com actores variados e de formas múltiplas, frisam, a nosso ver, a permanência daquilo por que a IVª Internacional luta: a revolução política. Esta — componente da revolução mundial — terá que expulsar a burocracia parasitária e instaurar a república dos conselhos, salvaguardando as bases sociais saídas da revolução de 1949 e abrindo caminho ao socialismo (veja-se o artigo de Alain Frandor).

Não partilhamos, evidentemente, na totalidade as formulações e análises reflectidas nestes textos. Alguns emanam inclusivamente do aparelho burocrático. O uso de certas palavras pode mesmo dar azo a confusões. No entanto, as ideias fundamentais afirmam-se além da forma, marcada pelas circunstâncias históricas da luta.

Afigurou-se-nos útil reproduzi-los tal qual pronunciados ou escritos. A reflexão necessária à reconstrução do movimento operário mundial com um novo eixo, na luta contra o imperialismo e a barbárie, reclama, na verdade, a mais ampla democracia.

1957 — As Cem Flores

Em 1956-57, por ocasião do movimento das Cem Flores (1), um vasto debate sacode, especialmente, as universidades. Uma jovem estudante, Li Xiling, multiplica os discursos nas assembleias públicas.

“O sistema socialista em que nos encontramos hoje não é o verdadeiro socialismo” (Lin Xiling)

“Segundo a doutrina marxista, todos os fenómenos sociais têm origem social e económica. O problema de Estaline não é o problema de Estaline enquanto indivíduo. A personagem de Estaline só podia nascer na União Soviética, porque a União Soviética foi outrora um império feudal. Na China, é a mesma coisa, nela não houve tradição democrática burguesa. Em França, não podia acontecer.

Julgo que a nacionalização dos bens é melhor do que o sistema da propriedade privada, mas o sistema em que nos encontramos hoje não é o verdadeiro socialismo; ou, se é, o nosso socialismo não é característico do socialismo. O verdadeiro socialismo devia ser democrático, o nosso é não democrático.

Digo que estamos numa sociedade socialista erigida sobre fundamentos feudais e que devemos lutar pelo verdadeiro socialismo! Os membros do partido mantiveram-se perto do povo, mas, depois do advento da Revolução, acederam a postos de alto nível, e os seus limites ideológicos manifestaram-se claramente. Quiseram dispensar a participação do povo e abusaram dele. Na realidade, foi o método mais estúpido de todos. (...)

Não estou muito optimista quanto às hipóteses de êxito da campanha de rectificação, pois ainda há muitos “guardiães da lei”. Estes guardiães querem utilizar os frutos do socialismo, comprados com o sangue dos mártires, para aceder às mais altas esferas. A nossa luta, hoje, não é simplesmente uma recriminação de ordem pessoal. O nosso objectivo é muito claro: instaurar um verdadeiro socialismo para guiar o povo. Um sistema social pode-se dividir em duas partes: base e super-estrutura. Hoje, a base económica do nosso país está essencialmente nacionalizada, e este sistema é inabalável.

Este sistema é uma melhoria real em relação ao sistema de propriedade privada no que diz respeito ao desenvolvimento. Por isso, devem-se combater firmemente as propostas feitas por certas pessoas de conceder aos proprietários de empresas, durante vinte anos, uma taxa de juro fixa sobre o seu investimento de base. Esse sistema baseia-se, com efeito, na noção de propriedade privada. É tempo de suprimir já os juros fixos.

O sistema deve ser totalmente nacionalizado. Algumas partes da nossa super-estrutura não batem certo com a base económica, que é a propriedade pública. As causas fundamentais das nossas “três maldições” (dogmatismo, burocracia e sectarismo) estão ligadas ao facto de certos princípios políticos da super-estrutura serem maus e não se

coadunarem com o princípio da propriedade pública. Hoje, no nosso país, o dogmatismo está muito presente, nomeadamente nos domínios da filosofia, da literatura e da arte. Os sistemas políticos não são noções abstractas, e gostava de vos dar exemplos concretos relacionados com a vida privada do indivíduo, a hierarquia. o surto do controlo policial e a extensão dos órgãos burocráticos, que são os principais agentes dos fenómenos burocráticos. (...)

Há quem tenha aderido imediatamente ao Partido no intuito de aproveitar privilégios concedidos aos seus membros, enquanto quem não aderiu não tem futuro. Alguém me sugeriu que aderisse à Liga, senão como é que eu poderia assegurar o meu futuro, o meu casamento e a minha patente? Ao ouvir isso, fiquei furiosa. Nunca aderirei à Liga por essas razões.

Vejamos agora as estruturas hierárquicas. Distribuem-se escritórios e cestos de papéis aos quadros em função da patente. O sistema de patente infiltrou-se em todos os níveis da sociedade. A imitação do sistema das forças armadas soviéticas surtiu efeitos nefastos na China. Originalmente, o exército era armado e honrado pelo povo, mas hoje ele adoptou um sistema de hierarquia que proporciona salários elevados aos oficiais e não permite que as mulheres se alistem.

Eu oponho-me a essa imitação do modelo soviético. Esse sistema hierarquizado engendra más relações entre oficiais e soldados. Há numerosos exemplos que o comprovam, e hoje há muitíssimos veteranos das unidades do exército que estão descontentes. O comunismo deve basear-se em características nacionais. (...)

A teoria socialista é a mais bela, a mais nobre, e conduz à melhor forma de sociedade. O superlativo “mais” deve ser visto no seu sentido metafísico. No futuro, a sociedade será melhor. Se eu tivesse que viver numa sociedade x daqui a quinhentos anos, não estaria mais satisfeita, pois as sociedades evoluem.

Se ficarmos satisfeitos com o estado actual da sociedade em que vivemos, nunca evolveremos. Se os homens de Cro-Magnon tivessem ficado satisfeitos com a sua sorte, não seríamos os homens que somos hoje. É preciso manter o estado de insatisfação. (...) Há quem pense que a insatisfação acarreta uma perda de fé no socialismo.

Eu julgo que isso está errado. Está claro que é necessário fazer elogios; mas não deve haver nem elogios automáticos nem elogios que gabem méritos injustificados: corrompem o homem e fazem muito mal. É necessário dizer a verdade às pessoas sobre todos os problemas que se põem. (...)

É necessário dizer a verdade às pessoas, para fazer uma reforma profunda e incitá-las a discutir. O socialismo pertence ao povo e não só aos membros do Partido. Toda a gente tem que estar autorizada a dar o seu ponto de vista, para poder desabafar. O actual movimento das Cem Flores está, contudo, confinado de facto ao estrato superior da nossa sociedade. Isso não pode continuar.

Esse estrato superior compõe-se de pessoas idosas, receosas, sobrecarregadas de experiências múltiplas e sem coragem para se manifestarem. No intuito de consolidarem a sua posição actual, não se atrevem a entrar em conflito com o Partido Comunista. Deixem as massas no seu conjunto discutirem e manifestarem as suas opiniões, e sintetizem depois essas opiniões! Essa é a via ideal.

O problema é que o partido tomou o lugar do governo. O Partido Comunista é o partido de governo, o seu prestígio é grande, e é ele o fundamento de todo o verdadeiro poder. A lei já não passa de uma simples formalidade. (...) Receio bem que a teoria de Mao seja parecida com a de Estaline: ninguém está autorizado a tocar nela. Quando não se está de acordo com a direcção, está-se contra a direcção; estar contra a direcção é estar contra a organização; estar contra a organização é estar contra o Partido; estar contra o Partido é estar contra o povo; estar contra o povo é ser contra-revolucionário. Recorrer a este tipo de raciocínio para justificar uma sentença é utilizar um método estalinista. Os dirigentes que estão a um nível mais baixo herdaram igualmente, conscientemente ou não, completamente ou não, o método de trabalho dos antigos dirigentes, dos proprietários fundiários e dos tiranos. Quanta gente foi, afinal de contas, acusada de cometer erros e quantos foram executados? Lamento que não haja disponível na China nenhuma estatística nesta matéria.”

Este discurso foi pronunciado no dia 23 de maio de 1957 na praça central da cidade universitária da Universidade Central de Pequim. Gravado, será reproduzido em vários exemplares para distribuição aos estudantes das outras cidades universitárias da capital. Por esse motivo se conhece o texto exacto.

(Fonte: “Lin Xiling, a Indomável”, Marie Holzmann, Bayard Éditions)

1966 — A Revolução Cultural

Uma vicissitude da Revolução Cultural (2) houve que marcou uma viragem: a constituição da Comuna de Xangai.

Em dezembro de 1966, a ofensiva dos trabalhadores contra a burocracia havia tomado forma particularmente significativa nas fábricas: a organização dos “comitês de produção” eleitos que, expulsando os burocratas do partido e da administração, apoderando-se da direcção da fábrica, traduziam, assim, a aspiração da classe operária ao poder, de forma parcelar e limitada, no âmbito de uma só empresa.

O primeiro comité deste género aparece na fábrica de instrumentos de vidro. É formado por dez membros operários, eleitos por escrutínio secreto e revogáveis a todo o momento. Seguem-se-lhe outros “comitês de produção” na estação eléctrica, e depois nos estaleiros navais.

A Comuna de Xangai é instituída no dia 5 de fevereiro de 1967 (só durará até 24 de fevereiro). Os trabalhadores desta grande cidade portuária reclamam-se do modelo da “Comuna de Paris”. Propõem o modelo como nova forma de poder para a China inteira. Mao replica com “consignas”, lidas nos comícios.

“Pode acaso a Comuna substituir o partido?”, Mao

“A Comuna de Paris, a Comuna? Não dissemos todos nós que uma reedição da Comuna de Paris seria uma nova forma de poder de Estado? (...) Qual é a classe que recebe o poder de Estado e o conserva? É essa a questão fundamental, não tem nada que ver com a denominação!

Não nos devíamos manter mais firmes e desistir de estar sempre a mudar de nomes? Vai esta política de mudança de denominações acabar por nos pôr a mudar o sistema de governo, o regime interno, o nome do Estado? Devíamos chamar-lhe, por exemplo, “Comuna Popular da China”? (...)

Se transformássemos tudo em comunas, que seria do partido? Que posição ocuparia? Entre os membros do comité da Comuna, haveria membros do partido e elementos sem partido, que importância teria o comité do partido? Continuamos a precisar de um partido, no fim de contas, ou não? (...) Pode acaso a Comuna substituir o partido? Acho que não devíamos proceder a uma mudança de denominação, não nos intitularmos “Comuna”; sigamos antes o bom velho método; que o Congresso do Povo continue vivo (...). A população de Xangai gosta muito da Comuna Popular, gosta muito da denominação. Que fazer então? (...) É melhor isso não aparecer agora no Diário do Povo, porque senão eles iam todos querer-se chamar “Comuna Popular”. Se o poder central reconhecer a Comuna Popular e isso for publicado no Diário do Povo, o país inteiro vai querer adoptar essa denominação. (...) Isso acabaria inevitavelmente numa mudança de sistema político.”

“Consignas sobre a Revolução Cultural em Xangai” (12 de fevereiro de 1967). Referência I 104 669-671 nos arquivos chineses que reproduzem os textos de Mao.

Este texto de Mao *“Pode a Comuna de Paris servir de modelo?”* foi lido no dia 24 de fevereiro na Praça do Povo. Um panfleto nesta matéria será redigido depois.

(Fonte: *Mao intern*, Carl Hanser-Verlag, München)

“O nascimento de uma camada privilegiada” com “uma base económica em geral socialista” (Sheng-wu-lien)

Em março de 1968, um grupo chamado “Sheng-wu-lien” (“Comité Provincial de Hunan pela Grande Aliança dos Proletários Revolucionários”) publica um programa:

“Desenvolver a Grande Revolução Cultural proletária debaixo da ditadura do proletariado é uma coisa análoga a “uma acção violenta de derrube de uma classe por outra”. Significa os revolucionários proletários expulsarem a camada privilegiada da burguesia, apenas nascida e no entanto decadente, e derrubarem a velha máquina de Estado que servia a classe privilegiada da burguesia.

Nos dezoito anos após a fundação do Estado, a maioria dos quadros escolheu a via capitalista, muito pouco conscientemente, a maioria inconscientemente. (...) Aqueles, menos numerosos, que escolhem conscientemente a via capitalista representam a camada privilegiada que tem que ser derrubada.

Uma citação de Lenine adapta-se bastante bem à nossa máquina de Estado: “A nossa máquina de Estado [...] é, em larga medida, um resíduo da velha máquina que só esporadicamente conheceu transformações sérias. Esta máquina só foi renovada superficialmente e, no que concerne aos outros aspectos, é ainda a mais típica máquina de Estado do velho modelo.”

Os principais elementos desta máquina de Estado, o exército, as prisões, os tribunais e a polícia — com excepção do exército que, desde 1960, tem sido dirigido pelo vice-comandante em chefe Lin e está fundamentalmente nas mãos do proletariado — (...) tornaram-se completamente decadentes.

O nascimento de uma camada privilegiada indica que certas relações de produção degeneraram. Ainda que a base económica pareça em geral socialista, o conjunto da gigantesca super-estrutura não pode deixar de ser

fundamentalmente capitalista. As relações de produção representam um obstáculo sério ao desenvolvimento das forças produtivas, e a super-estrutura representa um obstáculo sério ao desenvolvimento da base económica. O resultado é a transformação socialista da base económica em curso na China se ter efectuado por vias pacíficas e ainda não se ter cumprido.

Por isso, a grande revolução socialista actual — a Grande Revolução Cultural proletária — é essencialmente o verdadeiro princípio de uma revolução socialista na China.

A Grande Revolução Cultural proletária está ainda no início. A maior realização da Grande Revolução Cultural proletária do ano passado consistiu em as massas se terem mobilizado (...). Contudo, dado que a camada privilegiada da burguesia se serve do poder de que ainda dispõe (...), uma parte considerável das massas ainda não compreende o objectivo da Grande Revolução Cultural proletária.

A sua resistência à camada privilegiada fica-se pelo estádio de esforço para mudar a sua condição de massas oprimidas. Apesar da crítica e da rejeição da linha burguesa reaccionária no ano passado, a crítica e a rejeição limitaram-se a denunciar os crimes dos indivíduos e só raramente tocaram nas raízes de classe da linha reaccionária ou dos organismos burocráticos ao serviço da linha reaccionária.

Embora a tempestade de janeiro deste ano tenha levantado o pano da luta por arrancar o poder ao quartel-general burguês, a tomada do poder foi considerada como destituição de indivíduos e não como derrube da camada privilegiada e destruição da velha máquina de Estado.

Além disso, os revolucionários proletários são ingénuos. Daí resulta que o poder político continue a estar nas mãos dos burocratas, tendo-se dado o primeiro passo de uma longa marcha.”

(Fontes: *South China Morning Post*, nº 4174, e *Bandeira Vermelha do Kwantung Printing System*, que até dava o endereço do grupo.)

“A classe burocrática será substituída. (...) A China de amanhã será o mundo da “Comuna”, Sheng-wu-lien

Paralelamente a este programa, de que citámos extractos, o Sheng-wu-lien publicou uma plataforma mais ampla. Os autores pediam a opinião dos leitores sobre a oportunidade de adoptar como *“Declaração de fundação da Comuna da fracção de extrema-esquerda”*.

“A classe burocrática será substituída por quadros dotados da verdadeira autoridade proletária, expressa naturalmente pelos revolucionários em luta pelo derrube desta classe decadente. Estes quadros serão os quadros da Comuna. Não beneficiarão de privilégios especiais.

Economicamente, terão o mesmo tratamento que as massas em geral. Poderão ser destituídos e substituídos a todo o momento a pedido das massas. Estes novos quadros autorizados ainda não apareceram. Surgirão espontaneamente à medida que o pensamento político dos revolucionários for amadurecendo (...).

A Comuna da “fracção de extrema-esquerda” não esconde as suas opiniões e intenções. Declaramos publicamente que a “Comuna Popular da China” só poderá ser instaurada pelo derrube violento da ditadura burguesa e do sistema revisionista dos comités revolucionários. Que a nova burguesia burocrática trema ante a verdadeira revolução

socialista que abala o mundo! O proletariado só tem as suas cadeias a perder e todo um mundo a ganhar. A China de amanhã será o mundo da Comuna”.

(Fonte: *South China Morning Post*, nº 4190, pp. 1-18.)

1989: Mobilização operária e estudantil

Em maio-junho de 1989, os estudantes ocupam a Praça Tienanmen, e os trabalhadores manifestam-se contra a carestia. Todos denunciam os corruptos e os “novos mandarins”. Formam-se associações autónomas, tanto estudantis como operárias. Os trabalhadores do mundo inteiro seguem com paixão este combate.

A IVª Internacional difunde no mundo inteiro uma declaração que toma posição ao lado da classe operária chinesa e apela ao desenvolvimento da solidariedade internacional.

“A revolução política que está a começar na China é uma revolução operária” (IVª Internacional)

“Os trabalhadores e a juventude da China lutam pela democracia, pelo direito a organizarem-se, a formarem organizações sindicais independentes do Estado, pelo direito a serem eles próprios a decidirem o seu destino.

O seu movimento mergulha as suas raízes na longa luta do povo trabalhador da China pela sua emancipação nacional e social, de que eles são os continuadores. (...)

São os mesmos objectivos democráticos e sociais que ganharam corpo na revolução de 1949. Esta afirmou a vontade do povo trabalhador da China de instaurar uma autêntica democracia, acabar com a pilhagem do país, o terror e a miséria que os grandes proprietários fundiários faziam reinar nos campos e acabar com a exploração.

Que fizeram, porém, dela estes burocratas que pretendem encarnar o “socialismo” e que dizem aos trabalhadores e aos estudantes: “Vocês não têm a competência necessária para discutir os problemas do país”? Eles edificaram um sistema antidemocrático, esclerosado, que o povo chinês justamente denuncia como dos “novos mandarins”, tão corruptos como os antigos.

Democracia não é seguramente regressar a uma situação em que a China era presa das potências estrangeiras, em que os “senhores da guerra” partilhavam o país entre si. Para o povo trabalhador da China, democracia é o seu direito a exercer o seu controlo sobre as conquistas da revolução, designar livremente os seus representantes e garantir que eles lhe prestem contas.

Esta vontade de não deixar uma camada social sem controlo e elevada acima do povo usurpar por sua própria conta as conquistas arrancadas pelos sacrifícios de milhões de trabalhadores e viver como seu parasita tem-se afirmado repetidamente na China, tal como na URSS e na Europa de Leste.

Ela ecoou, na China, nos protestos dos estudantes e trabalhadores que, na época das “Cem Flores”, denunciaram a burocracia e os seus privilégios.

Ela afirmou-se por entre as contradições e manobras do aparelho nos anos da “Revolução Cultural”, em que centenas de milhares de jovens que tinham sido mandados “lutar contra as sobrevivências da burguesia” identificaram a

própria burocracia e o seu poder antidemocrático como a pior dessas sobrevivências.

Afirmou-se de novo nas grandes manifestações pela democracia de abril de 1976, assim como na luta corajosa dos militantes da primavera de Pequim, hoje ainda presos, e nas manifestações estudantis de 1986.

A maioria já não está disposta a tolerar uma minoria de privilegiados corruptos.

Hoje, é a experiência quotidiana de milhões de trabalhadores que lhes indica que a burocracia corrupta e incompetente ameaça directamente as conquistas adquiridas pela revolução, abrindo caminho à restauração do regime capitalista.

Hoje, os trabalhadores e a juventude voltam-se com ainda mais força para esses burocratas que pela violência se arrogaram o direito de falar em nome do povo e pretendem encarnar o “socialismo”:

“Que fizeram do que foi ganho pelas lutas heróicas do nosso povo? Era para acabar tudo na corrupção generalizada, no regresso do desemprego e da exploração das crianças contra a qual lutámos?”

O que os milhões de manifestantes que fizeram de toda a Pequim uma “cidade proibida” para os representantes da burocracia afirmaram foi que ninguém pode falar em seu nome. É a eles que compete decidir, organizarem-se livremente, democraticamente, para salvar o país da catástrofe. Democracia, é o povo a eleger livremente os seus mandatários, a controlar a execução do seu mandato, a ter o poder de os revogar.

Democracia, é a lei da maioria. A maioria não está disposta a tolerar uma minoria de privilegiados corruptos que chamam a si o direito de falar em seu nome.

Democracia, não são despedimentos em nome da “competitividade” nem redução do nível de vida pela inflação.

Democracia, é ter a possibilidade de se opor aos despedimentos, actuar em defesa do nível de vida. Democracia, é o direito dos trabalhadores, dos estudantes, dos camponeses a constituírem as suas organizações independentes do Estado, especialmente as suas organizações sindicais.

Exercício efectivo da democracia e supressão da corrupção como modo de existência de toda uma camada social implica o derrube do poder da burocracia, a destruição dos instrumentos desse poder. A recusa do leilão de regiões inteiras do país para maior lucro do capital imperialista e dos burocratas que servem de intermediários, das consequências regressivas de reformas correspondentes às exigências do FMI. São estas aspirações que estão no âmago do imenso movimento que hoje faz vacilar todo o edifício da ditadura burocrática na China e que, uma vez mais, faz com que a China abale o mundo.

A revolução que está a começar na China, revolução política porque não visa substituir as bases sociais instauradas pela revolução de 1949 por novas fundações, mas, pelo contrário, salvaguardá-las contra as ameaças da burocracia, é uma revolução popular, pois ela une, contra a casta privilegiada dos donos de prebendas e respectivos pretorianos a imensa maioria de quem trabalha manual e intelectualmente.

Por isso o exército começou a desagregar-se quando quiseram lançá-lo contra o povo. É uma revolução operária, pois o seu motor são os trabalhadores e porque os seus objectivos são exactamente os da luta internacional da classe operária pela sua emancipação.

Esta revolução que se inicia não terá um desenlace fácil nem rápido. Há que contar com numerosas etapas em que avanços e recuos alternarão; em que, alimentada pelo desenvolvimento mundial da luta dos explorados e oprimidos e alimentando-a por sua vez, a acção das massas trabalhadoras da China assegurará a sua coesão e a sua força.

Hoje, pela sua luta pela democracia e pelo socialismo, os trabalhadores e a juventude da China impõem-se como factor de primeira importância à escala internacional.

Esta realidade reflectir-se-á no lugar que os trabalhadores e os jovens, que ocupam as primeiras filas desta batalha, ocuparão na construção da organização mundial dos trabalhadores, na organização que realizará o apelo do velho canto de luta dos trabalhadores do mundo, que milhões de operários e estudantes cantaram em Pequim e Xangai: “A Internacional será o género humano”.

Declaração de 22 de maio de 1989 da IVª Internacional.
(Fonte: *Tribune internationale-la Vérité*, nº 50, Julho de 1989)

“Nos assuntos da propriedade do povo inteiro e da propriedade colectiva (...) garantir que os operários sejam os verdadeiros donos das empresas” (União Autónoma dos Operários de Pequim)

As associações operárias nascentes apresentam, em panfletos, os seus projectos de programa.

Projecto de programa da União Autónoma dos Operários da Capital.

- (1) *A organização será uma organização autónoma completamente independente, cuja formação resulte de um processo democrático com a participação voluntária dos operários; não estará sujeita ao controlo de outras organizações e manterá relações de igual para igual com outras associações de massas.*
- (2) *O objecto fundamental da organização será a apresentação do parecer resultante da vontade da grande maioria da classe operária em matéria de política e de economia, e não o de uma simples organização de previdência.*
- (3) *A organização desempenhará um papel de vigilância do Partido Comunista.*
- (4) *Nas empresas e assuntos da propriedade do povo inteiro e da propriedade colectiva, a organização terá o direito de recorrer a todos os meios legais e adequados para vigiar os representantes legais e garantir que os operários sejam os verdadeiros donos das empresas. Nas outras empresas e negócios, garantirá os interesses deles por negociação com os directores de empresa ou por outros meios legais.*
- (5) *No domínio constitucional e legal, a organização garantirá aos seus membros todos os direitos legais.*

21 de maio de 1989 – Comité Provisório da União Autónoma dos Operários da Capital. (Fonte: *October Review*, junho de 1989.)

2018: o movimento operário chinês renascido

Apesar da repressão omnipresente, a resistência operária manifesta-se com vigor nas greves, manifestações, tentativas de constituição de associações. Do mesmo passo, grupos e correntes procuram reatar com o fio da história. Assim, jovens estudantes acabam de ser detidos por constituírem círculos de estudo do marxismo. Aparecem revistas.

“Como parte integrante de uma vaga de lutas à escala planetária” (Chuang, colectivo de comunistas)

“Hoje, o mundo rural está a morrer, porém centenas de milhões de trabalhadores parecem imobilizados entre o seu passado de camponeses e um futuro que não lhes chega. Duas décadas de crescimento económico a um ritmo desenfreado, construído em cima de uma série de bolhas bolsistas, deixaram uma herança de “crescimento” caracterizada por uma paisagem de zonas inteiras de prédios de habitação lado a lado com cidades operárias que se esvaziam de ano para ano de seres humanos e se enchem de máquinas automatizadas.

Enquanto os filhos dos dirigentes dos centros financeiros e administrativos do país colecionam carros desportivos e diplomas estrangeiros, aos filhos dos trabalhadores migrantes de hoje não se garante melhor do que a possibilidade de se transformarem em cadáveres triturados numa dessas fábricas.

Enquanto a taxa de crescimento económica diminui, o país parece, contudo, impelido para a frente por uma mecânica animada pelo seu próprio movimento. Os trabalhadores são despedidos, mas já não podem voltar para casa.

As comunidades aldeãs dão as terras em troca de uma fracção dos prédios de habitação que lá são construídos e que rapidamente perdem o valor devido à inflação galopante.

Paisagens inteiras são envenenadas por décadas de ampliação das fábricas, ao passo que centros urbanos se afundam debaixo de deslizamentos de terras, tremores de terra, explosões de produtos químicos causadas pelos homens.

Proliferam revoltas e greves, mas, à falta de coesão, não conseguem dar em nada de mais significativo. A classe operária é desmantelada. Hoje nada resta a não ser gerações mortas que em comum têm apenas a sua desunião, errando no fogo e na poeira.

É isto que caracteriza o momento presente e é esse o nosso ponto de partida. O Chuang é um colectivo de comunistas que consideram que a “questão chinesa” tem importância crucial nas contradições do sistema económico mundial e nas possibilidades de as superar. Para nós, esta questão não é essencialmente histórica.

As nossas preocupações não têm grande coisa que ver com o pretensão socialismo de um país dirigido por um “partido comunista” herdado das guerras camponesas do século passado. Em vez disso, a questão que se põe na China radica no presente.

Enquanto engrenagem essencial das redes de produção mundial e em contraste com as crises que se desenrolam noutros países, as crises representam, na China, uma ameaça

para o sistema capitalista. Um desmoronamento na China seria sinal de uma verdadeira crise sistémica, focando-se talvez as lutas populares de novo no objectivo de derrubar o capitalismo.

O nosso intuito, neste jornal, é formular um corpo teórico claro, capaz de apreender a China contemporânea e as trajectórias possíveis que se abrem à sua frente.

Neste primeiro número, definimos a nossa concepção de base que, para nós, é um quadro, e fazemos o esclarecimento do estado actual da luta de classes na China. Este jornal compreende igualmente traduções de reportagens e conversas com os proletários implicados nestas lutas, permitindo, com elementos essenciais da dinâmica de classes, elucidar as nossas teorias, que, se não

fosse assim, poderiam ficar-se por abstracções. (...)

(Fonte: revista *Chuang*, 2017)

(1) Cem Flores: curto período em que a direcção do PCC apelou às massas para que fizessem a crítica dos resíduos do feudalismo. Só que rapidamente o fogo da crítica se volta contra os burocratas. A burocracia fechará o parêntesis. Muitos daqueles que se exprimiram livremente vão parar à prisão.

(2) Ao lançar a Revolução Cultural, Mao mobiliza a juventude pelos interesses próprios de uma fracção do PCC na sua luta contra outras fracções da burocracia, mais dispostas a ceder mais rapidamente às exigências do imperialismo. Esta mobilização, que em parte lhe escapará, será brutalmente reprimida pelo exército às ordens do próprio Mao.

● DOSSIER

A IV^a Internacional e a China

A história da IV^a Internacional está profundamente ligada às vicissitudes da revolução chinesa. Desde a sua origem.

A tragédia da revolução chinesa em 1927

A oposição de esquerda na URSS e, depois, a Oposição de Esquerda internacional constituíram-se como corrente política através, nomeadamente, dos debates que se travaram no partido bolchevique e na Internacional Comunista acerca da política a levar a cabo na segunda revolução chinesa.

Justificará a frente única anti-imperialista que se tem que fazer com o partido nacionalista burguês, o Kuomintang, enquanto este combater o imperialismo, a subordinação política (e depois organizativa) do jovem Partido Comunista Chinês à direcção nacionalista burguesa?

Esta questão, que podia parecer ter ficado definitivamente resolvida pelas lições da revolução russa (e pelos alertas do II^o Congresso da Internacional Comunista de julho de 1920), ressurgiu por causa da política de Estaline.

O Partido Comunista Chinês é fundado em 1921. Em 1922, propõe ao Kuomintang constituir uma frente única anti-imperialista para lutar contra os imperialismos que desmembraram a China e a ocupam e pilham.

O Kuomintang recusa. O representante da Internacional Comunista propõe então que os militantes do PCC adiram individualmente ao partido burguês. O comité central do PCC recusa-se. No burô político do partido russo, a questão é levada à ordem de trabalhos. Só Trotsky vota contra a entrada no partido nacionalista burguês.

Em 1923, a direcção do PCC discute a saída dos comunistas do Kuomintang. O representante da Internacional Comunista opõe-se.

Em março de 1926, o Kuomintang é admitido na IC como “partido simpatizante”. Chang Kaichek, o dirigente do Kuomintang, é promovido por Estaline a membro honorário da presidência da IC. Trotsky vota contra. A subordinação do PCC ao partido nacionalista em matéria de política e de organização é, então, completa.

A luta política entre a Oposição de Esquerda e a direcção estalinista que tomara o controlo da Internacional Comunista desenrola-se, assim, à vista de todos.

Trotsky multiplica as advertências contra aquela linha suicida. Nesse mesmo momento, a direcção do PCC tenta — sem êxito — desfazer-se da política que de Moscovo (explorando capciosamente o prestígio da revolução russa) lhe impõem.

O fruto desta política estalinista de subordinação à burguesia será o desastre de 1927: o esmagamento sangrento da segunda revolução chinesa pelos homens de Chang Kaichek (1).

O nascimento da oposição de esquerda chinesa

Trotsky e a Oposição de Esquerda exigem que se faça um balanço da tragédia de Cantão. Redigem-se textos para o congresso da Internacional Comunista.

Ora, é nesse momento que 600 a 800 estudantes chineses comunistas chegam a Moscovo por ocasião do décimo aniversário da revolução russa. Vêm para estudar, sendo albergados seja na Universidade dos Povos do Oriente, seja na Universidade Sun Yat-Sen. A Oposição de Esquerda consegue entrar em contacto com estes militantes.

Alguns deles participarão nos cortejos da oposição russa, nas manifestações organizadas para comemorar a revolução de outubro de 1917.

Assim nasce, em 1927, em Moscovo, a Oposição chinesa. É expulsa da URSS uma primeira vaga de estudantes chineses. Mas outros chegam de Wuhan. Acabam de chegar da China após a terrível derrota e querem perceber.

Entre eles, Wang Wenyan (com o pseudónimo de Wang Fanxi) conta nas suas memórias o seu caminho: “A causa principal da derrota foi a política da fracção Estaline-Bukharin. (...) Nós, comunistas chineses, devorávamos os documentos condenados da Oposição (2). Os acontecimentos dos últimos seis meses na China e na URSS têm confirmado a análise da oposição. Essa foi a razão principal por que a maioria dos estudantes chineses de Moscovo passou para o seu lado. Nove décimos dos antigos estudantes da Universidade dos Povos do Oriente tornaram-se trotskistas. Na Universidade Sun Yat-Sen, de um total de 400 estudantes, cerca de 150 eram trotskistas.”

Em 1929, estas vagas sucessivas de estudantes que chegavam a Moscovo e eram depois expulsos permitiram a formação de três grupos: “A Nossa Palavra”, “Outubro” e “Militante”.

O primeiro foi excluído do PCC logo em 1928. O segundo ficou no PCC, lutando no interior. O terceiro decidiu bater-se fora do PCC.

Chen Duxiu, fundador do PCC, adere à Oposição de Esquerda

Dá-se então um acontecimento que vai modificar as condições da luta da Oposição.

Estaline — que tudo fizera para evitar um debate que trouxesse a terreiro a sua responsabilidade — designa bodes expiatórios. Faz recair a responsabilidade do desastre sobre a direcção do PCC, mais particularmente sobre o seu secretário geral, Chen Duxiu.

Intellectual brilhante, este é um dirigente respeitado, que participou em todos os combates desde a primeira revolução chinesa de 1911 (3), tendo sido um dos fundadores do PCC.

De início, Chen Duxiu e os seus camaradas aceitam assumir a responsabilidade. Mas não dura muito. Durante o verão de 1929, Chen Duxiu e o seu camarada Peng Shuji (um dos fundadores do PCC, como ele) descobrem, com grande alívio, os textos da Oposição, trazidos por jovens comunistas chineses de regresso de Moscovo. Os documentos são, para eles, uma autêntica revelação.

Chen Duxiu pede a abertura de uma discussão no partido. É-lhe recusada, sob pressão da direcção da Internacional Comunista. Chen é expulso em agosto de 1929.

Numa *Carta a Todos os Membros do PCC* (10 de dezembro de 1929), ele procura fazer um balanço, não hesitando em focar a questão da sua própria responsabilidade (4).

A notícia de que Chen Duxiu adere à Oposição na China decide a burocracia estalinista a tomar medidas brutais: numa rusga nocturna, um destacamento armado da GPU captura 200 trotskistas nos dormitórios das universidades Sun Yat-Sen e dos Povos do Oriente. Levados para destinos desconhecidos, desaparecerão (apenas dois se evadirão da Sibéria).

Na China, a adesão de Chen Duxiu à Oposição levará a um reforço sensível das suas forças. Nem tudo é simples, no entanto, já que, para os opositoristas da primeira hora, Chen Duxiu aparece como o responsável de ter levado a cabo a política da IC.

Em 15 de dezembro de 1929, 81 quadros e dirigentes fundadores do PCC fazem uma declaração pública de apoio à declaração da Oposição de Esquerda.

No verão de 1930, existem quatro grupos de oposição. Aos três anteriores, constituídos por estudantes regressados da URSS, acrescentara-se, com efeito, o grupo de Chen Duxiu.

A conferência de unificação

Trotsky intervém, incitando à unificação da Oposição de Esquerda Comunista na China. Se bem que, no passado, não tivesse poupado Chen Duxiu, preza o rigor e a honestidade da análise da carta aberta a todos os membros do PCC.

Em 8 de janeiro de 1931, Trotsky dirige-se à Oposição chinesa: *“Não há divergências de princípio entre os vários grupos que estão empenhados na via da unificação (...). A entrada no Kuomintang foi um erro desde o princípio (...). Fundam definitivamente, hoje mesmo, as vossas organizações e jornais. Se demorarmos, podemos estar a criar involuntariamente divergências artificiais.”*

No 1º de maio de 1931, realiza-se a conferência de unificação da Oposição de Esquerda chinesa.

Os delegados dos quatro grupos representam 483 militantes. A Oposição de Esquerda internacional saúda com alegria esta declaração.

A repressão imperialista e estalinista

Poucas semanas após a conferência de unificação, a jovem organização é cruelmente açoitada pela repressão. A polícia secreta do Kuomintang consegue prender a maior parte dos seus responsáveis. Chen Duxiu escapa a essa rusga, mas é preso em 1932.

A direcção estalinista do PCC reclama ao Kuomintang que aplique a pena de morte ao fundador do partido. Só a notoriedade de Chen Duxiu lhe permite ser julgado publicamente. É condenado a treze anos de prisão.

Envia uma magnífica carta ao Supremo Tribunal de Jiangsu, em que denuncia o Kuomintang, que *“força o povo chinês a pôr-se docilmente de joelhos à frente do imperialismo”*.

Os trotskistas participam na luta contra o imperialismo japonês

Enquanto a maior parte dos seus dirigentes são encarcerados, a secção chinesa da Oposição de Esquerda é sujeita ao isolamento, à repressão e às pressões do estalinismo. Em julho de 1937, começa a guerra entre a China e o Japão.

A IVª Internacional toma imediatamente posição ao lado da China e do povo chinês na sua guerra contra o imperialismo japonês.

Após o bombardeamento de Nanquim pelo exército nipónico, o governo do Kuomintang decide libertar a maior parte dos presos políticos e, entre eles, a maior parte dos trotskistas (nomeadamente Chen Duxiu). Estes últimos empenham-se então activamente na luta armada contra o imperialismo japonês.

No entanto, aparecem divergências na secção chinesa quanto à atitude a adoptar face ao imperialismo japonês ao deflagrar a guerra do Pacífico.

Em 1941, dá-se uma cisão na secção chinesa da IVª Internacional.

Em 1949, ao lado da terceira revolução chinesa

A secção chinesa conta vários centenas de membros no final da guerra (547 em 1949).

Os militantes trotskistas participam nos combates militares, procuram apoiar a formação de organismos autónomos de trabalhadores e camponeses pobres.

À escala internacional, a IVª Internacional empenha-se sem hesitações no apoio à revolução chinesa. Fá-lo em total independência da direcção do PCC.

Na própria China, desencadeia-se a repressão antitrotskista, que será impiedosa.

Centenas de militantes serão eliminados fisicamente.

A repressão de 1949 irá ter pesadas consequências para a existência da secção chinesa.

Porém, a repressão não explica tudo. A história da luta da IVª Internacional na China irá sofrer um corte, causado pela crise que a atingirá em 1951-1953 e pela traição pablista (5).

Após a revolução de 1949, no combate pela revolução política

Em 1958, a IVª Internacional põe-se do lado dos estudantes e trabalhadores que se lançam no movimento das Cem Flores. Pediam-lhes que removesses os restos do feudalismo e, *“por trás dos feudais, os trabalhadores descobriam os burocratas.”*

Em finais de 1966, uma fracção do aparelho dirigida por Mao tenta utilizar uma mobilização “controlada”. Na primeira fase da Revolução Cultural, os trabalhadores chineses procuram reatar com as tradições da Comuna de Paris. Quando a Comuna se desenvolve em Xangai, Mao organiza a repressão, com o exército. Contra a repressão, pelo Estado-Comuna, a IVª Internacional põe-se do lado da juventude e da classe operária.

A partir de 1978, a burocracia procura uma solução na abertura ao mercado mundial. A IVª Internacional toma politicamente posição contra a “política de reforma”.

Em maio-junho de 1989, a IVª Internacional está ao lado da juventude e dos operários que, no seu movimento, se opõem às consequências sociais da política de reformas. Toma posição numa declaração do seu secretariado internacional (veja-se na parte “Documentos”) e organiza (ou participa em) comícios e manifestações de rua, afirmando a solidariedade dos trabalhadores do mundo inteiro contra a repressão.

Desde 1990, tem apoiado sem descanso todas as iniciativas independentes, todas as campanhas pelo direito à livre organização dos trabalhadores, pela libertação dos militantes operários presos.

Têm-se tecido laços de luta e solidariedade fraterna com militantes chineses de todas as tendências.

As iniciativas tomadas e em que a IVª Internacional participa com outros desde há muitos anos têm criado condições para um diálogo entre militantes e correntes que procuram impedir que a China seja arrastada para uma espiral de destruição, esforçando-se por contribuir para a organização da classe operária.

Rumo à reconstituição da secção chinesa

A partir do Vº Congresso Mundial, em 2002, militantes chineses têm participado como observadores nos congressos da IVª Internacional (6).

Foi uma vez mais o caso por ocasião da IIª conferência internacional do CORQI.

Na luta e acção conjuntas, nas múltiplas trocas, nunca escondemos que era nossa intenção chegar à reconstituição da secção chinesa da IVª Internacional, que mergulha as suas raízes na longa luta do povo dos operários e camponeses chineses, na luta de Chen Duxiu, da Oposição de Esquerda na China.

A secção chinesa, que participou na luta de libertação nacional, foi fisicamente esmagada depois de 1949. A sua reconstituição exige o diálogo e o intercâmbio pacientes sobre as diferentes etapas da revolução chinesa. É inseparável das tarefas que apontam para a reconstrução do movimento operário chinês na luta contra a ofensiva de desmembramento lançada pelo imperialismo com a ajuda da burocracia parasitária.

Possam os artigos e documentos deste número d’A Internacional contribuir para isso. •

ainda dirigem o exército.” Estaline cita então Chang Kaichek, que “comanda o exército e não pode fazer outra coisa senão dirigi-lo contra os imperialistas.” No dia 6 de abril de 1927, em Xangai, Chang Kaichek manda prender e depois estrangular uma quarentena de dirigentes comunistas. É o princípio da ofensiva contra os operários de Xangai. No dia 12 de abril, o submundo às suas ordens e o exército começam com o massacre de milhões de comunistas.

(2) Estaline mandará proibir a publicação dos textos da Oposição que apuram a responsabilidade esmagadora da política da direcção estalinista da Internacional Comunista (IC) no fracasso da revolução chinesa.

(3) A revolução de 1911 leva à queda da dinastia imperial dos Manchús e à proclamação da República. Mas foi no dia 4 de Maio de 1919 que os estudantes nacionalistas, apoiados pelos operários (tomaram parte no movimento 100.000 trabalhadores da indústria), manifestando-se contra os tratados iníquos reconduzidos pelas cláusulas do tratado de Versalhes, deram novo impulso ao movimento revolucionário chinês.

(4) *“Apliquei sempre fielmente a política oportunista dos dirigentes da IC que empurrava a revolução chinesa para um fracasso triste e vergonhoso (...). Estou disposto a reconhecer os meus erros passados: aceitarei todas as críticas, salvo os boatos e falsas acusações (...). As causas objectivas do fracasso da revolução chinesa são secundárias; o ponto principal foi o erro da nossa política para o Kuomintang (...).*

O representante da IC, Maring (Sneevliet), sugeriu que o PCC aderisse ao Kuomintang. Afirmou que o Kuomintang não era um partido da burguesia, mas um partido comum de classes diversas. Nessa época, os cinco membros do CC do PCC opuseram-se unanimemente a esta proposta. A razão da nossa oposição era esta: entrar no KMT era introduzir a confusão e entravar a nossa política independente (...).

O CC do PCC não quis infringir a disciplina internacional (...). O delegado da IC disse textualmente: «Os comunistas devem trabalhar como coolies para o Kuomintang» (...) Hoje sou expulso porque não aceito cegamente a opinião da IC (...). Reconheço agora firmemente que o camarada Trotsky combateu a política oportunista de Estaline e de Bukharine (...). Cada membro do partido deve compreender a gravidade do perigo que ameaça o partido; devemos pôr-nos resolutamente do lado da Oposição Internacional dirigida pelo camarada Trotsky” (Carta Dirigida a Todos os Membros do PCC, 10 de dezembro de 1929).

(5) Ao começar a repressão, os militantes trotskistas chineses informam as instâncias da IVª Internacional. A corrente liquidacionista dirigida por Pablo assumira o controlo. Peng Shuji conta como, numa reunião alargada do SI, em fevereiro de 1953, pediu uma discussão sobre esta questão. Pablo responde-lhe: *“Em comparação com as realizações de Mao Zedong, a prisão de algumas centenas de trotskistas é insignificante”.* Averbava a existência da secção chinesa à conta de ganhos e perdas! Esta vergonhosa cobertura da repressão contra os trotskistas anunciava a degenerescência do centro revisionista e a sua capitulação ante o estalinismo.

(6) A IVª Internacional nada tem que ver com a organização que ostenta o nome de Secretariado Unificado. Ela pronuncia-se, com efeito, incondicionalmente — e com total independência da burocracia — pela defesa da propriedade do Estado, da propriedade colectiva. O que implica que os trabalhadores, os camponeses e a juventude se possam organizar livremente para defender as suas conquistas e direitos ou para reconquistá-los. São sempre as relações sociais, a natureza da propriedade social que servem de critérios políticos para definir a nossa posição. Ao contrário daqueles que capciosamente se reclamam do trotskismo, declarando embora que *“pouco importa o regime de propriedade”.*

(1) Em 4 de abril, em Moscovo, Estaline profere um discurso. Denuncia aqueles que *“aparecem com palavras de ordem muito revolucionárias: «Romparam com a direita! Corram com a direita!» (...). Agora precisamos da direita. Ela tem homens capazes, que*

Europa: para acabar com a “prisão dos povos” que é a União Europeia

Os militantes das organizações europeias do Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional (CORQI) fizeram, ao lado de militantes operários de todas as origens, parte integrante da Conferência Operária Europeia reunida em Paris nos dias 12 e 13 de maio de 2018. Os cem militantes, vindos de dezasseis países (1), respondiam a um apelo lançado alguns meses antes por militantes da Alemanha, França e Itália, intitulado “*Esta Europa não é a nossa Europa!*”. Esta Europa, ou seja, a “*Europa do capital e da guerra*”, constituída pelo tratado de Maastricht de 1992 que fundou a União Europeia e o conjunto das suas instituições (Banco Central Europeu, “Parlamento” Europeu, etc.) — que é, há vinte e cinco anos, o Estado-Maior dos ataques aos direitos operários e às liberdades democráticas. Os militantes delegados a esta conferência decidiram constituir-se em Comité de Ligação por uma Europa dos Trabalhadores, com um primeiro prazo dado: um comício internacionalista em abril de 2019, em Estrasburgo, frente ao “Parlamento” Europeu.

Para os militantes das organizações do CORQI, que lutam na perspectiva dos Estados Unidos Socialistas da Europa, o sentido deste amplo agrupamento de militantes operários na Europa é intervir com uma linha de frente única no “Velho Continente”: ajudar as massas a mobilizarem-se pela ruptura com a burguesia, pela ruptura, portanto, com os tratados, instituições e directivas europeias que hoje ameaçam o conjunto das classes operárias de todos os países da Europa (e não só dos vinte e oito países membros da União Europeia). No âmbito desta discussão, *A Internacional* publica extractos alargados da contribuição de um camarada para a discussão nesta conferência.

“União Europeia, prisão dos povos”

Ontem, no fórum intitulado “*União Europeia, Prisão dos Povos*”, desenvolveu-se uma discussão que merece ser relatada a todos os camaradas que participam nesta conferência. É evidente que, quando se fala de “*União Europeia, Prisão dos Povos*”, é forçoso falar da Catalunha. E os camaradas do Estado espanhol versaram o significado da luta pela República Livre da Catalunha. Fomos igualmente levados a discutir que, num país como a Bélgica, por exemplo, a política da União Europeia procura dividir as componentes francófona e neerlandófona da classe operária, dividindo as próprias organizações operárias pela língua.

E fomos levados a discutir a questão: será também a UE uma prisão dos povos para a França, por exemplo, onde não há povos oprimidos, onde há uma nação, podendo até dizer-se que, considerando o seu passado colonial, o seu presente neocolonial e o carácter imperialista do seu governo, a França mais depressa faz parte dos povos opressores do que dos povos oprimidos?

Apesar disso, é correcto, em minha opinião, dizer que esta prisão dos povos também abrange a França. Isto levou-nos a discutir a natureza exacta da UE, discutir palavras de ordem. Numa conferência como a nossa, é natural; pode haver maneiras de olhar diferentes, matizes, desacordos, por exemplo sobre uma questão que dá geralmente muita discussão: será correcto pronunciarmo-nos pela ruptura com a União Europeia, será realista, possível, necessário? No movimento operário, há pontos de vista diferentes quanto a esta questão. Entre todos os que se situam em oposição à política da UE, há ângulos diferentes sobre até onde ir, até onde se pode ir. Esta discussão merece ser continuada aqui.

A pré-história e a história da União Europeia

Primeiro, porque convém recordar donde vem a União Europeia. A “pré-história” da União Europeia começa em 1947, quando o general americano Marshall, o do famoso Plano Marshall, declara que as nações europeias têm imperativamente de unir-se e concordar quanto ao papel que hão-de desempenhar na “*adoção da política necessária à administração americana*”. A ajuda americana é condicionada pela necessidade de dar passos rumo a essa

“unidade” europeia. O apelo do general Marshall encontra a sua primeira resposta positiva em 1951, ao criar-se a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo principal resultado será, mais tarde, a eliminação da produção de carvão e aço nos países envolvidos. Ainda na pré-história da União Europeia, há depois o Tratado de Roma de 1959 e a Comunidade Europeia de 1972. Passa-se da pré-história à história com o Tratado de Maastricht de 1992. É nele que nasce oficialmente a União Europeia.

Importa recordá-lo, pois isto implica que, até 1992, os povos da Europa não viviam sujeitos à palmatória da União Europeia. Há, pois, uma longuíssima história antes da UE, e é concebível que haja uma longa história depois dela. Todos aqueles que ameaçam com que “o céu nos cairá em cima da cabeça” se viermos a deixar de estar na União Europeia deviam mostrar um pouco mais de humildade. A União Europeia tem vinte e seis anos. A humanidade deve ter mais de um milhão de anos.

Donde vem a regra dos 3%?

Importa recordar o que são as instituições criadas por um pacto e alguns tratados. O tratado de Maastricht cria uma instituição central, o euro, da qual tudo flui, a começar pelo Banco Central Europeu (BCE), que tem a função de garantir a estabilidade do euro. Garantir a estabilidade do euro, porquê? Porque quem, através dos tratados europeus, dita as suas necessidades é o capital financeiro. A principal preocupação do capital financeiro é o capital poder perder valor em condições de desordem (por exemplo: inflação, colapso das cotações das divisas, etc.). Este tratado — e todos os que se lhe seguem e se incorporam no tratado de Maastricht, acrescentando-lhe elementos suplementares — tem, por conseguinte, no seu âmago o euro e as condições de estabilidade monetária. Que condições são essas? A dívida pública dos Estados não deve ultrapassar 60% do Produto Interno Bruto (PIB), e os défices públicos não devem passar de 3% do PIB. Todos os trabalhadores da Europa o sabem, pois ouvem de manhã à noite: “atenção aos 3%, ao pacto de estabilidade e responsabilidade, aos défices públicos”, etc.

Esta “regra dos 3%” é-nos apresentada como os Dez Mandamentos dos tempos modernos, que não há o direito de transgredir, poderes superiores, sem dúvida, que ultrapassam os simples mortais que somos, deixados sem outra escolha que não seja prostrar-nos diante destas divindades modernas.

Mas, no fundo, porquê 3%, quem inventou esta norma? O jornal burguês francês *Le Monde* publicou há algum tempo uma entrevista muito interessante do ilustre desconhecido que é o inventor dos 3%. Um dia, o antigo presidente “socialista” da França, François Mitterrand, que estava a trabalhar no tratado de Maastricht, convocou um economista burguês, um tipo qualquer, e disse-lhe: você tem que me arranjar uma regra vinculativa, porque queremos andar em direcção a uma moeda única, e é preciso ter a certeza de que não há variações, é preciso um instrumento muito constrangedor, que obrigue todos os países que vão aderir à moeda única a, suceda o que suceder no país em questão — greves, revoluções — preservar a estabilidade da moeda única. O economista reflectiu e chegou à seguinte conclusão: as moedas perdem muitas vezes valor por causa

da inflação, e há uma relação entre esta e os défices orçamentais. O que seria boa ideia, portanto, era inventar uma obrigação de limitação dos défices orçamentais: não se pode proibir a 100% todo e qualquer défice orçamental, mas é preciso definir um limite inultrapassável, arbitrariamente fixado em 3%. Tais foram as condições em que nasceu a sacrossanta “regra dos 3%”.

“Bom” e “mau” endividamento

Permitam-me, contudo, uma observação preliminar sobre a questão do endividamento. Também neste ponto há que desmontar a mistificação. Dizem-nos que “é muito grave andar endividado.” Mas depende muito. O Fundo Monetário Internacional (FMI) lançou há dias uma advertência: o endividamento mundial está-se a desenvolver a grande velocidade, o total actual equivale já a mais de duas vezes o PIB mundial. Todas as riquezas que se produzirem entre este momento e dezembro de 2020 estão já, portanto, gastas.

O paradoxo é que alguém que queira comprar um automóvel, uma televisão, móveis, entra numa loja, e dizem-lhe: “Não há problema em comprar, mesmo que não tenha o dinheiro necessário: propomos-lhe um crédito a dois anos, cinco anos, dez anos, incitamo-lo a endividar-se.” É que os capitalistas precisam que as suas mercadorias sejam compradas por quem não tem meios para as comprar. A famosa crise de 2008 tem o seu ponto de partida nas *subprimes*, o endividamento que impingiram a infelizes que não tinham meios e que acabaram por se arruinar. A economia capitalista, sempre ávida de escoar as suas mercadorias, incita, portanto, essa é que é a verdade, a fazer uso do crédito e a contrair dívida privada de forma gigantesca e muitas vezes descontrolada. Só que são exactamente os mesmos que nos andam a dizer: “Cuidado, a dívida está a trepar demasiado depressa”. Mas que dívida? Não o endividamento privado, que não só de certo modo não preocupa o capitalismo, como lhe é necessário.

O que é problemático, para eles, é a dívida pública. E nem sequer toda a dívida pública, pois, quando o caso é um Estado comprar armamento, já não há problema nenhum em contrair empréstimos. Problemáticos para os representantes do regime falido da propriedade privada dos meios de produção são os espantosos e injustificados — para eles — montantes afectados aos salários dos funcionários, às enfermeiras, aos trabalhadores dos correios, aos professores. A dívida torna-se “insuportável” em França quando isso permite justificar a supressão de 120.000 postos de trabalho na função pública em três anos e cortar 60 mil milhões de euros aos orçamentos das autarquias locais. É essa dívida que lhes é intolerável.

“Única variável de ajustamento: o custo do trabalho”

A dívida tem, assim, geometria variável. Há a dívida de que os capitalistas precisam e a “intolerável”, que permite justificar a liquidação das conquistas existentes da classe operária. Em resumo, os critérios de Maastricht têm carácter de classe. Alguém o disse, de resto, abertamente: Hans Tietmeyer, em 1998, na véspera do lançamento do euro em 1999. Tietmeyer, então presidente da Bundesbank (o banco central alemão), era um dos principais responsáveis financeiros do principal país capitalista europeu. Disse ele: uma vez feita a moeda única, os governos deixarão de poder

jogar com a inflação, deixando-a disparar ou, pelo contrário, apertando o crédito. Em consequência, com o euro, *“a única variável de ajustamento será o custo do trabalho”*.

Não nos venham então apresentar a “regra dos 60%”, ou a “regra dos 3%”, como outras tantas divindades sem carácter de classe, ante as quais teríamos todos de nos prostrar. A sua única função é reduzir o valor da força de trabalho. Nós podemos, aliás, cada um no seu país respectivo, fazer a lista das dez, vinte, quarenta contra-reformas e ataques contra os direitos operários dos últimos vinte e cinco anos, todos justificados pela necessidade de “conter os défices públicos” e de “respeitar os 3%”.

Podíamos falar da privatização dos caminhos de ferro, dos correios, das centenas de milhares de empregos suprimidos nos hospitais, no ensino, dos ataques contra os direitos operários (por exemplo em França, a lei El Khomri contra o Código do Trabalho ou os decretos de Macron), das medidas de desqualificação da juventude, da degradação dos diplomas escolares, tudo com uma única função: reduzir o valor da força de trabalho, extrair mais lucros para os capitalistas.

É mesmo a luta de classes que lavra

O que lavra é, pois, a luta de classes. Toda a mistificação do Tratado de Maastricht e da denominada *“construção europeia”* está em tentar fazer crer, como sempre em nome *“da paz e da fraternidade entre os povos”*, que essas instituições não têm carácter de classe e têm que valer para toda a gente e que todos temos de obedecer às suas leis, padrões como operários. É uma mistificação: não há instituições que tenham mais carácter de classe anti-operário do que as instituições da UE, todas e cada uma, da Comissão de Bruxelas ao Conselho Europeu, passando pelo pretense “Parlamento” Europeu. A instituição central da UE da qual, na realidade, tudo decorre é o Banco Central Europeu (BCE). A verdadeira sede política da Europa não está nem em Bruxelas, nem em Estrasburgo, mas sim em Franqueforte.

O BCE tem uma particularidade: é totalmente independente dos Estados e dos governos. Está escrito no Tratado de Maastricht. Todos sabemos que, historicamente, o direito de cunhar moeda sempre foi apanágio dos poderes políticos reinantes. Reis e Estados soberanos cunhavam moeda. Os bancos centrais nacionais, como o Banco de França em França, eram, até aos anos setenta, controlados pelo Estado e pelo governo. Um poder político decidia que o banco central podia deixar a inflação à solta, apertar a concessão de crédito, etc. Já outro decidia outra coisa. Eram escolhas políticas.

Este apanágio essencial da soberania foi posto em xeque em duas etapas. Primeiro, todos os bancos centrais foram declarados “independentes” dos governos; depois, constituiu-se o BCE. Está escrito preto no branco no Tratado de Maastricht que os governos não têm qualquer direito de interferir nos assuntos do BCE.

De quem depende o Banco Central Europeu?

Na discussão da nossa conferência, uma camarada perguntou: *“Já houve alguma maioria de esquerda entre os diferentes governos europeus?”* Pergunta legítima; só que não se pode fugir à observação de que, para o BCE, haja

maioria de esquerda ou de direita, ou coligação de ambas, nada muda. Estará o BCE então “pendurado no ar”? Não inteiramente. Uma moeda é um “equivalente geral”. Este equivalente geral europeu mede-se por outros equivalentes gerais, principalmente o dólar. Hão-de ver que, de cada vez que a Reserva Federal americana decide fazer baixar o custo do dólar, por a classe capitalista dos Estados Unidos entender, a dado momento, que, assim, consegue vender as suas mercadorias menos caro e inundar o mercado mundial (podendo fazer o contrário noutros momentos), o valor do euro sobe. E vice-versa.

Ora, a Reserva Federal americana, sendo embora formalmente independente, está, no entanto, ao contrário do BCE, sujeita a um direito de inspecção e influência da administração americana. O BCE não é, portanto, independente de tudo e todos. É independente da classe operária, evidentemente, é, inclusivamente, independente das burguesias europeias, de todos os governos europeus, do “Parlamento” Europeu, do Conselho Europeu, da Comissão Europeia; mas depende, em parte, da Reserva Federal americana, que depende, ela própria, da administração americana. Administração americana que defende os interesses bem entendidos do capital financeiro norte-americano.

A evolução do BCE é, portanto, ditada, antes de mais nada, pelas decisões de Trump e, antes dele, de Obama e, portanto, do capitalismo mais poderoso do mundo. A direcção da UE não é outra. Prova disso, dada pela discussão da nossa conferência, é que todos os trabalhadores da Europa se compreendem tanto melhor quanto todos nos vemos confrontados, *grosso modo*, com os mesmos planos. Nada se assemelha mais aos ataques contra a saúde na Alemanha do que os ataques contra a saúde nos outros países, etc. É lógico.

O que está por trás das discussões entre Macron e Merkel

Olhem para o presidente francês, Emmanuel Macron, que tanto tem feito falar dele. O lema dele é *“É preciso ultrapassar o estádio actual da UE, é precisa uma verdadeira governação económica europeia, um orçamento europeu”*. Como se o imperialismo americano fizesse tenções de deixar constituir uma potência europeia unificada sua concorrente! Macron tenta vender o projecto à burguesia alemã, que é bem mais poderosa do que a burguesia francesa. A burguesia alemã, e a sua porta-voz Merkel (que é realista), diz: não vemos bem o que temos a ganhar com isso. Então, Macron, para tentar convencer a burguesia alemã, dirige-se a ela nos seguintes termos: *“Vejam lá se acordam, a França mudou, já fez as tais reformas tão esperadas e vai continuar.”* A União Europeia, ei-la aqui: as “reformas tão esperadas” pelo capital!

Tietmeyer dizia, em 1998: *“A única variável de ajustamento será o custo do trabalho”*. Vinte anos mais tarde, Macron declara, em substância: *“Olhem como nós nos atirámos ao custo do trabalho, portanto vocês, capitalistas alemães, podem confiar em nós.”* Não que a burguesia alemã passe a confiar nele; mas, no que diz Macron, há um fundo de verdade: todos os governos da França dos últimos trinta anos têm feito questão de fazer baixar o “custo do trabalho”, todos eles têm aplicado as directivas europeias. Todos temos bem presente a pretensa *“transposição de esquerda”* da

directiva europeia de privatização da energia no ano 2000 por um governo, em França, que abrangia ministros do Partido Socialista, do Partido Comunista, dos Verdes e, até, Jean-Luc Mélenchon, que participava nesse governo de “esquerda”.

A pretensa “transposição de esquerda” acabou na privatização da companhia pública de gás e electricidade. Os camaradas gregos poderiam, baseando-se na experiência do governo Tsipras e do Syriza, acrescentar que todas as tentativas de dar seguimento a uma política diferente, mas sem pôr em causa o quadro dos tratados europeus, acabam, ao lavar das cestas, a aplicar esses tratados.

Resposta a algumas objecções

Militantes operários que somos, todos definimos como nosso objectivo um governo e uma política de outro tipo, favoráveis aos interesses operários. Todos, pois, nos defrontamos com esta pergunta: romper ou não com a UE? Dela surgem algumas outras perguntas: se rompermos com a UE, não irá haver uma catástrofe, uma desvalorização terrível, uma inflação, com toda a gente a perder o seu poder de compra? Perante esta objecção, convirá reparar que, em Portugal, em Espanha ou na Grécia, houve, nestes últimos anos, verdadeiras catástrofes: milhões de reformados, assim como assalariados, privados de qualquer recurso, obrigados a mendigar nas ruas — sem se sair do euro. Portanto, não é preciso sair do euro para nos vermos face a catástrofes. É, até, mais o contrário.

Por vezes, ouve-se outra objecção: “*Vocês querem o quê, regressar ao franco* (moeda nacional antes do euro)?” Parece que estaremos apanhados num dilema entre o euro (que sempre é um bocadinho europeu) e o regresso ao franco, na companhia da extrema-direita. Teremos que aceitar os termos das alternativas fabricadas artificialmente pelos nossos adversários de classe?

A imaginação normal de um trabalhador médio não se fica por duas hipóteses: euro ou franco. Podem-se imaginar outras hipóteses, por exemplo que os povos recuperem a soberania e decidam não só romper com os tratados actuais, mas construir novas relações de igualdade com todos os povos da Europa, lançando, até, as bases para uma moeda operária, cuja cotação não seja determinada por Washington, mas pelas necessidades dos trabalhadores e

dos povos da Europa, pela necessidade de construir habitação social, de ter mais professores, prestadores de cuidados nos hospitais, trabalhadores dos correios, ferroviários, voltando a moeda a ser um instrumento de política soberana de nações soberanas, que responda às necessidades das classes operárias, onde se incluem a cooperação, a colaboração e o trabalho conjunto de todos os povos da Europa. Esta hipótese não tem nada de arrevesado e já se manifestou no passado.

Há um mundo a construir

Ela é indicativa, em todo o caso, de que não nos podemos ficar por esta espécie de ultimato aos trabalhadores: “ou isto, ou aquilo”. Não; há, sim, um mundo a construir, mas que, de uma maneira ou de outra, irá passar pela eliminação de tais cangas.

Para terminar, queria dar o meu ponto de vista sobre a proposta apresentada a esta conferência de organizar um comício internacionalista em Estrasburgo no próximo ano. Porquê? Vai haver eleições para o “Parlamento” Europeu em 2019. Cada um de nós está envolvido em organizações várias, alguns farão campanha por este ou aquele partido nessas eleições, haverá quem não faça campanha. Porém, seja qual for a campanha em que cada um se meta, uma coisa é certa: este “Parlamento” Europeu é um nariz postiço, é um “Parlamento” postiço.

Arranjarmos maneira de nos juntarmos todos num comício internacionalista de massas em Estrasburgo (uma das sedes do “Parlamento” Europeu), uma cidade que é tão alemã como francesa e situada na fronteira franco-alemã, é fazer com que se possam agrupar todos os que, como nós no movimento operário, entendem que “*Esta Europa não é a nossa Europa*”, todos aqueles que se pronunciam por “*uma Europa dos trabalhadores e dos povos*”, que rejeitam aquelas instituições, autênticos biombos por trás das quais se esconde quem verdadeiramente decide, e contrapor-lhes a aspiração a uma verdadeira unidade dos trabalhadores e dos povos da Europa. ●

(1) Alemanha, Bélgica, Bielorrússia, Estado espanhol (Catalunha, País Basco e Galiza), França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Macedónia, Portugal, Roménia, Sérvia, Suíça e Turquia.

História da Estrela Norte-Africana

1936-1937: a Frente Popular dissolve a ENA (2ª parte)

O número anterior d'*A Internacional* publicou a primeira parte de um dossier compilado e comentado pelos nossos camaradas do CORQI em Marrocos: *“Novo Olhar para uma História do Magrebe: a Estrela Norte-Africana — ENA”*. Nessa primeira parte, revisitávamos as origens e constituição da ENA sob *“o impulso directo da Revolução de Outubro de 1917”*, mergulhando raízes na União Intercolonial e no Comité dos Operários Norte-Africanos, impulsionado pela política da Internacional Comunista na sua secção francesa. Este Comité daria à luz a ENA em 1926, como organização dos trabalhadores da Argélia, Marrocos e Tunísia, apoiada na solidariedade dos três povos, que se reflectira activamente na insurreição do Rife marroquino contra os imperialismos espanhol e francês. Ligada, todavia, ao Partido Comunista Francês, a Estrela debate-se, já no final dos anos vinte, com a degenerescência da URSS e a ascensão do estalinismo contra-revolucionário. As relações com a direcção estalinizada do Partido Comunista Francês começam a arrefecer logo no congresso anti-imperialista de Bruxelas, em fevereiro de 1927, onde Messali, em nome da ENA, profere um discurso, reivindicando liberdades políticas, a abolição do Código do Indigenato e a independência total da Argélia. Isto, fundamentalmente, porque a direcção do PCF, como a da Internacional Comunista, via com maus olhos o desenvolvimento de uma verdadeira organização operária que não parava de recrutar e se reforçar entre os trabalhadores norte-africanos, primeiro na emigração, depois no Magrebe. Já em 1927 Messali se *“afirmava (...), sobretudo, no plano da organização, na sua capacidade para construir a Estrela como organização de massas. O Ikdam tirava 8.000 exemplares e começava a ser encaminhado para a África do Norte. O recrutamento intensificava-se, as adesões multiplicavam-se: em fevereiro de 1927, a ENA agrupava 3.000 pessoas, chegando a agrupar 3.500 no final do mesmo ano”* (Messali Hadj, de Benjamin Stora, 1982). Dez anos mais tarde, a

Estrela Norte-Africana confronta-se com a política contra-revolucionária do estalinismo em França na forma da política de Frente Popular. Como indica Trotsky no *Programa de Transição*: *“Depois de traír a revolução proletária internacional em nome da amizade com os escravagistas “democráticos”, a Internacional Comunista não podia deixar de traír igualmente a luta de emancipação dos povos coloniais, com, diga-se, ainda maior cinismo do que a IIª Internacional antes dela. Uma das tarefas da política das frentes populares e de “defesa nacional” é transformar as centenas de milhões de homens da população colonial em carne para canhão do imperialismo “democrático”.*” Desta traição trata a segunda parte do estudo sobre a história da Estrela Norte-Africana, que publicamos neste número.

Esperanças na Frente Popular

Sob a pressão dos dirigentes estalinistas do PCF, Messali acaba por aceitar, renitentemente, a adesão da ENA à Frente Popular. Recrutando os seus membros entre o proletariado originário do Magrebe emigrado em território francês, a Estrela manifestara-se regularmente, em 1934 e 1935, ao lado dos trabalhadores franceses e das suas organizações em reacção aos motins das ligas de extrema-direita de 6 de fevereiro de 1934. Em 14 de julho de 1935, sete mil trabalhadores magrebinos participam, com a ENA, no desfile das organizações operárias francesas, ponto de partida da união popular que selaria a aliança entre as principais organizações operárias (Partido Socialista SFIO, Partido Comunista, CGT e CGTU) e o representante da burguesia imperialista, o Partido Radical. O Comité da União Popular pediu à ENA — que tinha aderido ao Comité — para esclarecer o seu programa. A ENA reafirmou a sua posição pela independência dos três países do Magrebe, recordando às organizações operárias membros da Frente Popular que *“os que apoiam a Etiópia não podem recusar aos Norte-Africanos a esperança de se emanciparem um dia, pondo termo ao regime odioso de colonização”*. Foi, porém, grande a decepção entre os militantes da ENA quando tomaram conhecimento da posição da Frente

Popular, em janeiro de 1936, de pedir a constituição de uma “comissão de inquérito parlamentar sobre a situação no Norte de África”.

“A Estrela Norte-Africana aderiu à União Popular desde a criação desta. Admitida como organização aderente, desfilou no dia 14 de julho de 1935 à cabeça de 7.000 trabalhadores e intelectuais norte-africanos. Gritou as palavras de ordem: “Liberdade! Pão! e Paz!”, pedindo a sua extensão ao Norte de África, e prestou juramento de se manter unida com as organizações da Frente Popular, acontecesse o que acontecesse, na fortuna como na adversidade. Durante o desfile, encontrou a simpatia e despertou o entusiasmo do povo de Paris. (...) Dentro da Frente Popular, a nossa organização quer defender as liberdades democráticas ameaçadas pelos facciosos. Luta, também, por que estas liberdades sejam alargadas ao Norte de África. A Estrela Norte-Africana, não será preciso recordá-lo, não é nem uma organização anti-judia nem uma organização anti-francesa, como indicaram certas pessoas mal informadas. Agrupa trabalhadores norte-africanos e luta pela emancipação nacional e social. Encarrega-se, também, de defendê-los em França quando são maltratados pela administração ou irradiados do desemprego. Não tem qualquer preconceito racial e combate o imperialismo, criador de miséria e ignorância. (...)

Qual não foi, porém, a sua decepção ao ler o programa da Frente Popular! Nesse programa, a Frente Popular prevê, com efeito, a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar sobre a situação no Norte de África.

Todos nós sabemos, por experiência, o que é a obra de uma comissão de inquérito: dossiers volumosos, para arquivar. Precisa, aliás, a Frente Popular de constituir uma comissão de inquérito para conhecer a situação lamentável dos indígenas no Norte de África?

Ignorará ela que, na Tunísia, existe um regime de ditadura? Que o povo argelino sofre profundo mal-estar e que Marrocos atravessa uma crise que exige medidas imediatas? Ignorará ela que, nos três países, há deportados e presos políticos? Que as liberdades de imprensa, de reunião e associação não existem nestes países?

Ignorará a miséria e a ignorância das populações indígenas expropriadas e exploradas pelo colonialismo? (...)

Apelamos, pois, ao Comité Nacional da União Popular e às organizações que dele fazem parte para que olhem de frente para o problema colonial, lhe proponham soluções francas e corajosas e, sobretudo, apoiem as nossas reivindicações imediatas, que não são mais do que as liberdades mais elementares, necessárias a todo o ser humano” (El Uma), nº 38, janeiro-fevereiro de 1936).

Um plano de reivindicações imediatas para o Norte de África...

Um mês mais tarde, a Estrela Norte-Africana, o Comité de Defesa das Liberdades na Tunísia e o Comité de Defesa dos Interesses Marroquinos apresentavam um “plano de reivindicações imediatas para o Norte de África, dirigido à Frente Popular” (fevereiro de 1936).

Para evitar a rejeição, não é nele mencionada a questão da independência nacional. Mas afirma-se um certo número de reivindicações sociais e democráticas a favor das populações norte-africanas sujeitas ao jugo colonial.

“Ao apresentarmo-vos hoje as nossas reivindicações imediatas, queremos crer que estamos contribuindo para abrir caminho a essa boa e útil política da compreensão, a única capaz de encaminhar os povos norte-africanos para a evolução que eles entendem realizar com a ajuda do povo francês.

Permitimo-nos, por fim, assinalar-vos que as nossas reivindicações mais urgentes consistem em reclamar para marroquinos, argelinos e tunisinos o reconhecimento da liberdade de associação e de expressão nas duas línguas, francês e árabe, de modo que eles possam manifestar legalmente as suas reclamações e aspirações legítimas. É isto, cidadãos, não apenas uma necessidade imperiosa, mas uma condição indispensável para qualquer obra de compreensão mútua e aplicação justa e conforme dos princípios tradicionais que herdastes da revolução e que hão-de permanecer como vosso código nas relações com os povos coloniais.”

Entre as reivindicações políticas, as organizações norte-africanas indicam que um “governo de Frente Popular deverá fazer questão de renunciar à política da raça privilegiada que tem inspirado toda a legislação e organização administrativa nas colónias”, em virtude disso se pedindo “uma ampla amnistia que abranja todos os deportados, exilados e presos políticos, seja de que partido forem” e “a abolição de todas as leis especiais e de todas as medidas de excepção, tais como o Dahir Berber em Marrocos, o Código do Indigenato e as leis florestais na Argélia e todos os decretos celerados na Tunísia”, mas também as liberdades democráticas elementares reconhecidas na lei francesa, mas de que as populações colonizadas são privadas (liberdade de imprensa, de reunião, de associação, liberdade de pensamento, liberdades sindicais, igualdade perante o serviço militar, etc.) O manifesto avança igualmente reivindicações sociais, particularmente o ensino primário obrigatório e gratuito, o ensino da língua árabe, a aplicação ao Norte de África de todas as conquistas da classe operária francesa (segurança social, seguro de desemprego, semana das 40 horas, etc.) e acabar com as vendas-confiscações e expropriações colectivas em benefício da colonização oficial, moratória das dívidas para os pequenos felás (camponeses), artesãos e pequenos comerciantes, etc.

... rejeitadas pela Frente Popular, garante do Império Colonial Francês

Contudo, a Frente Popular é a aliança dos partidos operários com uma fracção da burguesia imperialista e a subordinação daqueles partidos aos interesses da preservação do império colonial. Mesmo aquelas “modestas reivindicações”, como lhes chama o manifesto, são demasiado.

A recusa obstinada dos dirigentes dos partidos operários, SFIO e PCF, leva os dirigentes da ENA a radicalizar as suas posições e, nomeadamente, a oporem-se à política de “assimilação”. Com esta pretende o colonialismo francês, apoiando-se nas forças burguesas e pequeno-burguesas indígenas, negar a existência de nações soberanas tanto na Argélia, como em Marrocos e na Tunísia. Na primavera de 1936, Messali declara durante as obséquias de um operário argelino: “A única solução do problema é a emancipação total do Norte de África, e nós dizemos com toda a franqueza que desejamos e almejamos a realização desta emancipação

com a ajuda efectiva da França, tendo em consideração os interesses comuns.”

Em 3 de maio, a coligação de Frente Popular ganha as eleições. Léon Blum, do Partido Socialista-SFIO, constitui um governo com o partido burguês radical, apoiado no Parlamento pelo Partido Comunista, que aplica a política de “frente popular” de Estaline e da burocracia. Para justificar a sua política de subordinação à burguesia imperialista, Léon Blum declara, a 31 de maio: *“Não só o Partido Socialista não tem a maioria, como tão-pouco os partidos proletários a têm. Não há maioria socialista; não há maioria proletária. Há maioria da Frente Popular, e o programa de frente popular é o seu lugar geométrico. O nosso mandato, o nosso dever é cumprir e executar esse programa.”*

Programa que, repita-se, garante a propriedade privada dos meios de produção e, por conseguinte, a exploração capitalista dos trabalhadores em França; e que garante, do mesmo modo, a perpetuação do jugo colonial à custa dos povos oprimidos do “império francês”.

Os trabalhadores franceses não estão pelos ajustes, e a vitória eleitoral é, para a classe operária, o sinal de que as coisas têm que mudar radicalmente: alastra a todo o país a greve com ocupação de fábrica; e os proletários magrebinos empenham-se na acção com todos os trabalhadores. É então que Leão Trotsky escreve: *“Começou a Revolução Francesa”*. Em 24 de maio de 1936, uma concentração da ENA junto ao Muro dos Federados junta dez mil trabalhadores magrebinos da região parisiense, em dupla homenagem à Comuna de Paris de 1871 e ao levantamento anticolonial de El Mokrani que se deu na Argélia no mesmo ano.

Em junho de 1936, *El Uma* condena que *“o governo dos camaradas de ontem responda aos gritos angustiados do povo norte-africano, mandando-lhe comissões.”*

O governo Blum irá, de facto, tentar apoiar-se no Congresso Muçulmano, um agrupamento heterogéneo. Uma fracção deste — apoiada, nomeadamente, pela antena argelina do partido estalinista — toma posição a favor do “assimilacionismo”, da justificação, portanto, do jugo colonial pela negação da existência de uma nação argelina, posição energeticamente combatida pela ENA. Do mesmo modo, a Estrela Norte-Africana irá opor-se ao plano Blum-Violette.

“Violette fora, em 1924, governador geral da Argélia. L. Blum fez com ele um projecto de assimilação que dava cidadania francesa, sem renúncia ao estatuto corânico, a cerca de 20.000 indígenas ou pessoas instruídas. Acolhido favoravelmente pelos “eleitos” e com reservas pelas ulemas, o projecto foi categoricamente rejeitado e combatido por Messali, que via nele “um novo instrumento do colonialismo, destinado, conforme os métodos habituais da França, a dividir o povo argelino, separando a elite da massa”. Quanto ao PCF, que tinha até então tratado o projecto Violette como um suborno do imperialismo para comprar os eleitos, apoiou-o firmemente como “primeiro passo na via de maiores liberdades políticas para os povos coloniais”” (Messali Hadj, B. Stora).

Em 14 de julho de 1936, no desfile tradicional em que participam as organizações operárias, um potente cortejo de cinco mil trabalhadores do Magrebe, seguindo o apelo da ENA, desfila com palavras de ordem claramente favoráveis à

emancipação nacional: *“Liberdade para o Norte de África, liberdade para a Síria, liberdade para o mundo árabe!”*

A 23 de julho, uma delegação do Congresso Muçulmano viaja pela França para validar a posição “assimilacionista”, combatendo a aspiração das massas argelinas à independência. A delegação é recebida por Blum, pelos radicais e por Maurice Thorez, em nome do comité central do partido estalinista. Mas, mesmo do ponto de vista dos “assimilacionistas”, a posição de manutenção do império colonial, que faz parte do programa comum de todas as componentes da Frente Popular, não deixa nenhuma margem de manobra. Decepcionado, um dos membros da delegação, Ben Badis, declarará ao regressar a Argel: *“Voltámos de mãos vazias, e vazias elas continuam.”*

O discurso de Messali no estádio municipal de Argel

A 2 de agosto, no estádio municipal de Argel, a delegação do Congresso Muçulmano presta contas da sua viagem a França diante de cerca de 20.000 argelinos, pretendendo ali fazer aclamar a ligação da Argélia à França. Messali Hadj, que viajara no mesmo barco que os membros do Congresso, acompanhado por alguns militantes da ENA, pede a palavra, provocando embaraço na tribuna, que acaba por lhe conceder dez minutos. Profere então o célebre discurso que contrapõe à tentativa “assimilacionista” a eleição de uma assembleia constituinte.

“Em nome da Estrela Norte-Africana, trago-vos a saudação fraterna e a solidariedade dos 200.000 norte-africanos que vivem em França.

Por respeito para com a nossa língua nacional, a língua árabe que todos acarinhámos e admiramos, e também pela nobreza deste povo argelino, bravo e generoso, fiz questão de me dirigir a vós na minha língua materna, após um exílio de doze anos. É uma alegria e uma profunda satisfação poder hoje tomar oficialmente contacto convosco e aproveitar a ocasião que me é concedida para vos dizer a minha alegria e a minha emoção por pousar os pés no solo dos nossos antepassados e vos dizer o que sofreu na minha alma por ter passado tanto tempo afastado da pátria.

Sim, nós aprovamos as reivindicações imediatas, que são modestas, legítimas, consagradas na carta reivindicativa apresentada ao governo de Frente Popular, e cuja realização apoiaremos com todas as nossas forças, apesar das suas fraquezas, pois ao mais alto ponto nos interessa a mais pequena e ínfima das reivindicações, já que ela contribuirá para aliviar a miséria desta infeliz população.

Comprometo-me aqui, em nome da minha organização, diante do venerável xeque Ben Bades, a fazer tudo o que seja humanamente possível para apoiar essa reivindicações e para servir a nobre causa que todos defendemos. Nós dizemos, contudo, francamente, categoricamente, que desaprovamos a Carta Reivindicativa no que diz respeito à ligação do nosso país à França e à representação parlamentar.

O nosso país está, de facto, hoje, administrativamente ligado à França, dependendo da sua autoridade central. Só que essa ligação é a consequência de uma conquista brutal, a que se seguiu uma ocupação militar, actualmente baseada no 19º Corpo do Exército, a que o povo nunca deu a sua adesão. Ora, a ligação de que a Carta Reivindicativa fala é pedida

voluntariamente, em nome de um Congresso que pretende representar a unanimidade do povo argelino.

Há, conseqüentemente, uma diferença fundamental entre a ligação do nosso país estabelecida contra a nossa vontade e a ligação voluntária aceite em plena consciência pelo Congresso realizado em Argel no dia 7 de junho (congresso despachado em três horas). Também nós somos filhos do povo argelino — e nós nunca aceitaremos que o nosso país fique ligado a outro país contra a sua vontade, não queremos em caso algum hipotecar o futuro, a esperança de libertação nacional do povo argelino.

Esse futuro pertence à geração vindoura; a ela e só a ela competirá decidir como entenda dirigir a sua sorte e o seu destino. Também somos contra a representação parlamentar, por múltiplas razões. E somos pela supressão das delegações financeiras, do governo geral e pela criação de um Parlamento argelino, eleito por sufrágio universal, sem distinção de raça nem religião.

Uma vez este Parlamento Nacional argelino estabelecido, ele trabalhará sob controlo directo do povo e para o povo. Pela nossa parte, pensamos que essa é a única maneira de o povo argelino se poder exprimir livre e francamente, ao abrigo das opressões e intrigas administrativas.

Não me é possível, em tão pouco tempo, dizer a este generoso povo da Argélia tudo o que gostaria de lhe dizer, já ultrapassei o tempo que me foi concedido pela honorável delegação.

Queria, ainda assim, chamar a vossa atenção, pedindo-vos, meus irmãos, que compreendais, reflectis e examineis bem, sem ímpetos, o problema do nosso país que se joga à vossa frente. Embora esteja muito cansado e deprimido pela penosa travessia, acabo de desembarcar e não queria deixar esta tribuna sem vos manifestar toda a minha alegria, toda a minha emoção por me encontrar diante de vós, no solo da minha pátria.

Por fim, antes de concluir a minha intervenção, agradeço à honorável delegação ter tido a gentileza de me permitir tomar a palavra nesta tribuna.

Ouvi há pouco os oradores que me precederam contarem a consideração e a benevolência com que foram recebidos em França pelo governo da Frente Popular, e, não querendo discutir ou menoscar a atmosfera em que a recepção se desenrolou, digo, no entanto, que o povo argelino tem a obrigação de se manter vigilante. Não basta enviar uma delegação apresentar um caderno de reivindicações nem ter muitas ilusões sobre recepções e ficar à espera que as coisas aconteçam por si mesmas.

Meus irmãos, não podemos agora dormir descansados e julgar que a acção terminou. Está apenas a começar. É preciso organizar-vos bem, unir-vos nas vossas organizações, para serdes fortes, respeitados e para que a vossa voz poderosa se possa fazer ouvir do outro lado do Mediterrâneo. Pela liberdade e pelo renascimento da Argélia, juntai-vos em massa à volta da vossa organização nacional, a Estrela Norte-Africana, que saberá defender-vos e conduzir-vos pelo caminho da emancipação.

Acabo, gritando: Abaixo o Código do Indigenato!

Abaixo a lei de excepção e o ódio racial!

Viva o povo argelino e viva a Estrela Norte-Africana!"

(Discurso reproduzido em *El Uma*, nº 42, 26 de agosto de 1936).

Messali conclui o seu discurso apanhando um punhado de terra do estádio, que brande, declarando: *“Esta terra não está à venda! Estão aqui, meus irmãos, os herdeiros desta terra! Ela não se pode oferecer como um tapete nem hipotecar, e a Estrela Norte-Africana velará por isso!”*

O discurso, proferido em Argel ante uma multidão entusiasta, marca a entrada da ENA — organização constituída na emigração — no território nacional argelino.

“Que a Frente Popular espanhola proclame a independência de Marrocos espanhol!”

No ponto de vista do governo da Frente Popular, a quem compete defender o império colonial, é a gota de água que faz transbordar o copo. Soa a hora da repressão. Será o aparelho estalinista, aparelho mercenário ao serviço da política contra-revolucionária da burocracia da URSS, a ocupar a primeira fila (do mesmo modo que, face à greve geral em França, é ele que se põe na primeira fila a dizer que “não, nem tudo é possível”).

Alguns dias antes de Messali pronunciar as palavras que ficarão para a história, em julho, nas possessões coloniais espanholas de Marrocos, começa o golpe de Estado do general Franco. Golpe de Estado que imediatamente provoca, contra ele, a resistência armada dos operários e camponeses de toda a Espanha. Porém, em Espanha também, as principais direcções operárias celebraram, já em janeiro de 1936, um pacto de Frente Popular com vista às eleições. Logo que o golpe de Estado se põe em marcha, os dirigentes estalinistas e sociais-democratas que se subordinaram à defesa da propriedade privada opõem o “campo republicano” ao “fascismo”, enquanto, pelo seu lado, os operários e camponeses procuram o caminho da revolução proletária, única maneira de abater o fascismo. Em França, a Frente Popular exige a todos que se ponham “do lado da República” (o que não a impede de não fornecer um único carregamento de armas). Os militantes da ENA recusam-se, nessa altura, a serem transformados em força auxiliar do regime de Madrid, que, embora proclamando-se democrático, recusa libertar Marrocos do jugo colonial.

Em setembro-outubro de 1936, *El Uma* afirma: *“É preciso que percebam que não queremos ser os eternos enganados! A guerra de 1914 já nos escaldou o suficiente! É preciso que percebam que não somos mercenários complacentes. Se é para combatermos, precisamos de saber por quem e por quê combatemos! Fazemos a pergunta, precisamos de resposta. E por actos, não por promessas. A vida dos argelinos é tão cara como a dos outros. Se é para a sacrificarem, eles querem saber por quê e por quem!”*

El Uma acrescentava: *“Não serviremos de tropa de choque de nenhum partido. O nosso corpo está tão pouco à venda como a nossa alma. Se um dia tivermos que morrer, meus senhores, notem bem, não será pela vossa causa, nem será por um ideal que não seja o nosso! (...)*

Quanto ao perigo fascista em geral, e ao de Espanha em particular, cremos ter um remédio muito simples para ele: se a Frente Popular espanhola está assim tão preocupada com ele, então que proclame a independência de Marrocos espanhol!”

É evidente que tal proclamação — mal haviam passado treze anos do esmagamento conjunto da República do Rife pelos imperialistas franceses e espanhóis — teria provavelmente mudado radicalmente o curso da revolução espanhola e,

mais do que isso, o curso da história. Um levantamento das massas oprimidas em Marrocos teria com certeza desarticulado o exército dirigido pelos generais Franco e Mola (que se apoiavam por seu turno em batalhões “indígenas”). O grupo trotskista em Espanha declarou, pelo seu lado: *“Apoiamos o direito das minorias nacionais a disporem livremente do seu próprio destino e o direito do povo marroquino à liberdade, até à separação. Marrocos para os marroquinos! Uma vez publicamente proclamada esta palavra de ordem, a efervescência insurreccional que ocorrerá em Marrocos acarretará a decomposição do exército mercenário fascista.”*

Uma delegação dos nacionalistas marroquinos do Comité de Acção Marroquino chegará a deslocar-se a Espanha em agosto de 1936 para propugnar esta causa junto dos dirigentes republicanos. Em consonância com a sua posição internacionalista e anticolonialista, os militantes trotskistas não só apoiam esta iniciativa, como participam na delegação na pessoa de David Rousset (representante em Marrocos do Partido Operário Internacionalista, partido que se bate pela IVª Internacional em França).

Se, em Barcelona, a delegação marroquina não tem nenhuma dificuldade em convencer o Comité Central das Milícias Anti-Fascistas e o governo da Generalitat da Catalunha, já do governo central, dirigido por Largo Caballero e apoiado pelos estalinistas, é a rejeição pura e simples. Em *Revolução na Guerra de Espanha (1930-1939)*, o antigo dirigente do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) Wilebaldo Solano comenta: organizar uma sublevação de massas em Marrocos contra o domínio colonial espanhol (com todos os riscos que isso acarretava para o domínio colonial francês em Marrocos) teria sido *“evidentemente contrário aos interesses das democracias ocidentais preocupadas com o seu controlo dos seus próprios impérios coloniais. A Frente Popular era garante da unidade do território espanhol, e a oferta (dos nacionalistas marroquinos — NDR) foi rejeitada.”* A proposta dos nacionalistas marroquinos ameaçava comprometer as possessões coloniais da burguesia espanhola e, portanto, a propriedade privada, razão por que a Frente Popular e todos os seus protagonistas a recusaram. Foi assim que a Frente Popular espanhola virou deliberadamente costas a uma iniciativa *“que podia ter mudado o curso do enfrentamento entre a República e o fascismo internacional”*, acrescenta Solano.

Calúnias e provocações estalinistas

Em França, a recusa da ENA em apoiar o poder colonial em nome da “luta antifascista” será o pretexto a que o aparelho estalinista se agarrará para iniciar uma campanha desenfreada contra a ENA. Assim como, em França e em Espanha, quem quer que se oponha, da perspectiva da classe operária, à política de aliança com a burguesia (os militantes trotskistas, evidentemente, mas também alguns anarquistas, socialistas de esquerda, etc.) é caluniado, perseguido e qualificado de “hitlerista-trotskista”, assim também os militantes da ENA são acusados de serem “hitleristas” e culpados de *“conluio com o fascismo e com Franco”*. Alguns meses mais tarde, o órgão “teórico” dos estalinistas franceses escreverá: *“Quem, nada tendo entendido ou querido entender da situação política em França e no mundo,*

pretenda ver os povos coloniais levantarem-se hoje mesmo em luta violenta contra a democracia francesa a pretexto de independência, está, na realidade, trabalhando pela vitória do fascismo e pelo reforço da escravatura dos povos coloniais” (Les Cahiers du bolchévisme, 20 de maio de 1937). A campanha irá continuar em crescendo até ao recurso à repressão estatal pelo governo da Frente Popular. A Estrela Norte-Africana, membro constituinte da União Popular em julho de 1935, é dissolvida em 26 de janeiro de 1937 pelo governo de Frente Popular, que se socorre do decreto Régnier de 1935 sobre a “repressão das manifestações antinacionais e contra a soberania francesa na Argélia”. Dois dias antes da proibição, o serviço de ordem estalinista expulsa fisicamente de um comício do Congresso Muçulmano os militantes da ENA que acabam de entoar o hino da independência.

Para Imache Amar, um dos dirigentes da ENA, *“A colaboração dos chefes dos partidos operários não é uma garantia, representando antes uma ameaça, tanto para os proletários como para os colonizados.”* A Frente Popular não passava *“de uma palavra como as outras; ela recusa-se a conceder a liberdade aos rifenhos e tolera a conquista da Etiópia. Quem dissolve a nossa organização e aplica a mordada é a Frente Popular francesa. Faz parte da ordem e da lógica, pois continua a ser a burguesia imperialista quem governa, chame-se ela esquerda ou direita”*.

“Traíram-nos!”

“Traíram-nos!”, escreve Imache Amar numa edição especial de *El Uma* datada de 29 de janeiro de 1937.

“A Frente Popular é perjura, a Frente Popular imolou um dos seus membros com o apoio dos comunistas!

A Estrela Norte-Africana, aderente da Frente Popular, acaba de ser dissolvida por essa mesma Frente Popular!

O partido político que mais tinha procurado a aliança connosco (o Partido Comunista Francês — NDR) e com o qual tantos dos nossos pensavam poder contar tornou-se no adversário mais encarniçado e cúmplice do governo que acaba de nos dissolver.

Os mais insanos e injustificados ataques não tinham outra finalidade senão preparar a opinião para o terrível golpe que o governo se aprestava para infligir a uma organização dos trabalhadores muçulmanos.

Ali Bukort, de quem querem fazer uma vedeta na Argélia, foi encarregado pelos seus patrões de começar com o ataque. Imprimiram-se, preto no branco, as mais estúpidas acusações, primeiro na Lutte Sociale, depois em L’Humanité. “Hitleristas”, nós, que combatemos contra o fascismo e com ele sofremos mais do que qualquer outra organização ou partido?

“Hitleristas”, nós, que nos pusemos ao lado dos trabalhadores desde o primeiro minuto? Nós, que nos manifestámos com o povo e o apoiámos em todas as circunstâncias? Ora, senhores “camaradas proletários”! não há um trabalhador sério e honesto que acredite nas vossas patacoadas. Digam, sim, que tomaram vocês o lugar do imperialismo ou vestiram a sua indumentária e se fizeram chauvinistas da pior espécie e aliados do colonialismo. Aliás, já há muito tempo que assim parecia, e só é um mistério para os cegos ou para os fanáticos.

O programa da Estrela Norte-Africana data afinal de 1926.

Desde essa data que vocês conheciam o seu programa, assim como os seus dirigentes. Conhecendo-o, haviam-no aprovado pelas vossas declarações. Melhor, apoiaram-no e defenderam-no com os vossos advogados, e assim fizeram até junho de 1936. Até, portanto, chegarem ao poder. Até, portanto, começarem a cantar a Marselhesa, até aqueles que vocês apelidavam de “trombas de vaca” passarem a “camaradas generais”. Mudanças? Claro, houve-as, mas não fomos nós que mudámos. Se a preocupação com a “defesa nacional” vos desse uma pequena trégua, talvez se conseguissem lembrar da vossa antiga doutrina, que era pela defesa dos oprimidos e pela libertação das colónias. Só que isso era numa época em que vocês eram contra a burguesia e contra a guerra. Hoje, vocês próprios se tornaram burgueses e os mais qualificados para armar a vossa pátria até aos dentes e oprimir os vossos escravos. Foi inesperado, muitos dos nossos não ousam acreditar nos próprios olhos. Mas todos terão de render-se à evidência. Cada um terá aí também uma amostra do paraíso que nos espera quando vocês estiverem completamente no poder, quando o soviete for rei e senhor.

Os nossos compatriotas dão-se já conta disto em algumas fábricas em que têm que escolher entre o cartão do partido, além do do sindicato, e a rua. E ainda mal se apagou a sombra do infeliz Acherchur, já vocês chamam aos norte-africanos anti-franceses no jornal dos proletários. Não é só atrevimento, é puro cinismo e uma provocação odiosa aos nossos irmãos. Fazendo passar por fascistas exactamente aqueles que atraíram o ódio do fascismo, a única coisa que conseguem é provocar um antagonismo entre operários franceses e argelinos. Mas talvez isso já não vos preocupe. O perigo fascista já está sem dúvida afastado.

A fraternidade com “os camaradas norte-africanos” era coisa boa quando esse perigo era iminente. Nessa altura, o apoio da Estrela Norte-Africana era excelente. Admitiram-nos na Frente Popular.

Agora, porém, é preciso afogar-nos e, para tanto, é preciso fazerem-nos passar por cães raivosos. Seja, senhores “defensores dos oprimidos”, vocês têm o maço à mão de semear, batam, mas batam com força, pois nós somos duros de morrer. Já houve, como sabem, quem tenha dado pancada sem resultado: os vossos golpes, mesmo dados à traição, só nos darão mais vigor. E seja qual for o resultado da luta, somos nós quem sairá vitorioso.

Primeiro, porque a Argélia e os argelinos são nossos, depois, porque a própria opinião francesa vos confundirá e condenará se a vossa consciência não vos infligir o castigo por terem renegado a vossa doutrina, espeznhado as vossas promessas e cometido perjúrio contra o juramento de 14 de

julho de 1935, “**pão, paz, liberdade**”. “Liberdade para todos”, mas vocês só a querem para vocês próprios e mais ninguém”.

“Os trotskistas eram os únicos claramente pela independência dos povos oprimidos”

Mal haviam passado dois meses da dissolução da ENA, é fundado nos arredores de Paris o Partido do Povo Argelino (PPA), em março de 1937, enquanto os seus principais dirigentes estão na prisão e a repressão se abate. Nas suas memórias, Messali Hadj recordará as reacções, em França, à dissolução da ENA e à repressão contra o PPA que se seguiu: “A Frente Popular estava no poder quando prenderam os dirigentes do PPA; poder-se-á dizer que todos os franceses e todos os membros da Frente Popular foram responsáveis por isso?”

Não! O Partido Socialista havia desaprovado a medida e denunciado a repressão e a nossa prisão. Por outro lado, muitos franceses, homens e mulheres, haviam-se oposto à repressão e às prisões, apesar de, à época, muito poucos serem favoráveis à independência das colónias. Entre as pessoas organizadas, os trotskistas foram os únicos claramente pela independência dos povos oprimidos. A esses franceses chamávamos nós, por amizade, o punho da Baraka.”

À guisa de conclusão

A longa luta pela emancipação nacional dos países do Magrebe, traída pelos aparelhos, especialmente pelo aparelho estalinista e seus satélites, resultou na situação actual, de independências que ficaram por cumprir. Na verdade, a independência dos nossos países não desaguou em verdadeiras Assembleias Constituintes soberanas nem em autênticas reformas agrárias, liberdades democráticas e operárias.

É para dar cumprimento pleno a esta luta que as gerações de hoje, que os militantes do movimento operário organizado dos países do Grande Magrebe têm que reapoderar-se da nossa história como elemento de ajuda à constituição de partidos operários independentes ao serviço da luta pela ruptura dos nossos países do Norte de África com as instituições imperialistas (FMI, Banco Mundial, mas também a União Europeia e os seus “acordos de associação” com os países do Magrebe) que estão devastando as nações e saqueando os recursos económicos e naturais, pela soberania irrestrita dos nossos países, pela democracia, pela nacionalização de todos os sectores da economia, reatando com o apelo de Abdelkarim El Khattabi (citado na primeira parte do artigo, cf. A Internacional, nº 9) pela “constituição de uma grande República que una todos os países do Norte de África” livres e soberanos. ●

Crónica do Revisionismo

No Sindicato, “*Todos Reformistas*”?

A direcção nacional da Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IV^a Internacional e membro do Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional, reuniu-se nos dias 5 e 6 de maio de 2018. Adoptou a linha geral do relatório que lhe foi submetido, um relatório que, entre numerosas outras questões, se debruçou sobre o balanço do congresso confederal de uma das duas grandes centrais sindicais operárias de França, a CGT-FO, e sobre a política nesse congresso defendida pelos representantes do centro revisionista. *A Internacional* publica para os seus leitores um extracto do relatório, deixando à sua reflexão este novo degrau galgado por aqueles que, há quase três anos, decidiram organizar a cisão da IV^a Internacional.

Estamos num momento especial. Um momento que, em muitos aspectos, exhibe características, se não de viragem, pelo menos de franqueamento subjectivo de uma etapa — à vista do que acaba de ocorrer no congresso da central reformista e, a outro nível, do que nós (com outros) temos estado a realizar para o 13 de maio. Nota-se, creio, um passo incremental.

Igualmente se franqueia uma etapa da situação política em França, em particular com o surto da greve dos ferroviários, com tudo o que isso implica em termos de redistribuição das posições ocupadas por todas as forças — franqueia-se, conseqüentemente, uma etapa da crise do próprio regime. Para abordar esta reflexão, partirei de um acontecimento recente: a intervenção proferida por Patrick Hébert no congresso da CGT-FO.

Começo já por esclarecer que o caso não é conceder especial, ou desproporcionada, importância à CCI enquanto tal. Não obstante, a partir do momento em que a imprensa apresenta Patrick Hébert como porta-voz dos “trotskistas-lambertistas”, compete-nos explicar, não à imprensa ou a Patrick Hébert, mas a nós, aos nossos militantes, simpatizantes e aos camaradas que nos rodeiam o que é, na realidade, o trotskismo, debruçando-nos sobre a tradição e a

orientação que assimilámos com Pierre Lambert, no momento presente da crise do movimento operário. Na sua intervenção, Hébert declara: “*O reformismo é uma noção política, eu defino-me mais como revolucionário, mas a revolução não é um papel do sindicato. No plano sindical, somos todos reformistas, porque o nosso objectivo é melhorar as condições materiais dos trabalhadores.*”

Na biografia de Karl Marx de Franz Mehring — acabada de sair, nós estamos a difundir-la —, uma longa nota biográfica de Gérard Bloch conta como, num dado momento, Mehring rompe com a sua educação religiosa.

Num artigo intitulado “Três = um?”, explica ele que se viu obrigado a romper com a sua educação religiosa quando se deu conta de que o tal mistério da Santíssima Trindade — pelo qual três divindades se reuniam em uma só — causava tais “*luxações cerebrais*” que ele preferia desembaraçar-se dele.

Ao escutar aquele responsável explicar-se “*revolucionário*” até à porta do sindicato, logo “*reformista*” mal ela transposta e outra vez “*revolucionário*” ao sair, é de temer uma “*luxação cerebral*” como aquela. Nada de novo debaixo do sol, afinal: o *Programa de Transição* evoca os pretensos marxistas que são pelo “*socialismo aos domingos e feriados*” e acham, no resto da semana, que é preciso compor com o sistema tal como é.

Tripla ruptura

Esta afirmação — “*No plano sindical, somos todos reformistas*” — articula uma tripla ruptura que é importante analisar no plano teórico. Em primeiro lugar, uma ruptura com a Carta de Amiens (1), que diz que o sindicato enquadra o trabalho quotidiano de defesa dos interesses materiais e morais do assalariado numa perspectiva de conjunto: a da abolição do salariado e do patronato.

Poderá não ser por aí que o sindicato passa a ser o instrumento da revolução proletária, mas a acção do sindicato enquadra-se na perspectiva da emancipação. Afirmar: sindicato igual a reformas, ponto, é romper com o conteúdo da Carta de Amiens.

Em segundo lugar, o responsável da CCI rompe abertamente com o *Programa de Transição*, que condena inapelavelmente o beco sem saída do reformismo na era do capitalismo decadente, denunciando “*o carácter oportunista da direcção*

do proletariado, a sua cobardia pequeno-burguesa diante da grande burguesia, os laços traidores que com ela mantém, mesmo na agonia desta”.

Em princípio, esta questão, para os trotskistas, está resolvida há muito tempo. Combatendo pela defesa das reformas operárias, pelo alargamento das reformas num sentido progressista, os trotskistas estão a lutar politicamente contra o reformismo, especialmente quando a política deste mina e destrói as reformas. Um dos reflexos actuais disso é a participação na concertação (2).

E se há coisa que Pierre Lambert explicou, martelou e repetiu por todas as formas possíveis foi isso. A terceira ruptura é uma ruptura aberta com a política de Lambert que, fossem quais fossem as circunstâncias, fazia questão de distinguir corrente reformista (com a qual podia e sabia fazer acordos de defesa da independência da organização sindical e/ou de defesa das reivindicações) e corrente de luta de classes.

O sentido desta declaração de Hébert, proferida publicamente diante de milhares de delegados, é de apagar a demarcação entre reformistas e revolucionários. Cabe reflectir. A social-democracia alemã traiu em agosto de 1914. Foi preciso esperar por 1959 para que, num congresso em Bad Godesberg, ela declarasse oficialmente que a luta pelo socialismo e pela propriedade colectiva dos meios de produção afinal não estava na ordem do dia.

Para a CCI, foi mais rápido, apenas alguns anos. Pelo menos, agora, dizem-no sem pudor: são reformistas.

Como formularíamos nós a questão numa discussão com um camarada reformista: *“Sou revolucionário. Tu és reformista. Dirijo-me a ti, que és reformista, dizendo: no ponto de vista das reformas de que te reivindicas, a lógica dita que faças questão de defender e alargar as reformas da classe operária, o que, no teu ponto de vista reformista, iria permitir uma melhoria social. Pela minha parte, como revolucionário, faço questão de defender e alargar as reformas da classe operária a fim de dar força à classe operária, reforçar a sua coesão, como elemento de preparação para o choque frontal com a burguesia.*

E, como revolucionário, dirijo-me a ti, reformista que és, dizendo: no ponto de vista das reformas de que tu te reivindicas, não podes deixar de defender o Código do Trabalho, as aposentações, a Segurança Social, não podes contribuir para criar condições que permitam comprometer essas reformas, não podes participar no desmantelamento das reformas. Ora, o que é a concertação se não o quadro para a destruição das reformas? É por isso que eu, enquanto revolucionário, e tu, enquanto reformista, com objectivos que não são idênticos, podemos e devemos realizar uma frente única sem falhas no terreno da defesa e da salvaguarda das reformas, portanto da luta contra o acompanhamento das contra-reformas, portanto da luta pela independência das organizações sindicais.”

É-nos possível usar esta linguagem na confederação sindical dirigida pelos reformistas desde que nos identifiquemos claramente como revolucionários, minoritários na confederação, sem pretensão de a dirigir e de lhe procurar impor as nossas posições.

Porém, se, como militante, me identifico com os reformistas, então identifico-me como parte integrante da direcção da confederação, do seu aparelho, praticamente em igualdade com o conjunto das suas componentes.

Reapoderar-nos da nossa história e das nossas tradições

Nesse caso, o diálogo que se entabula não tem em mira uma frente única por um ponto condizente com os interesses da classe, mas encontrar o menor denominador comum a todas as fracções do aparelho reformista.

Pode parecer abstracto. Peguemos num exemplo concreto. Uma delegada ferroviária dirigiu-se ao congresso confederal com uma coisa precisa, simples, limitada: não podemos deixar os ferroviários isolados. Fez esta pergunta: pode a confederação dirigir-se às outras confederações para decidirem conjuntamente uma jornada de greve, de mobilização, de manifestações, com o único objectivo de fazer o governo ceder na questão do pacto ferroviário? Esta proposta, que corresponde a uma necessidade da classe operária, foi apreciada pelos delegados, que a aplaudiram. Este sentimento de que não se pode deixar a greve isolada é, com efeito, partilhado por muitos trabalhadores e, sem dúvida, pela maior parte dos delegados.

O responsável da federação fez, pela parte dele, uma intervenção correcta sobre a questão da greve, concluindo com isto: é preciso uma greve interprofissional. Esta proposta clássica permite ao aparelho, em nome da fórmula sempiterna e sacramental do *“mandato dado à comissão executiva para a eventualidade de uma jornada de greve interprofissional”*, que adia e deixa a decisão nas mãos do aparelho, subtrair-se à pressão da luta de classes concreta que a greve dos ferroviários exerce sobre ele.

Num caso, uma intervenção que tenta, no bom sentido da palavra, fazer com que a pressão da greve e dos delegados pese por uma política de independência em relação ao governo Macron; noutro, uma intervenção que contribui para dar largas ao aparelho para se subtrair à pressão da luta de classes imediata.

Num caso, a frente única pela qual os revolucionários se batem, no outro, a busca do menor denominador comum para permitir ao aparelho fugir da batata quente. São questões de fundo.

Porque é necessário este esclarecimento? Não tanto pela CCI, ainda que seja importante informar toda a Internacional de que a direcção da CCI se autodefine como reformista; mas isso não é o principal. O principal é ser para nós o ensejo de assimilarmos até ao fim o que é a nossa política, reapoderando-nos completamente da nossa história e das nossas tradições e demarcando-nos de anos de pressão-submissão aos aparelhos.

Isso é tanto mais importante quanto nos achamos num momento muito bem definido da situação, em que, repita-se, a classe operária do nosso país está, há um ano, a defrontar uma ofensiva, externa como interna às suas fileiras, uma ofensiva sem precedentes que visa destruí-la como classe organizada através da destruição das suas organizações e, em primeiro lugar, dos seus sindicatos. Peso as palavras que digo.

É uma velha história. No livro *Luta de Classes e Globalização*, demonstrámos que, para o imperialismo, as condições para a sua dominação se manter — no seu estádio de apodrecimento — exigiam a destruição da classe e do valor da sua força de trabalho, logo, das suas organizações. Era uma orientação geral que então começava a aplicar-se. E que, desde essa altura, experimentou um alargamento considerável. Há um ano que, em França, nos vemos face a

uma política que visa, em todos os seus aspectos, destruir a classe e as suas organizações.

Quando digo ofensiva externa e interna, percebe-se bem o que isso quer dizer: externa, conduzida pelo governo imperialista de Macron, e interna, porque transposta para dentro da “esquerda” e para dentro das organizações pela corrente “populista bota-fora” (3).

A posição que se ocupe em relação às organizações de classe e à sua defesa é, portanto, uma questão central para os militantes da IVª Internacional. Nesse ponto de vista, é necessário reapoderarmo-nos de alguns ensinamentos da nossa história e de alguns princípios que decorrem dela.

“Focos de organização da classe operária”

Primeiro, sobre a questão das reformas. Haverá, de um lado, as reformas, apanágio do sindicato e, do outro, a luta pela revolução, apanágio do partido? É uma concepção difundida, mas nem é correcta nem condiz com a história do movimento operário. Não corresponde às tradições de que nos reclamamos. Não quer isto dizer que se tenha que passar para uma posição sindicalista revolucionária, segundo a qual o sindicato pode resolver a questão do poder. A relação entre reforma e revolução não se define, simplesmente, por uma linha divisória entre sindicato e partido.

Peguemos na Iª Internacional. No primeiro congresso da AIT, em 1866, Marx põe a questão da relação entre a Internacional e os sindicatos nestes termos: *“A dispersão dos operários é engendrada e alimentada pela sua inevitável concorrência. Os sindicatos nasceram, em primeiro lugar, de tentativas espontâneas dos operários para suprimir ou limitar esta concorrência. O objectivo imediato limitou-se, por isso, às reivindicações quotidianas. Esta actividade dos sindicatos é necessária. É necessário generalizar e criar sindicatos em todo o lado. Por outro lado, no entanto, os sindicatos tornaram-se, sem terem consciência disso, em focos de organização da classe operária. Se os sindicatos são indispensáveis para a guerra de escaramuças quotidianas entre o capital e o trabalho, ainda são muito mais importantes enquanto aparelho organizado para apressar a abolição do próprio sistema do salariado.”*

Permito-me vincar isto: as lutas reivindicativas são importantes, mas, à escala da história, são “escaramuças”. O papel do sindicato não se limita às “escaramuças” necessárias; consiste em, através delas, constituir “focos de organização” para apressar a abolição do salariado. O facto de o sindicato organizar a classe como classe comporta, portanto, além das reivindicações e das escaramuças, os contornos da tomada do poder pela classe operária. Não é “sou revolucionário fora do sindicato, depois tiro os sapatos e calço os patins do reformismo lá dentro”!

Quem o diz é a famosa Carta de Amiens (há quem se reivindique dela, esquecendo o que lá está escrito): tudo se enquadra na perspectiva da abolição do salariado e do patronato. Do mesmo passo, sabemos que, na época do imperialismo, a classe operária se debate com a circunstância de as organizações estarem constantemente sujeitas à tentativa de integrá-las num sistema corporativista.

A tendência para a integração dos sindicatos no Estado

É conhecido o texto de Trotsky sobre “Os Sindicatos na Época da Decadência imperialista” de 1940. Nele, Trotsky explica

que há *“um aspecto comum no desenvolvimento ou antes na degenerescência das organizações sindicais modernas no mundo inteiro. É a sua aproximação e tendência para a integração no poder de Estado”*.

A tendência para a integração no Estado resulta das condições sociais, portanto da decomposição do imperialismo e do facto de as direcções reformistas ou de origem estalinista — cuja vocação não é acabar com o Estado burguês — procurarem integrar-se nesse quadro.

Camaradas, estes textos são citados na resolução adoptada pelo comité central da secção francesa em outubro de 1990. Não somos poucos os que estão aqui tendo adoptado essa resolução e, mesmo, participado na sua elaboração. À época, era uma referência comum de toda a direcção da secção francesa. A essa recordação histórica acrescentávamos nós — em 1990 — o seguinte comentário: *“Evidentemente que a tendência para a integração não passa de uma tendência, constantemente contrariada pela resistência da classe operária e pelo seu apego à salvaguarda das suas organizações.”* Daqui a pouco voltarei a falar do facto de que continua hoje a ser uma tendência, que continua a ser parcialmente contrariada pela resistência da classe operária, na CGT como na CGT-FO.

Voltando à citação de 1990: *“Porém, na época imperialista, da reacção em toda a linha, a burguesia não pode tolerar nenhuma das conquistas e direitos colectivos arrancados pela classe operária. Todas as tentativas constantes para integrar as organizações sindicais mergulham as suas raízes na vontade de fazer a classe operária voltar a ser uma adição de indivíduos fragmentados e sem direitos, membros de “comunidades de empresa.”* Não é com isso que literalmente nos confrontamos hoje? Não é exactamente isso que é a lei El-Khomri, primeiro, e são os decretos Macron e toda a ofensiva contra o Código do Trabalho, a atomização, o acordo de empresa, a individualização...?

Ora bem, que escrevíamos nós nessa altura (em 1990) em consequência dessa análise? *“Se a forma última do corporativismo é a institucionalização de sindicatos estatais (como debaixo dos regimes de Franco, Hitler, Mussolini, etc.), não deixa de ser verdade que estamos perante uma tendência permanente para substituir as organizações assentes na existência de interesses de classe colectivos distintos por novas relações de trabalho em que o trabalhador é um indivíduo isolado e o sindicato se torna numa engrenagem do Estado e da empresa na concepção de um Estado total.”* Não é o que se está hoje a passar, camaradas?

E acrescentávamos: *“A função das instituições bonapartistas da Vª República em França saídas do golpe de Estado de 1958 foi precisamente de tentar constantemente, fossem os governos quem fossem, instituir regras e procedimentos que supõem que não há interesses de classe contraditórios; não havendo senão interesses comuns aos membros da empresa, tal como aos membros da nação.”* (hoje vê-se por aí uma manifestação política da “esquerda” para “fazer uma festa” a Macron sobre o tema do “bem comum”).

Naquela altura, nós acrescentámos: *“Lutar pela defesa da independência das organizações sindicais, sejam quais forem as circunstâncias e quem quer que sejam as suas direcções, é para nós uma questão de princípio, pois essa luta é uma alavanca no combate emancipador da classe operária.”*

“Uma política de princípio”, não uma questão conjuntural. Política de princípio que não se pode fazer sendo nós “reformistas” ao lado de outros “reformistas”, pois ela exige a independência.

Somos pela frente única

Somos pela frente única. Frente única não quer dizer que passemos para posições reformistas. Reconhecemos que os reformistas têm o direito de serem reformistas, do mesmo modo que concedemos a nós próprios o direito de não o sermos. Não fazemos frente única conosco próprios.

À citação do texto do comité central de 1990 seria hoje preciso acrescentar: lutar, quaisquer que sejam as circunstâncias, pela defesa da independência das organizações contra a concertação, pois a concertação é a forma concentrada da sujeição à pressão integracionista a que as organizações operárias têm estado sujeitas neste último ano.

Voltando à intervenção de Hébert: *“Essa oposição entre negociação, greve... isso tudo, camaradas, é totalmente artificial. Qual é a verdadeira discussão? É evidente que o secretariado confederal foi às discussões sobre os decretos, ninguém discutiu isso, é evidente. O problema é o que de lá sai, e é esse o tema da discussão.”* Ignoremos a prestidigitação de lhes chamar “discussões” em vez de “concertação”. O

orador diz pelo menos uma coisa que é verdadeira: que, na comissão executiva confederal, ele não se opôs em absoluto à participação na concertação. É um facto. Só que a prestidigitação se volve em burla quando Hébert pretende que tudo está em saber *“o que de lá sai”*. O que sai das concertações, sejam elas quais forem, é aquilo que o governo lá meteu à partida — e é nessa medida que não são negociações. •

(1) A Carta de Amiens, adoptada no congresso da velha Confederação Geral do Trabalho (CGT) em 1906, na cidade de Amiens, determina que o papel do sindicalismo é defender os interesses materiais e morais dos trabalhadores, independentemente das opiniões políticas, filosóficas ou religiosas destes, que — como o quer a tradição em França — sindicatos e partidos operários são mutuamente independentes uns dos outros, e que o fim último da acção sindical é “a abolição do salariado e do patronato”.

(2) Concertação: método generalizado por Macron e pelo seu governo, que consiste em procurar associar sistematicamente as direcções das organizações sindicais à “co-elaboração” de contra-reformas destruidoras.

(3) Em França, os partidários de Jean-Luc Mélenchon, que apela a “deitar fora” as formas de organização tradicionais da classe operária, os partidos e sindicatos, em troca de um movimento com a pretensão de “federar” o povo.

Uma Contribuição Marxista para a História da África

O nosso camarada Paul Nkuzimana acaba de dar ao prelo uma *Contribuição para o estudo da pré-história e da história sociais da África dos Grandes Lagos e de Leste* (em francês).

Membro do Comité Internacional do CORQI, militante revolucionário da IVª Internacional há décadas, o nosso camarada Paul Nkuzimana acaba de dar ao prelo uma *Contribuição para o estudo da pré-história e da história sociais da África dos Grandes Lagos e de Leste*, em francês, nas Éditions du travail. Apresentamos esta importante contribuição aos nossos leitores, reproduzindo abaixo extractos do prefácio escrito por Daniel Gluckstein em 20 de janeiro.

Que jeito dava que a África não tivesse história!

Que jeito dava que a África não tivesse história! Não teria, então, alternativa senão pedir emprestada a das “nações civilizadas”, exactamente as que a sujeitaram às mais atrozes pilhagens e a destruições de vidas humanas aos milhões.

Afirmção absurda? Mas olhem que é a que ainda há poucos anos emitia o então presidente da República francesa, como muito a propósito nos lembra Paul Nkuzimana: “*O homem africano não entrou suficientemente na história.*” Declaração tão ridícula quanto impregnada de ignorância e racismo, que nos traz à memória outra, proferida um século e meio antes por um advogado britânico: “*Meus senhores, foi a própria natureza que destinou o negro à escravatura. [...] Foi essa mesma natureza [...] que lhe deu um dono para mandar nele e fazer dele, no clima em que nasceu, um servidor útil tanto dele próprio como daquele que manda nele. Considero que não há nenhuma injustiça em deixar o negro na situação que a natureza lhe atribuiu. Esta deu-lhe um dono que o dirige e [...] que despende a sua actividade e o seu talento em fazer dele um ser útil à sociedade e a ele próprio*” (1).

“Natureza” para uns, “história” (ou a sua ausência) para outros: aos apóstolos da exploração do homem pelo homem nunca faltam argumentos pretensamente científicos para justificar as suas malvadezes. Entre outros méritos, a obra de Paul Nkuzimana tem o de varrer tais dislates e dar uma contribuição sólida para o conhecimento e para a história da África de Leste e dos Grandes Lagos. Ele demonstra que os acontecimentos pré-históricos e históricos, obedecendo

embora às mesmas leis, assumem formas diferentes das que o continente europeu conheceu, tendo em conta as condições materiais de existência do género humano naquela região do continente africano. Assim, os utensílios e instrumentos fabricados pelo homem na mesma fase do Paleolítico são claramente mais aperfeiçoados naquela região de África do que na mesma época na Europa ocidental. Em contrapartida, “*a pré-história da região dos Grandes Lagos e do Leste de África durou muito mais tempo do que noutros locais*”.

Um método assente no materialismo histórico

O método de Paul Nkuzimana é o do materialismo histórico. Considerando que “*a existência social do homem e o trabalho são inseparáveis*” e baseando-se em vasta documentação, ele demonstra como, nesta região da África de Leste e dos Grandes Lagos, a civilização humana surgiu do lento desenvolvimento da produtividade do trabalho. Em seguida, define que, chegado a determinado estágio, “*o período pré-histórico [...] levou a sociedade a produzir um excedente social, a produzir mais do que o necessário aos homens para viverem. Na bacia do Congo, tal como no vale do Nilo, com um desenvolvimento embora limitado das forças produtivas, os solos tornaram-se férteis e as colheitas muito abundantes; a agricultura, nas planícies inundadas pelos cursos de água e rios, particularmente o Nilo, teve o mesmo resultado e, também, o do crescimento da população.*”

Situação nova, que conduz a uma diferenciação dos grupos sociais — aquilo a que Nkuzimana chama fissuramento social (...).

Logo no primeiro capítulo, opondo fissuramento social e relações de dominação e exploração, por um lado, e especialização entre diferentes grupos segundo as actividades, por outro lado, Nkuzimana aponta, assim, a mira a uma questão de grande actualidade. A saber, o carácter pretensamente étnico das guerras que devastam a África e outras regiões do mundo, particularmente dos enfrentamentos entre hutus e tutsis, cuja “justificação” assentaria na diferenciação das suas tarefas sociais — criação de gado, uns, agricultura, os outros.

Ao que o autor opõe, demonstrando-o, que o que ocorre é uma cisão social e a instauração de relações de dominação. Cisão social que, nesta região do mundo como noutras, passa por o sobreproduto social conseguido levar um pequeno grupo de homens (uma minoria) a dotar-se de meios para se apropriar desse sobreproduto social pela força: dominação que, coincidindo com a divisão embrionária entre classes sociais, passa pela instauração de relações de exploração e pelo aparecimento de formas embrionárias do Estado. (...)

Uma das características da sociedade de classes tal como se constitui na África de Leste e dos Grandes Lagos é que, ao contrário do que sucede na Europa, ela não se “fixa”, pois “os elementos da classe dos proprietários podem ser desclassificados e atirados para a classe dos produtores, assim como se produz o movimento inverso”.

O tributo pago pelos povos de África à constituição do capitalismo

É esta característica própria desta região de África que leva Paul Nkuzimana a polemizar com autores que querem à viva força estampar o modelo europeu na realidade social africana, descrevendo, por exemplo, o aparecimento, no século XIV, de “sociedades feudais hierarquizadas”. Nkuzimana denuncia “este esquematismo ideológico [que], a coberto de ciência, tem sido sistematizado para caracterizar o modo de produção encontrado na região dos Grandes Lagos e do Leste, como se aquelas sociedades tivessem de seguir linearmente a evolução temporal da Europa ocidental”.

Vinque-se este aspecto, que dá toda a sua força ao trabalho de Nkuzimana. Ele não o esconde: para ele, o desenvolvimento da sociedade de classes nesta região da África verifica plenamente a análise de Marx e Engels, especialmente a análise feita por este último n’A Origem da Família, da Propriedade e do Estado. A saber, que o desenvolvimento da produção social acaba por fazer com que se diferenciem classes, permitindo o aparecimento do Estado, do mesmo passo que o da luta de classes, em ligação estreita com o desenvolvimento das forças produtivas.

Não obstante, a maneira por que esta diferenciação de classes sociais se opera e surge a relação entre Estado e sociedade, exhibe, conforme as regiões do mundo, tanto traços comuns como traços diferentes. (...)

Chega-se então a outro aspecto notável do livro de Paul Nkuzimana. A saber, a relação entre o nascimento e o desenvolvimento do capitalismo no continente europeu e a desestruturação-reestruturação das formas estatais e pré-estatais nesta parte de África: uma relação que se estabelece a partir da pilhagem escravagista. (...) É essa razão que leva Paul Nkuzimana a consagrar um capítulo à “Contribuição para o desenvolvimento do capitalismo”. (...)

A observação de Nkuzimana coincide com a maneira de ver o problema de Marx. Para Marx, uma das características do capital é que “a maneira de o capital extorquir este sobretrabalho e as condições em que o faz são mais favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas [...] e à criação dos elementos de uma estrutura superior do que os sistemas anteriores, de escravatura, servidão, etc.” (2). Não é que ele ignore o tributo pago pelos povos de África à constituição do capitalismo.

O Livro I d’O Capital consagra uma secção à “acumulação primitiva”. Marx escreve nomeadamente: “A descoberta das terras auríferas e argentíferas da América, a redução dos indígenas à escravatura, o seu enterramento nas minas ou extermínio, os inícios de conquista e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de coto comercial de caça às peles negras, foram estes os idílicos processos de acumulação primitiva que assinalaram a aurora da era capitalista.” (3). (...) Fiel ao método materialista que é

o seu, Marx determina que o capitalismo permitiu um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes na história. Mas este reconhecimento do papel progressista do capitalismo no ponto de vista do surto das forças produtivas em nada contradiz — articula-se dialecticamente com — a consciência que ele tinha de que esta “contribuição para o desenvolvimento do capitalismo”, para falar com Nkuzimana, se fez à custa do ávido consumo da carne e do sangue de milhões de seres humanos e da destruição de civilizações inteiras, especialmente no continente africano. (...)

A pilhagem imperialista da África

Mais perto de nós no tempo, Nkuzimana mostra como, uma vez mais, na época do imperialismo, ou seja, da tendência para o declínio das forças produtivas, a pilhagem da África irá tender a dismantelar todas as infra-estruturas existentes. Assim, “a economia do conjunto da África de Leste será [...] posta sob o controlo de dois trusts bancários britânicos que enquadram a pilhagem dos recursos dos três países, o Quênia, o Uganda e o Tanganica [...]”. “No Congo, esclarece ele, a partir de 1908 [...], os monopólios, necessariamente ligados aos bancos, ocupam numerosos sectores, especialmente as minas, os transportes, o comércio, o imobiliário, o agro-alimentar, a indústria e a electricidade.” (...)

As últimas partes do livro lembram, por fim, que “ao findar a Segunda Guerra Mundial”, se assiste ao “ascenso do movimento de massas apontado, no continente como na região dos Grandes Lagos e do Leste, à ruptura com o imperialismo” e, portanto, à ruptura, também, com as consequências desastrosas das políticas de pilhagem, de privatizações, de destruição das forças produtivas, da economia da dívida, políticas de ajustamento estrutural que acabam em autênticos genocídios em toda a região.

Ele aponta o papel criminoso do imperialismo, que, ao provocar os conflitos na África dos Grandes Lagos e de Leste, carrega a responsabilidade por “essa Grande Guerra africana ou Segunda Guerra do Congo [...] que veio a ser o conflito mais sangrento desde a Segunda Guerra Mundial”, para utilizar os termos de Van Reybrouck no seu livro Congo, uma História, onde faz uma estimativa: “Só no Congo, desde 1968, pelo menos três milhões, sem dúvida cinco milhões de pessoas morreram por causa da guerra, o que é superior ao número de vítimas dos muito mediatizados conflitos da Bósnia, do Iraque e do Afeganistão, os três juntos.” (...)

Uma contribuição para a luta pela emancipação operária

Não foram as lutas de resistência que faltaram no último período na África dos Grandes Lagos e de Leste. Só que, também ali, há o atraso do factor subjectivo, o da direcção do movimento da classe operária e da emancipação dos povos. (...) Sabe-se que Lenine define a relação que existe entre constituição da aristocracia operária, cujas cúpulas vivem “das migalhas caídas da mesa do festim imperialista”, e pilhagem das colónias (4).

Hoje, esta realidade reflecte-se na submissão de muitas direcções de organizações operárias dos países imperialistas às regras da ONU, do FMI, da União Europeia, implicando a aceitação das guerras, da pilhagem da dívida ou, ainda, a recusa de lutar contra a política de divisão da classe operária

entre “trabalhadores de raiz” e emigrantes ou, ainda, a recusa de lutar pela abertura das fronteiras aos migrantes expulsos dos seus países pelas guerras e pela pilhagem imperialistas.

A essa realidade opõe-se a perspectiva aberta por Paul Nkunjimana: a da Internacional Operária Revolucionária, com o programa da IVª Internacional.

A sua reconstituição exige uma luta intransigente pela unidade dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes e de todos os países, contra todas as formas de submissão à dominação imperialista, pela anulação da dívida, o acolhimento dos migrantes, o fim das guerras imperialistas, a soberania das nações.

Ao serviço desta causa, o livro de Paul Nkunjimana é uma contribuição essencial, cuja leitura e estudo serão proveitosos para os trabalhadores, jovens e militantes da emancipação operária de todos os países, em todos os continentes.

•
Daniel Gluckstein,
20 de janeiro de 2018

(1) Citado por Karl Marx no Livro III d’*O Capital*.

(2) *O Capital*, Livro III, capítulo 48, “A fórmula trinitária”.

(3) *O Capital*, Livro I, capítulo 31, “A génese do capitalismo industrial”.

(4) Lenine, *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*.

● Correspondências d’A Internacional

Alemanha

Freie Plattform für Arbeiterpolitik (Tribuna livre por uma política operária)

publica-se na Alemanha. O titular do número 22 (15 de março de 2018) é «15 anos de política da “Agenda”, basta!»



Bélgica

Boletim du Comité unité – Eenheidscomité

Número 42 de 14 de março de 2018 (em que participam militantes da Organização Socialista Internacionalista, secção belga da IVª Internacional) é publicado em francês e neerlandês.



Azânia/África do Sul

Black Republic é publicado pela secção azaniana da IVª Internacional.

O editorial do número 9 (Maio de 2018) realça: “A secção azaniana da IVª Internacional reuniu-se em Durban em 21 de abril de 2018 para analisar a situação política na Azânia e discuti-la. Considerando a preocupação que Lenine manifestava



assim em abril de 1917: “Quem decide é a classe que detém o poder” (Uma das questões fundamentais da revolução, 27 de setembro de 1917), tomou-se a decisão de apoiar o apelo à constituição de um partido dos trabalhadores. É agora absolutamente claro que quem está no poder, do mesmo passo que vai fazendo discursos revolucionários, não quer nem pode representar os interesses da classe operária negra, nem dos pobres na Azânia. (...) Os acordos de Kempton Park de 1994 asseguraram aos brancos a propriedade de 80% da terra da Azânia e deram-lhes a hegemonia económica. (...)

A palavra de ordem de “Expropriação das terras sem indemnização nem resgate” na boca do ANC é o maior embuste político desde o da “liberdade de 1994”. As discussões para apurar se a Constituição há-de ser emendada ou se o capítulo 25 permite realmente essa expropriação não passam de uma cortina de fumo. (...) Só um partido operário revolucionário pode mudar radicalmente as relações de propriedade e pôr ao serviço da sociedade todos os recursos do país, a terra e tudo o que dela sai, para que a maioria, a classe operária negra e os pobres, deles possam tirar proveito. É a concretização da República negra.

Bangladesh

O Manifesto adoptado pela segunda conferência internacional do CORQI foi traduzido e publicado em língua bangla pelos militantes da secção do Bangladesh da IVª Internacional que intervêm no Partido Democrático dos Trabalhadores.



Benim

Os militantes do Comité de Ligação dos Trotskistas do Benim publicam, com os camaradas do Togo, **Le Bulletin du Golfe**, cujo número 3 saiu em abril de 2018.



Brasil

Jornal Resistir
Declaração do Conselho Editorial do jornal **Resistir** contra a prisão de Lula (extractos), de 5 de abril de 2018

O juiz Sérgio Moro acaba de decretar a prisão de Lula (...). Isso

só mostra que o golpe fraudulento que expulsou do governo a presidente Dilma, legitimamente eleita, e colocou em seu lugar um usurpador, continua em curso. O aprofundamento do golpe é necessário ao capital financeiro, aos grandes grupos económicos nacionais e multinacionais, ao governo Trump e outros, para se apoderarem da riqueza nacional do pré-sal, de nossas estatais e usufruir de uma mão de obra barata e sem direitos. (...) Abaixo o golpe, Fora Temer! É o golpe e as instituições golpistas quem ameaçam a soberania, os direitos sociais e a democracia. São os entulhos autoritários remanescentes da ditadura que permaneceram na constituição de 1988 e permitem a essas instituições, mesmo contrárias às aspirações da maioria do povo, uma sobrevida, apesar de odiadas e rejeitadas pela quase totalidade da população. (...)

A intervenção militar das Forças Armadas no Rio de Janeiro, decidida por Temer, teve como consequência a execução da vereadora Marielle, do PSOL, num crime bárbaro e até agora sem solução. É a permanência e intensificação da militarização das Polícias que alimenta uma onda de crescente repressão e morte de jovens pobres e negros nas periferias das cidades. Quem deveria estar sendo enviado para a cadeia numa hora dessas era os mandantes do assassinato de Marielle e não Lula, condenado sem provas. Esta nova etapa do golpe no Brasil tem como pano de fundo impedir Lula de concorrer nas próximas eleições presidenciais para a qual ele é o candidato favorito, segundo as pesquisas. (...) A prisão de Lula é, evidentemente, um ataque a todas as organizações da classe trabalhadora do campo e da

cidade, partidos, sindicatos, movimento de sem-terra, movimento de sem teto e entidades estudantis. Por isso, é necessário a mais ampla unidade contra a prisão de Lula. É preciso defender a democracia lutando por uma Assembleia Constituinte Soberana que ponha fim às atuais instituições reacionárias mantidas para assegurar os privilégios de poucos, fraudando assim as aspirações da maioria. É hora de convocar assembleias e reuniões em locais de trabalho, de moradia, em escolas e universidades para expressar em alto e bom som a recusa ao golpe, as exigências de democracia e fim da política de regressão social.” •



Canadá

Bulletin de liaison nº 3 do Comité de Ligação dos Trotskistas do Canadá (abril de 2018)

O capital, a braços com a sua crise histórica, é levado a ministrar medidas que, tudo o indica, não o poderão salvar, no quadro de intensas contradições dentro das

diferentes burguesias nacionais, que apesar disso se unem contra a classe operária e os povos pelo mundo fora. É neste contexto que a administração Trump, que domina o capital mundial, procede ao aumento de 25% das pautas para o aço e de 10% para o alumínio importados pelos Estados Unidos, bem como ao aumento das pautas sobre produtos chineses. A mesma administração indica que diferirá a aplicação das medidas à União Europeia e que elas não dizem respeito ao México nem ao Canadá. É evidente que estas medidas representam novos ataques contra a classe operária e os povos, até nos próprios Estados Unidos. No que diz respeito ao México e ao Canadá, envolvidos em renegociações do NAFTA (Acordo de Comércio Livre Norte-Americano) com os Estados Unidos desde o ano passado, isso é forçosamente um meio para fazer pressão sobre os representantes dos governos destes dois países para que eles aceitem os ditames americanos, que visam medidas ainda mais draconianas. Lembremos que os Estados Unidos aumentaram unilateralmente, em 27%, a pauta aduaneira para a madeira para construção canadiana, em 2017. O NAFTA é hoje o quadro das desregulamentações e dos ataques contra os serviços públicos, tendo-se, entretanto, desenvolvido lutas de classe no período mais recente, caso na Molson, em defesa dos salários, do regime de aposentação e dos seguros colectivos ou, ainda, na aluminaria de Bécancour (Quebec) em defesa das carreiras e contra o regime de aposentação a duas velocidades.”

Estado Espanhol

Acaba de sair o primeiro número (abril de 2018) de **La Internacional**, órgão do grupo simpatizante do CORQI no Estado espanhol.



O governo do aparelho de Estado... franquista. O regime da monarquia está em crise, o governo e o partido em que se apoiam, que têm a corrupção franquista nos genes, são incapazes de governar através do Parlamento e de encontrar — para já — apoios necessários para a aprovação do orçamento geral do Estado. As Cortes estão sob sequestro, impotentes para

impor uma maioria que acabe com a vaga de contra-reformas impostas pela maioria absoluta do Partido Popular (no poder) na anterior legislatura. Os tribunais especiais e a alta magistratura eivada de franquistas acabaram por se tornar no governo efectivo do país. (...) Simultaneamente, as decisões judiciais contra os direitos democráticos em todo o país marcam a situação. Artistas, autores de tweets, simples cidadãos são condenados por delitos de “apologia do terrorismo”, de “injúria à coroa” ou de “ódio”. Golpes de força extremos, pelos mesmos métodos retorcidos que foram utilizados com o delito de “rebelião” para perseguir as organizações políticas e sociais na Catalunha e mandar os seus representantes para a prisão. Mais de vinte mil cidadãos (ou colectivos) sancionados em aplicação da “lei da mordaza”, enquanto dezenas de sindicalistas e trabalhadores despedidos continuam a ser ameaçados de prisão por terem participado em greves e piquetes de greve.

Nestes últimos anos, o verniz do “regime de 1978” tem-se rachado, as suas verdadeiras cores estão agora a nu. As cores do aparelho de Estado franquista, com os seus juizes e forças repressivas, inimigo dos direitos dos trabalhadores como dos direitos dos povos, último reduto de defesa dos interesses e privilégios da minoria de banqueiros e especuladores “patriotas” e “internacionais” abrigados atrás da monarquia e da sua Constituição. Assistimos, na realidade, ao estabelecimento de um estado de excepção. Ninguém duvide: a origem desta situação de crise e decomposição, que anuncia uma explosão social, é a derrota do regime e de todos os seus partidários, na Catalunha, no 1º de outubro de 2017 e de novo, apesar da repressão, em 21 de dezembro, quando das eleições convocadas debaixo do artigo 155º (...). O movimento operário, o povo trabalhador, tem em mãos a possibilidade de acabar de uma vez por todas com o governo e os juizes da reacção franquista, com as suas contra-reformas nos terrenos social, laboral e democrático, abrindo caminho à satisfação de todas as aspirações sociais e democráticas dos trabalhadores e dos povos. Mas não poderá fazê-lo se continuar ligado a Rajoy e à magistratura franquista, contra as aspirações democráticas do povo catalão. As cúpulas dos sindicatos e dos partidos que se reclamam dos trabalhadores e da democracia têm que romper com os franquistas e encabeçar a mobilização contra a repressão, pela anulação do artigo 155º e de todos os processos instruídos em virtude do referendo de 1 de outubro, pela liberdade dos presos e pelo regresso dos exilados, pelo direito do Parlamento a eleger o seu governo e em defesa do direito do povo catalão a viver em República. É a única maneira de restabelecer a “coabitação” na Catalunha e de selar a aliança entre trabalhadores e povos, permitindo acabar com o regime inimigo das liberdades democráticas e dos direitos sociais e laborais. Para qualquer militante fiel aos interesses dos trabalhadores e da democracia, não há tarefa mais urgente do que romper com o duplo espartilho da Constituição de 1978 e das políticas de “concertação social” que têm arruinado todas as conquistas operárias e democráticas.”



Estados Unidos

Socialist Organizer, secção da IVª Internacional nos Estados Unidos, publica **The Organizer**, cujo número de maio de 2018 acaba de sair.



França

La Tribune des travailleurs, nº 139 semanário do Partido Operário Independente Democrático (em que se organizam os militantes trotskistas da Tendência Comunista Internacionalista) relata a manifestação nacional de 13 de maio, pela unidade para correr com Macron.

Haiti

Haiti Liberté é um semanário independente que participa nas actividades do Comité Operário Internacional. O editorial do número 2 de maio de 2018 realça:



O 1º de Maio é um dia de luta para todos os explorados do mundo! Não podemos deixar que as classes dominantes nos ridicularizem, recuperando o fruto das lutas populares. Diante desta oligarquia depravada, precisamos de organizações fortes. Face à incessante degradação da situação política e económica, o sentimento e as aspirações a uma mudança

social real têm que afirmar-se em crescendo e com cada vez mais força. Face ao vazio que ela própria criou, a classe dominante devora-se a si própria e arrisca-se a autodestruir-se. Neste ponto, precisamos absolutamente de colmatar a ausência de alternativa de mudança social em que a grande massa dos deserdados se possa reconhecer! É urgente que surja uma nova revolução haitiana, desta vez anti-imperialista, operando mudanças fundamentais em todas as estruturas vitais do país. Depende disso a sobrevivência do país e do povo em geral, cujas aspirações sociais estão fora de dúvida. É essa a via por que envereda, sem a sombra de uma hesitação, o jornal Haiti Liberté, pela vitória de todas as forças exploradas do mundo. Viva o 1º de maio, festa dos trabalhadores ou jornada internacional dos trabalhadores! Viva a luta da classe operária mundial!

Índia

Spark é publicado pelos militantes indianos do CORQI. O editorial do número de abril de 2018 interroga:



Passaram quatro anos de poder do primeiro ministro Modi, e que vemos? Modi revelou-se como o melhor apoiante das grandes empresas privadas da Índia e dos países capitalistas e imperialistas de todo o mundo. Comprometeu a política de não alinhamento do país. Caiu debaixo da influência dos Estados Unidos imperialistas

e segue os seus ditames. Em nome da política do “Fabricado no Índia”, Modi [...] começou a dismantlar e diluir vários artigos da legislação laboral existente no país. Em nome das “facilidades para as empresas”, anunciou a fusão da legislação laboral do país, reduzindo-a a quatro códigos, diluindo, assim, a legislação laboral e tornando-a favorável aos empregadores. (...) As centrais sindi-

cais decidiram organizar um dharna (sit-in) em Nova Delhi no dia 15 de março de 2018 para protestar contra as medidas do governo que visam dismantlar a legislação laboral e introduzir novas leis para legalizar o emprego precário. Há centrais sindicais que contemplam recorrer à greve ilimitada. (...) Sempre que sente necessidade disso, o governo não hesita em tirar vantagem política de criar divisões entre comunidades. Modi e o BJP* nunca hesitaram em atacar muçulmanos ou cristãos quando houve ensejo para isso (...)

Enquanto os camponeses se suicidam por não poderem reembolsar os empréstimos por causa de uma má colheita provocada pelo mau tempo, as grandes empresas continuam a pôr-se em fuga, com os seus fundos, para países estrangeiros, para nunca mais voltar à Índia. (...) 1% de ricos apoderaram-se de 73% das riquezas criadas no país no ano passado, do mesmo passo que metade dos pobres teve 1% dessas mesmas riquezas, segundo um relatório da OXFAM. As medidas políticas contempladas foram sempre exclusivamente para benefício das grandes empresas privadas. A classe operária e os pobres nada obtiveram do governo. Chegou o tempo de mudar. É tempo de decidir por uma alternativa. O povo da Índia já viu a obra tanto do Partido do Congresso (INC) como do BJP. Ambos são pelos capitalistas, pelos ricos e pelas grandes empresas privadas. É tempo de botá-los fora aos dois, acabar com eles. A alternativa não pode ser um partido político que seja pró-capitalista, pelos ricos e pelas grandes empresas privadas.

A alternativa tem que ser pela classe operária e pelos pobres. Há necessidade urgente de propor um novo partido político alternativo que abrace a ideologia da classe operária e que seja a favor dos pobres. Para avançar na construção de tal partido, há que fazer um balanço do passado e encetar uma discussão democrática a fundo com todos quantos partilhem o objectivo da emancipação da classe operária. O Spark pretende ser o veículo dessa discussão.”

(*) Bharatiya Janata Party, Partido do Povo Indiano.

Itália

O número de maio de 2018 do mensário operário independente **Tribuna Libera** (em que participam os trotskistas italianos) debruça-se sobre a crise política que se seguiu às eleições legislativas.



Qual poderá ser a saída positiva para os trabalhadores e a população? Qualquer que seja o resultado das negociações (para a formação de um novo governo — NdR), é evidente que estamos perante uma crise política e institucional inédita. No entanto, enquanto todos se alarmam, repetindo: “O país precisa urgentemente de um

governo”, sem encontrarem, contudo, maneira de o constituírem, a vida política e económica prossegue o seu caminho quase tranquilamente. Os municípios e regiões, sejam de que cor política forem, continuam com as suas políticas de cortes orçamentais, as privatizações continuam, como continuam as listas de espera nos hospitais que acabam em milhares de mortes, como continua a precariedade do Jobs Act, factor de despedimentos e de salários de miséria, assim como a aplicação da “reforma” do ensino...

Neste ponto de vista, não admira que as bolsas não se tenham preocupado com este escrutínio eleitoral. (...) Isto por uma única razão, aliás claramente enunciada por Napolitano, antigo presidente da República, na emissão “Que Raio de Tempo”: “Convém ter em mente que a soberania já não pertence a cada nação, mas à União Europeia.”

Por outras palavras — note-se que situação semelhante se produziu já na Bélgica, na Espanha e na Alemanha — se as instituições de um país não permitem a constituição de um governo capaz de infligir novos golpes, no fim de contas não é lá muito grave: os municípios, regiões e outras estruturas são perfeitamente capazes de continuar a sua política destruidora durante meses e mesmo anos, pela simples razão de que as suas decisões são enquadradas pelos tratados da União Europeia.

Uma questão se levanta todavia: nesta situação de fragilidade das instituições nacionais, com uma crise política desta importância, uma mobilização ou mesmo apenas algumas palavras de ordem claras e firmes à atenção do governo (revogação do Jobs Act, da “boa” escola, fim das privatizações, fim dos cortes orçamentais, aumento real dos salários) poderiam abrir uma perspectiva. (...)

Se é assim, porque se calam os dirigentes sindicais, ou, em certos casos, formulam propostas que abrem caminho às piores medidas? Não acabará isso, como escrevem militantes da CGIL nas contribuições que publicamos, por comprometer a sua própria existência e expor os trabalhadores a perigos imensos?

Não devia a lição da derrota do PD e de Liberi e Uguale (Livres e Iguais), depois da da Rifondazione e do PdCI em 2008, rejeitados por terem apoiado as piores medidas, ser um alerta para todos os militantes sobre o perigo que corre a CGIL e os outros sindicatos, cujos dirigentes aceitam ou, pior, promovem os planos destruidores, com ou sem governo, quando podiam ser eles a abrir uma perspectiva? Nos dias 12 e 13 de maio próximos, reunir-se-á em Paris a Conferência Operária Europeia saída de um apelo lançado em setembro último por militantes de França, Alemanha e Itália. A nossa delegação estará presente.”

Marrocos

Tribune des travailleurs

nº 4 (abril de 2018), publicada pelos militantes que apoiam o Comité Operário Internacional. O editorial realça:



Para enfrentar os protestos sociais, o governo recorre à repressão sangrenta, como foi o caso em Al Hoceima e em Jerada... na esperança de que, assim, calará as massas sublevadas, que reivindicam apenas o direito ao trabalho e à dignidade. A mesma burguesia apela à concertação (mesas redondas e diálogo social) para fazer as

direcções sindicais “co-participarem” na aplicação das suas contra-reformas. A arma é a mesma, visa a liquidação das organizações e a sua pura e simples destruição. O governo que decide afectar dezenas de milhar de milhões de dinares à organização do Mundial de Futebol de 2026 quer arrecadar quantias colossais através do congelamento dos salários, do emprego com contratos a termo certo na função pública, da anulação da gratuitidade do ensino e da destruição dos regimes de aposentação... Mas o governo tenta fazer participar nesta obra as direcções sindicais, tentando, portanto, fazê-las participar na destruição pura e simples das organizações. A democracia exige, pelo contrário, o

reconhecimento de interesses contraditórios na sociedade, exige o reconhecimento da luta de classes e, portanto, da independência de classe das organizações. Sem isso, democracia é uma palavra vazia. Os militantes agrupados à volta do boletim “Tribune des travailleurs” iniciam o debate nas fileiras dos trabalhadores e dos sindicatos pela defesa das reivindicações dos trabalhadores, defesa que passa em primeiro lugar pelo fim da concertação. Abaixo a concertação! Abaixo o diálogo social! Defendamos as organizações dos trabalhadores e a sua independência de classe!”



Peru

Os militantes do CORQI no Peru participam na publicação do mensário *El Organizador*, “tribuna livre pela classe operária e pelo povo”



Portugal

O Trabalho

O nº 9 (abril de 2018) é o boletim mensal em que participam os militantes trotskistas de Portugal.



Turquia

Sosyalizm, publicou, a 20 de abril, uma declaração acerca da convocação de eleições antecipadas pelo presidente turco Erdogan: “Não são eleições antecipadas, é uma decisão de eliminar toda a democracia!”

Zimbabwe

“Está o Zimbabwe à venda? Pode-se confiar nos imperialistas?”, pelo grupo do CORQI no Zimbabwe que publica *Chimurenga Vanguard*.

Anova administração que sucedeu a Robert Mugabe à cabeça do Estado lançou uma vasta ofensiva com vista a reatar contacto com os seus antigos inimigos, avançando como princípio ou palavra de ordem: “O Zimbabwe está aberto para negócios.” Resta saber em que medida o Zimbabwe se abre ao capital mundial. As grandes empresas mundiais acotovelam-se para vir explorar as imensas saídas comerciais que o Zimbabwe oferece. O país possui abundantes recursos minerais, alguns até à data nunca explorados.

O que é perturbador são as condições actualmente fixadas para trazer o capital para o Zimbabwe, com base nas vantagens que o lamentável estado do país apresenta. Os capitais fugiram do país há anos. Algumas das condições, como as exigências dos Estados Unidos quanto às próximas eleições, representam uma violação directa da democracia e soberania do Zimbabwe pelo governo de



Donald Trump. Equivalem a uma ingerência nos assuntos internos de uma nação soberana. São, na prática, as condições exigidas para o cancelamento das sanções contra o Zimbabwe. O cancelamento das sanções é o que o povo do Zimbabwe sempre quis, mas sem condições. Opomo-nos a condições que comprometam o direito do povo do Zimbabwe a dispor de si mesmo. (...)

As sanções ilegais do governo dos Estados Unidos e da União Europeia contra o povo do Zimbabwe, que visam destruir a sua economia, comprometem as conquistas revolucionárias, liquidam os sectores da classe operária na nossa sociedade e quebram a vontade democrática do nosso povo. (...)

Como se isso não bastasse, os brancos que foram despojados das suas terras durante a revolução agrária do Zimbabwe estão-se tornando cada vez mais exigentes. Foi essa revolução que resolveu e pôs termo aos desequilíbrios na repartição da terra, que passavam por 90% das terras aráveis do Zimbabwe estarem concentradas nas mãos da minoria de quatro mil e quinhentos agricultores brancos.

Estes agricultores que ficaram sem as suas terras reclamam uma indemnização de 9 mil milhões de dólares americanos à nova administração do Zimbabwe em compensação pelas terras e bens

expropriados durante a revolução agrária. Esta reivindicação foi articulada pouco depois da investidura do presidente Mnangagwa. Estes agricultores fazem também pressão por um recurso ao Centro de Arbitragem Internacional de Singapura.

O governo do Zimbabwe tem, pelo seu lado, que fazer uma estimativa dos prejuízos sofridos pelo país quando os colonos brancos mataram os nossos antepassados, apoderando-se das suas terras pela força, e exigir indemnizações incondicionais. Esses são os mesmo brancos que se associaram ao apelo ao embargo económico ilegal contra o Zimbabwe. O governo do Zimbabwe perdeu cerca de 42 mil milhões de dólares americanos por causa das sanções económicas. O Zimbabwe devia pedir a revisão dos acordos de Lancaster House (1979). (...)

Estas exigências dos agricultores brancos descontentes manifestam-se no Zimbabwe quando os sul-africanos pedem a expropriação das terras. Estas acções têm por objectivo assustar e intimidar os sul-africanos sem terra e dissuadi-los de fazerem o que é moralmente justo para o homem negro.

Quem indemnizará a África pelos males do colonialismo? Esta reivindicação dos agricultores brancos é ridícula. Foram eles quem lucrou com os bens que tinham roubado, são, pois, eles que devem, pelo contrário, pagar indemnizações.”

Assina

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assino *A Internacional* por 6 números : 24 euros

Apelido, nome:.....

Endereço.....

Endereço electrónico

Cheques à ordem de Réveil ouvrier, 34 rue Villiers-de-l'Isle-Adam, 75020 Paris

A Internacional

publica-se em versão inglesa, portuguesa, alemã, espanhola, francesa e árabe

